

Anderson Catapan

UNDER THE SOCIAL UMBRELLA ANALYSIS AND INTERPRETATION



São José dos Pinhais

BRAZILIAN JOURNALS PUBLICAÇÕES DE PERIÓDICOS E EDITORA

2024



Anderson Catapan

**Under the social umbrella
analysis and interpretation**

BrJ

**Brazilian Journals Editora
2024**

2024 by Brazilian Journals Editora
Copyright© Brazilian Journals Editora
Copyright do Texto© 2024 Os Autores
Copyright da Edição© 2024 Brazilian Journals Editora
Editora Executiva: Barbara Luzia Sartor Bonfim
Diagramação: Sabrina Binotti Alves
Edição de Arte: Sabrina Binotti Alves
Revisão: Os Autores

Todas as informações incluídas nesta obra, como texto, gráficos, tabelas e imagens são de responsabilidade de seus respectivos autores. Dessa forma, está permitido o download do livro e uso das informações, desde que sejam mencionados os autores dos capítulos. Qualquer outra cópia, distribuição, retransmissão ou modificação das informações contidas neste material, na forma eletrônica ou impressa, sem permissão anterior expressa, é estritamente proibida.

Conselho Editorial:

Ciências Agrárias

Profª. Dra. Fátima Cibele Soares - Universidade Federal do Pampa, Brasil.
Prof. Dr. Gilson Silva Filho - Centro Universitário São Camilo, Brasil.
Prof. Msc. Júlio Nonato Silva Nascimento - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Brasil.
Prof. Caio Henrique Ungarato Fiorese - Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.
Profª. Dra. Ana Lídia Tonani Tolfo - Centro Universitário de Rio Preto, Brasil.
Profª. Dra. Celeide Pereira - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil.
Prof. Dr. Rafael de Almeida Schiavon - Universidade Estadual de Maringá, Brasil.
Prof. Dr. João Tomaz da Silva Borges - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Brasil.

Ciências Da Saúde

Profª. Dra. Juliana Barbosa de Faria - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil.
Profª. Msc. Marília Emanuela Ferreira de Jesus - Universidade Federal da Bahia, Brasil.
Profª. Dra. Rejane Marie Barbosa Davim - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.
Prof. Msc. Salvador Viana Gomes Junior - Universidade Potiguar, Brasil.
Prof. Dr. Caio Marcio Barros de Oliveira - Universidade Federal do Maranhão, Brasil.
Prof. Msc. Alceu de Oliveira Toledo Júnior - Universidade estadual de Ponta Grossa, Brasil.
Profª. Msc. Michelle Freitas de Souza - Universidade Federal Fluminense, Brasil.
Prof. Esp. Haroldo Wilson da Silva - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil.
Profª. Msc Eulália Cristina Costa de Carvalho - Universidade Federal do Maranhão, Brasil.
Profª. Dra. Gabrielle de Souza Rocha - Universidade Federal Fluminense, Brasil.

Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Orlando Ramos do Nascimento Júnior - Universidade Estadual de Alagoas, Brasil.
Prof. Dr. José Arilson de Souza - Universidade Federal de Rondônia, Brasil.
Profª. Dra Silvana Saionara Gollo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Brasil.
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Brasil.
Prof. Msc Fabiano Roberto Santos de Lima - Centro Universitário Geraldo di Biase, Brasil.
Prof. Dr. Helder Antônio da Silva - Instituto Federal de Educação do Sudeste de Minas Gerais, Brasil.
Profª. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello - Universidade Federal de São Carlos, Brasil.
Profª. Msc. Juliane de Almeida Lira - Faculdade de Itaituba, Brasil.



Ano 2024

Prof. Dr. Artur José Pires Veiga - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil.

Ciências Humanas

Prof^a. Dra. Angela Maria Pires Caniato - Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

Prof^a. Msc. Maria Elena Nascimento de Lima - Universidade do Estado do Pará, Brasil.

Prof^a. Dra. Mariza Ferreira da Silva - Universidade Federal do Paraná, Brasil.

Prof. Msc. Daniel Molina Botache - Universidad del Tolima, Colômbia.

Prof. Dr. Jadson Justi - Universidade Federal do Amazonas, Brasil.

Prof^a. Dra. Alexandra Ferronato Beatrici - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Brasil.

Prof^a. Dra. Carolina de Castro Nadaf Leal - Universidade Estácio de Sá, Brasil.

Prof. Dr. André Luís Ribeiro Lacerda - Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil.

Prof^a. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil.

Prof. Dr. Luiz Antonio Souza de Araujo - Universidade Federal Fluminense, Brasil.

Prof. Dr. Adelcio Machado - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Brasil.

Prof. Dr. Alecson Milton Almeida dos Santos - Instituto Federal Farroupilha, Brasil.

Prof^a. Msc. Sandra Canal - Faculdade da Região Serrana, Brasil.

Engenharias

Prof^a. Dra. Genira Carneiro de Araujo - Universidade do Estado da Bahia, Brasil.

Prof. Dr. Armando Carlos de Pina Filho- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Prof. Dr. Edmilson Cesar Bortoletto - Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

Prof. Dr. Richard Silva Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense, Brasil.

Prof^a. Msc. Scheila Daiana Severo Hollveg - Universidade Franciscana, Brasil.

Prof. Dr. José Alberto Yemal - Universidade Paulista, Brasil.

Prof^a. Msc. Onofre Vargas Júnior - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Brasil.

Prof. Dr. Paulo Henrique de Miranda Montenegro - Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

Prof. Dr. Claudinei de Souza Guimarães - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof^a. Dra. Christiane Saraiva Ogrodowski - Universidade Federal do Rio Grande, Brasil.

Prof. Dr. Eduardo Dória Silva - Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Brasil.

Prof^a. Dra. Ercilia de Stefano - Universidade Federal Fluminense, Brasil.

Prof^a Dr^a Consuelo Salvaterra Magalhães - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.

Prof^a. Dra. Djanavia Azevêdo da Luz - Universidade Federal do Maranhão, Brasil.

Prof. Dr. Carlos Alberto Mendes Moraes - Universidade do Vale do Rio do Sino, Brasil.

Prof^a. Msc. Alicia Ravelo Garcia - Universidad Autónoma de Baja California, México.

Ciências Biológicas

Prof^a. Dra. Caroline Gomes Mâcedo - Universidade Federal do Pará, Brasil.

Prof^a. Dra. Jane Marlei Boeira - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Brasil.

Prof^a. Msc. Alexandra da Rocha Gomes - Centro Universitário Unifacvest, Brasil.

Prof^a Dr^a María Leticia Arena Ortiz - Universidad Nacional Autónoma de México, México.

Ciências Exatas e da Terra

Prof. Dr. Dilson Henrique Ramos Evangelista - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil.

Prof. Msc. Raphael Magalhães Hoed - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil.

Prof^a. Dra. Joseina Moutinho Tavares - Instituto Federal da Bahia, Brasil.

Prof. Dr. Márcio Roberto Rocha Ribeiro - Universidade Federal de Catalão, Brasil.

Prof. Dr. Marco Aurélio Pereira Buzinaro, Instituto Federal de Sergipe (IFS), Brasil.

Linguística, Letras e Artes

Prof. Dr. Wagner Corsino Enedino - Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil.



Ano 2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Under the social umbrella analysis and interpretation [livro eletrônico] / organização Anderson Catapan. -- 1. ed. -- Curitiba, PR: Brazilian Journals, 2024.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-6016-056-9

1. Sociedade globalizada 2. Sociedade contemporânea 3. Globalização 4. Catapan, Anderson. I. Título.

Brazilian Journals Editora
São José dos Pinhais – Paraná – Brasil
www.brazilianjournals.com.br
editora@brazilianjournals.com.br



Ano 2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
CAPÍTULO 01	9
DO CHUVISCO À ALTA DEFINIÇÃO: A HISTÓRIA DE CADA RETRANSMISSORA E GERADORA DE TELEVISÃO DE ITAJAÍ	
DOI: 10.55905/edicon.978-65-6016-056-9_1	
CAPÍTULO 02	27
ENFISEMA LOBAR CONGÊNITO COM ATRESIA BRÔNQUICA DIREITA: RELATO DE CASO	
DOI: 10.55905/edicon.978-65-6016-056-9_2	
CAPÍTULO 03	40
LA GESTIÓN ESTRATÉGICA COMO HERRAMIENTA PARA LA COMPETITIVIDAD Y PERMANENCIA DE LAS MIPYMES FAMILIARES CHINAS EN MEXICALI	
DOI: 10.55905/edicon.978-65-6016-056-9_3	
CAPÍTULO 04	60
ADESÃO AO TRATAMENTO NOS PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM ARTRITE REUMATOIDE EM UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NO OESTE DO PARANÁ	
DOI: 10.55905/edicon.978-65-6016-056-9_4	
CAPÍTULO 05	69
ALÉM DA RACIONALIDADE DE 'SER' INTELIGENTE: A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL QUANTO PROCESSO DE INFORMAÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO NA INTERAÇÃO SOCIAL	
DOI: 10.55905/edicon.978-65-6016-056-9_5	
CAPÍTULO 06	95
ESTUDO COMPARATIVO DOS MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS NA COLETA SELETIVA	
DOI: 10.55905/edicon.978-65-6016-056-9_6	
CAPÍTULO 07	113
SALVOS PELA FÉ OU PELO CAFÉ? FATORES QUE INFLUENCIAM NÃO-CRISTÃOS A FREQUENTAREM UMA IGREJA EVANGÉLICA PELA PRIMEIRA VEZ	
DOI: 10.55905/edicon.978-65-6016-056-9_7	
CAPÍTULO 08	135
THE BAMBOO FIFE: THE MUSICIAN WHO CRAFTS HIS INSTRUMENT	
DOI: 10.55905/edicon.978-65-6016-056-9_8	

CAPÍTULO 09	157
OS CAMINHOS DO URBANISTA - O PAPEL DO URBANISMO NA	
FORMAÇÃO DE ESPAÇOS DE MEDO E ESPAÇOS DE PAZ	
DOI: 10.55905/edicon.978-65-6016-056-9_9	
CAPÍTULO 10	185
A PROMOÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA DENTRO DE UM AMBIENTE	
DE INTOLERÂNCIA	
DOI: 10.55905/edicon.978-65-6016-056-9_10	
SOBRE O ORGANIZADOR	196

APRESENTAÇÃO

O livro “Under the Social Umbrella: Analysis and Interpretation” surge como um grui abrangente e acessível, convidamos o leitor a explorar as complexidades e sutilezas do comportamento humano e das estruturas sociais. Este livro é uma jornada através das lentes analíticas que revelam os padrões invisíveis e as forças motrizes por trás das interações sociais. Desde as bases clássicas da sociologia até as mais recentes pesquisas, esta obra oferece uma perspectiva rica e multifacetada que atende tanto aos iniciantes quanto aos mais experientes. Para os alunos o e-book proporciona uma introdução envolvente e clara, desmistificando conceitos complexos e apresentando exemplos teóricos e práticos que facilitam a compreensão e a aplicação do conhecimento adquirido. Aos profissionais da área, descobrirão análises profundas e interpretações que podem ser aplicadas diretamente em suas práticas cotidianas, ajudando a melhorar a qualidade dos serviços prestados e a eficácia das intervenções sociais. Seja bem-vindo a esta exploração intelectual que promete transformar sua visão sobre a sociedade e a sua interação com ela.

CAPÍTULO 01

DO CHUVISCO À ALTA DEFINIÇÃO: A HISTÓRIA DE CADA RETRANSMISSORA E GERADORA DE TELEVISÃO DE ITAJAÍ

Carlos Roberto Praxedes dos Santos

Professor do Curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Doutor em Comunicação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Integrante do Grupo de Pesquisa Monitor de Mídia – Univali.
E-mail: carlospraxedes@gmail.com

Camila Maurer

Mestra em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
E-mail: maurercamila7@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo principal de relatar a história televisão na cidade de Itajaí (SC), no período anterior à fundação da Associação Itajaiense de Telespectadores, em 1966, quando não havia nenhum sinal de TV na região, até a instalação dos canais digitais na década de 2010. Entre os objetivos específicos, estão apontar os responsáveis por implantar as primeiras retransmissoras de TV na cidade, bem como os motivos para tal e identificar a quem pertenciam cada um desses canais. Os recursos metodológicos utilizados foram pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas semiestruturadas com historiadores, engenheiros e políticos da cidade. Algumas das conclusões a que se chega é que atravessamentos de natureza política e mercadológica definiram o ecossistema midiático em Itajaí, além de intensa movimentação societária e de mudança de nomenclatura de geradoras.

PALAVRAS-CHAVE: História da televisão; geradoras; retransmissoras; Itajaí.

1. INTRODUÇÃO

Mais de 50 anos separam as primeiras imagens com chuviscos nos antigos televisores de madeira das belas imagens em alta definição dos modernos e finos aparelhos de LCD para quem é telespectador na cidade de Itajaí, no litoral de Santa Catarina. Itajaí tem cerca de 210 mil habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2021, e é o segundo maior PIB do Estado, atrás somente de Joinville. Situada na Foz do Rio Itajaí, na grande região do Vale do Itajaí, a cidade que tem o mesmo nome do rio que margeia dezenas de cidades do Vale, possui sete canais de televisão terrestres. Destes, dois são geradoras que emitem desde Itajaí para outras cidades da região da Foz do Vale, entre eles, uma concessão comercial e outra educativa vinculada a uma igreja evangélica.

No rádio, Itajaí se destacou, no passado, tendo a terceira mais antiga rádio do Estado de Santa Catarina, no longínquo 1942. No FM, Itajaí teve a primeira rádio de toda a região da Foz do Rio Itajaí, em 1984. Hoje, são onze emissoras de rádio, duas delas educativas em FM, duas comunitárias, outras cinco emissoras comerciais em FM e duas em AM.

No jornalismo impresso, Itajaí sediou o jornal *A Nação*, do grupo Diários Associados. Outros jornais marcaram época como o *Jornal do Povo*, extinto na década de 1980. Itajaí também foi sede de sucursais de importantes jornais catarinenses como *O Estado*, *A Notícia*, *Jornal de Santa Catarina* e *Diário Catarinense*. Há mais de quarenta anos, o *Diário do Litoral*, popularmente conhecido como *Diarinho*, é o único sobrevivente entre os diários.

Se o Brasil experimentou o contato com a televisão por meio das imagens da TV Tupi canal 3 de São Paulo, dos Diários Associados, o Estado de Santa Catarina, no entanto, demorou dezenove anos para receber sua primeira geradora de televisão, a TV Coligadas, canal 3 de Blumenau, em 1969 e primeira retransmissora da Rede Globo em Santa Catarina. No mesmo dia 1º de setembro de 1969, quando entrou no ar em caráter definitivo, Itajaí também recebia os sinais da Coligadas. Mesmo assim, há histórias que precisam ser contadas.

O presente artigo tem o objetivo de relatar a história de cada geradora e retransmissora de televisão implantada na cidade de Itajaí (SC), desde a criação da Associação Itajaiense de Telespectadores, em 1966, até a instalação dos

canais digitais terrestres já na década de 2010. O trabalho também vai apontar a quem pertencia cada um desses canais que foram implantados nas últimas cinco décadas e qual a sua afiliação. Para atingir tais objetivos, foram utilizadas pesquisa bibliográfica e documental, nos poucos textos que existem sobre o assunto, de historiadores itajaienses, bem como em jornais das décadas de 1960, arquivados no Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí, além das anotações pessoas que fizemos ao longo do tempo.

2. CHUVISCO NO AR

A primeira menção ao termo televisão que se tem notícia, na cidade de Itajaí, data de um texto publicado no jornal *O Pharol*, em 3 de outubro de 1928 (Magru, s/d, p. 15) que trazia as experiências com esse novo meio de comunicação. Mas os primeiros sinais de televisão começariam a ser captados em Itajaí apenas em 1961, pela persistência do bancário e técnico em eletrônica Nereu Schiefler. Ele havia conseguido um feito e tanto: captou imagens da TV Tupi, canal 6, do Rio de Janeiro de forma nada convencional, com uma vara de bambu com antenas nas pontas. Pode parecer impossível que um sinal de televisão que hoje em dia geralmente não atinge mais do que 50 quilômetros de distância, pudesse ser captado em Itajaí, mas ele conseguiu, valendo-se das questões geográficas de cidade litorânea, assim como o Rio de Janeiro e, de que, naquela época, as emissoras dos grandes centros operavam com uma potência de sinal muito superior a fim de vencer as distâncias mais rapidamente. A notícia sobre a conquista de Nereu Schiefler foi publicada em edição de 22 de julho de 1961, no Jornal Itajaí, conforme ensaios do historiador e jornalista Hélio Floriano, mais conhecido pelo apelido de Magru, mantidos em seu blog pessoal.

Depois de longo tempo de tentativas o sr. Nereu Schiefler conseguiu captar com uma perfeição extraordinária a TV Tupi do Rio de Janeiro. O fato despertou grande curiosidade em todos os meios da cidade, já que a distância entre o Rio de Janeiro e Itajaí é enorme [...] O fato entusiasmou o público e já se fala em comprar aparelhos de televisão. Por outro lado, a residência do sr. Nereu Schiefler, está agora, frequentadíssima pelos tele-vizinhos (Magru, s/d).

Nereu era tio de Nivaldo Schiefler, uma testemunha ocular da história que concedeu entrevista a Magru Floriano em 10 de julho de 2012 e detalhou um pouco mais da façanha que a família havia conseguido.

Foi em uma noite de muita cerração. Ele pegou a maior vara de bambu que conseguiu, instalou uma antena improvisada por ele próprio em uma das extremidades e pediu para eu e o Nestor Schiefler ficar segurando a antena em pé, girando gradativa e sutilmente. Naquela noite, pegamos o sinal da TV Tupi do Rio de Janeiro. Vimos uma propaganda da transmissão do jogo Santos versus Milan no Maracanã e depois uma luta de boxe. Passa essa experiência bem sucedida, que durou dois dias, ficamos quinze dias sem pegar qualquer sinal. O tempo não ajudava. Nereu dizia que tempo bom era tempo com bastante cerração (Schiefler *apud* Magru, s/d, p.10)

A notícia havia corrido toda a cidade e a quantidade de curiosos que passaram a visitar a família Schiefler, na rua Lauro Müller, no bairro Fazenda, se tornou um problema. A filha do bancário, Maria Lourdes Schiefler Mathias, concedeu entrevista a Magru Floriano em 30 de julho de 2014 e contou um fato extremamente curioso. Segundo ela, a obsessão de seu pai começou quando um amigo dele, que também trabalhava no Banco Indústria e Comércio (Inco), havia sido transferido de São Paulo e, na mudança, trouxe o aparelho televisor que comprara na metrópole. São Paulo já possuía, à época, os sinais da TV Tupi, TV Paulista, TV Record e TV Excelsior. Ao ligar o televisor em Itajaí, no entanto, o homem (cujo nome não foi identificado nos ensaios do historiador) imaginou que o eletrônico estivesse com defeito, por não ser capaz de sintonizar nenhum canal de TV e levou o aparelho aos cuidados de Nereu Schiefler, que costumava consertar aparelhos de rádio. Ou seja, o televisor não estava quebrado. Simplesmente, era impossível sintonizar um canal de televisão em Itajaí. O bancário não desistiu facilmente de assistir televisão em sua terra natal e levou a ideia a cabo como uma obsessão. Dois anos depois, em 1963, a situação começaria a mudar.

3. ITAJAÍ CONHECE A TELEVISÃO

Embora o empresário Assis Chateaubriand Bandeira de Mello tenha fundado a primeira emissora da América do Sul, a Tupi canal 3 de São Paulo, em 18 de setembro de 1950, Santa Catarina só teria sua primeira geradora dezenove anos depois, em 1969. Tal feito representava importante atraso do

Estado em relação às demais unidades da Federação. Ou seja, a televisão se espalhava pelo Brasil, mas Santa Catarina continuava fora deste processo e era preciso instalar retransmissoras de televisão do Paraná ou do Rio Grande do Sul, para assistir TV em terras catarinenses.

A situação incomodava os lojistas de eletroeletrônicos porque não havia como incrementar as vendas sem a presença do televisor e, obviamente, sem sinal de televisão na cidade. Na década de 1950, um televisor, em São Paulo, “custava cerca de CR\$ 9 mil (nove mil cruzeiros), o equivalente a três vezes o preço de uma vitrola de qualidade”, conforme Ferrareto (2001, p. 135). Os aparelhos televisores precisavam ser financiados em várias parcelas, pelas classes menos abastadas da sociedade.

A obstinação de Nereu Schieffler prosseguia e, em 1963, de acordo com Magru Floriano, o bancário conseguiu encontrar “o lugar ideal para a instalação da antena repetidora porque o sinal a ser captado viria de Curitiba” (Magru, s/d, p.12) e esse lugar seria a localidade de Ponta da Vigia, em Armação do Itapocorói, em Penha. A “nova invenção” era encarada como um eletroeletrônico capaz de alavancar as vendas de qualquer loja, mas desde que houvesse sinal que pudesse ser captado. A prefeitura da cidade e alguns lojistas investiram na empreitada e, em 19 de maio de 1966, um equipamento retransmissor de televisão passava a transmitir imagens de televisão para a região de Itajaí.

De acordo com o historiador Edison Dávila, outro pioneiro da televisão na cidade foi o dentista e radioamador Francisco José Fontes Pfeilsticker que junto com Nereu Schieffler, fundaram a Associação Itajaiense de Telespectadores, em 1966. “Funcionários de banco, gerentes de lojas foram convidados para uma reunião realizada no salão verde da Sociedade Guarani e lá foi constituída a Associação, mesmo sem qualquer sinal de televisão em Itajaí” (Dávila, 2021).

O Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí guarda exemplar do jornal *A Nação*, dos Diários Associados, de 4 de fevereiro de 1965, que traz reportagem intitulada “Televisão em Itajaí será breve uma realidade” confirma a informação de Dávila e elenca ainda outro itajaiense que teria tido papel importante na constituição da Associação Itajaiense de Telespectadores, o comerciante Rafael Dutra, da loja Dutra & Cia. Eles mantiveram contato com a Associação Amigos da Televisão, de Florianópolis, e constituíram uma representação capaz de cuidar dos interesses da implantação da TV em Itajaí.

Matéria do jornal *A Nação* cita a compra de um aparelho – possivelmente um transmissor – o que teria sido uma importante conquista.

Os entendimentos iniciados pelos Srs. Rafael Dutra, Franciso Pfeilsticker e Nereu Schiefler, com componentes da Sociedade Amigos da Televisão de Florianópolis, dão conta de que nossa cidade será servida por um aparelho que levará aos televisores citadinos, as imagens dos programas do Canal 6. O aparelho deverá ficar em nossa cidade em caráter provisório, até que se possa instalar, em definitivo, uma torre retransmissora. Com esta iniciativa terão os possuidores de aparelhos de TV oportunidade de captar com a máxima nitidez as imagens que serão apresentadas nos programas daquela grande emissora, trazendo um pouco mais de distração para nossa gente (*A Nação*, 1966, p.8).

O historiador Edison Dávila conta que foram investidos cerca de 5,4 milhões de cruzeiros no equipamento mas o valor chegou próximo dos 10 milhões de cruzeiros por conta dos custos de transporte. O proprietário das terras onde a retransmissora foi instalada era um morador de Blumenau que possuía um terreno em Penha.

A TV Paraná, canal 6, de Curitiba, uma sociedade entre os Diários Associados e um empresário paranaense, foi fundada por Assis Chateaubriand e Adherbal Stresser em 19 de dezembro de 1960, sendo o segundo canal de televisão a entrar em operação no Paraná. Era este canal de televisão que chegava em terras catarinenses a partir da metade da década de 1960, com a implantação de duas repetidoras, uma no Médio Vale do Itajaí e a outra em Joinville, no Norte, mas não chegava a Itajaí. Pela proximidade geográfica com a capital paranaense, o Norte e o Vale do Itajaí foram servidos pelas imagens da TV Paraná, enquanto o Sul do Estado e a Grande Florianópolis recebiam sinais da TV Piratini, canal 5 de Porto Alegre, quando não havia geradora em Santa Catarina. Desde o início, a TV Paraná canal 6 de Curitiba retransmitiu os sinais da Tupi. Hoje, a concessão desta emissora está em posse da Central Nacional de Televisão (CNT), pertencente à família Martinez.

No dia 30 de julho de 1966, uma resolução do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) proibiu o funcionamento da retransmissora instalada em Penha e a região voltou a ficar sem sinais de TV. Na crônica intitulada “A TV em Itajaí”, o professor itajaiense Paulo Rogério Maes escreveu, em 11 de agosto de 2012, que a retransmissora pertencente a Itajaí era considerada clandestina,

mas os políticos da cidade conseguiram reverter a decisão e Itajaí voltou a receber as imagens da TV Paraná/Tupi (Magru, s/d, p. 14).

Em 10 de setembro de 1966, uma reunião do Itajaí Tevê Clube Itavisão, entidade criada em 20 de junho do mesmo ano, manifesta interesse em trazer para a cidade as imagens do canal 12 de Curitiba, a TV Paranaense (Magru, s/d, p. 15). A TV Paranaense, que iniciou suas operações como afiliada da Rede de Emissoras Unidas (REU), depois transformada em Rede de Emissoras Independentes (REI), tinha como cabeças-de-rede a TV Rio e a TV Record, motivo pelo qual os telespectadores da região de Itajaí puderam assistir ao maior sucesso televisivo da época, o programa Jovem Guarda, com Roberto Carlos e companhia.

Os interesses dos lojistas foram determinantes para a chegada da televisão. Para aferir tal constatação, foram analisadas as reportagens “Estação de televisão em Itajaí”, publicada pelo jornal A Nação, em 22 de março de 1966; “Televisão, assunto do momento”, do Jornal do Povo, de 2 de abril de 1966 e “Canal 3 pronto para iniciar as transmissões definitivas”, do Jornal A Nação, de 28 de agosto de 1969.

Com o início das retransmissões no Morro da Armação, a demanda pelos televisores foi tanta que uma fábrica de televisores da marca Ariston chegou a ser fundada em Itajaí, pelo então marceneiro Pedro Paulo Rebelo, segundo informações do historiador Edison Dávila (2021). Os componentes eletrônicos vinham de São Paulo e a fábrica itajaiense construía a caixa externa que abrigava válvulas, alto falantes e tubos de imagem. Rebelo constituiu firma instalada na rua Bernardino João Victorino, no bairro São João, montava o televisor e envernizava a caixa de madeira externa.

O historiador Hélio Floriano, o Magru, detalha em uma crônica intitulada “Caixa de abelha”, como era a relação que sua família possuía com o novo aparelho, adquirido por seu pai, ainda em 1966, do próprio amigo Pedro Paulo Rebelo. Hélio Floriano utiliza de forma mais adequada o termo “montadora de televisão” para a empresa sediada em Itajaí.

Foi por volta de 1966 que meu pai comprou o primeiro aparelho de televisão. Era um aparelho enorme, com uma tela prateada, protegida por um grande caixote de madeira revestido de fórmica, de marca ARISTON que, pelo fato de fazer muito chiado, recebeu o apelido carinhoso de caixote de abelha. Minha mãe custou a se conformar com

a aquisição feita pelo meu pai, que pagou uma verdadeira fortuna pelo tal aparelho. Além de ser grande e desengonçada, ainda vinha com uma antena externa gigantesca e com um estabilizador de voltagem barulhento e feio. Sem contar que pra ligar tinha de esquentar o aparelho por uns cinco minutos, até que a tela aparecesse por inteira. Tinha também a necessidade de se dar o tradicional tapinha, afago que o aparelho não dispensava. Parecia capricho, mas sem o tapinha a imagem não tinha jeito de aparecer (Floriano, s/d, p.1).

Assim como ocorreu em todo o país, rapidamente a vizinhança se amontoava para assistir TV nas residências das famílias que adquiriam um televisor. Todos queriam ver de perto as imagens em movimento. “Como nossa televisão foi também a primeira da Rua Max e até da região, chegava dia em que tinha mais gente assistindo novela do lado de fora da casa, do que na sala. Era uma verdadeira fascinação” (Floriano, s/d, p.1).

4. A PRIMEIRA GERADORA CATARINENSE

Durante o mês de agosto de 1969, surgem os primeiros sinais da TV Coligadas, emissora genuinamente catarinense, no canal 3 de Blumenau, que passa a operar entre 20h e 22h em caráter experimental. No dia 1º de setembro daquele ano, às 16h30, no mesmo dia em que a Rede Globo de Televisão apresentava aos brasileiros a estreia do Jornal Nacional, o primeiro telejornal transmitido via satélite em tempo real da televisão brasileira, a TV Coligadas iniciava suas operações de forma definitiva. O diretor comercial era Flávio Coelho, funcionário da TV Paraná, que disputou a concessão do canal 3 de Blumenau, mas perdeu a disputa para 229 acionistas da cidade catarinense (Santos, 2019, p.144).

O jornal *A Nação*, de 28 de agosto de 1969, trazia reportagem especial com todos os dados referentes à programação e formas de sintonizar o canal 3, a partir do dia 1º de setembro daquele ano. A Coligadas estava prestes a entrar no ar e tal notícia era festejada em Itajaí. Interessante observar que não há qualquer observação sobre a afiliação da Coligadas. Mesmo detalhando programas como “Balança mas não cai”, “Topo Gigio”, “Discoteca do Chacrinha”, “Rin-tin-tin” e novelas como “A Cabana do Pai Tomás”, o texto não faz qualquer referência à TV Globo, emissora da qual a Coligadas foi a primeira afiliada em Santa Catarina e que recebia os programas por meio terrestre em fitas, ou por link de micro-ondas via Tronco Sul da Embratel, durante as madrugadas. Outro detalhe que merece atenção

é a distribuição das atrações para homens, mulheres e crianças. O texto também já trazia os nomes dos programas locais como “Repórter Garcia”.

Dia 1º de setembro, a TV Coligadas, canal 3, iniciará suas transmissões normais. Naquela data, a programação terá início às 16:30 horas, prolongando-se até às 24 horas [...] Na linha para a mulher, estarão no ar, de segunda-feira a sábado, excelentes telenovelas, entre as quais destacamos “A Cabana do Pai Tomás”, e “A Ponte dos Suspiros” [...] Por sua grande dose de serviço de utilidade pública, os dois telejornais da Coligadas estão fadados a uma grande missão: a de cumprir o “slogan” do Canal 3, de “Emissora da Integração Catarinense”. O primeiro informativo, o “Telejornal Malhas Hering, será apresentado diariamente, de segunda a sábado, às 19 horas. Terá a duração de 25 minutos, durante os quais haverá também uma seção de esportes. O segundo noticioso, o “Repórter Garcia”, irá ao ar de domingo a sexta-feira, às 21 horas. Neste haverá uma seção social, informando sobre tudo o que ocorre nos altos círculos de Santa Catarina, do Brasil e do mundo (A Nação, 1969, s/p).

“A emissora da integração catarinense”, como dizia seu slogan, chegava aos lares de boa parte do Vale do Itajaí a partir de suas antenas e transmissores instalados no Morro do Cachorro, em Blumenau, de acordo com o engenheiro de telecomunicações Juliano Magayevski, que chegou a prestar serviços para várias emissoras catarinenses. “A altitude do Morro do Cachorro é que determinou a cobertura acima da classe especial. O Ministério das Comunicações estabeleceu critérios e o canal 3 ficou acima da classe mais alta, o que na época somente capitais poderiam ter” (Magayeviski, 2021).

O sinal era tão forte que atingia, somente pelo transmissor principal, boa parte do Vale do Itajaí. Assim, o Ministério das Comunicações estipulou um prazo para que a emissora reduzisse a potência do transmissor no começo da década de 1980, quando migrou para outro morro, o Portal da Saxônia, no bairro Ponta Aguda, em Blumenau. Enquanto operou no canal 3 em toda a região, a geradora saia do ar para troca de transmissor em alguns momentos do dia, geralmente no período da tarde, já que a programação iniciava por volta das 9 horas da manhã. Um locutor de voz grave anunciava: “Sairemos do ar para troca de transmissores”, e os chuviscos tomavam conta da tela. Alguns minutos depois, voltava a tela com a logomarca do canal, uma espiral, e o locutor anunciava: “Voltamos ao ar com nossa programação normal”. Às vezes, levava muito tempo para retornar, em razão de problemas técnicos.

4.1 Objetivo alcançado e sucesso de vendas

Em Blumenau, onde a primeira geradora de televisão foi ao ar oficialmente, em Santa Catarina, a própria TV Coligadas chegou a abrir uma loja de venda de aparelhos televisores, a Tevelândia, na qual havia fila de espera para compra (Souza, 2007, p. 68). Em Itajaí, anúncios publicados em jornais posteriormente à instalação da Coligadas dão conta do sucesso de vendas provocado pela televisão. O Grupo Coligadas já possuía várias emissoras de rádio em Blumenau, Indaial, Brusque, Itajaí e seus sócios tinham o objetivo de integrar Santa Catarina por meio da televisão, já que o Oeste do Estado possui, até hoje, fortes raízes com o Rio Grande do Sul. Dois anúncios de 1969 em jornais de Itajaí comprovam o sucesso de vendas conquistado pelo televisor assim que a televisão passou a fazer parte dos lares.

Figura 1: Anúncio da loja Hermes Macedo



Fonte: Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí

Figura 2: Anúncio da loja Credilar



Fonte: Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí

6. A IMPLANTAÇÃO DA PRIMEIRA REPETIDORA DE TELEVISÃO EM ITAJAÍ

No dia 31 de maio de 1970, com transmissores emprestados da TV Tupi, entrava no ar a TV Cultura, canal 6, de Florianópolis, emissora que teria, anos mais tarde, a primeira repetidora instalada no Morro da Cruz, em Itajaí. Finalmente, a cidade receberia duas programações de televisão diferenciadas, no canal 3, com a TV Coligadas/Globo e no canal 6, com a TV Cultura/Tupi, a partir 1º de agosto de 1971, já com transmissores instalados no Morro da Cruz, no centro de Itajaí. O engenheiro eletricista, ex-prefeito de Itajaí e ex-deputado estadual Amílcar Gazaniga atuou politicamente para que Itajaí viesse a receber o sinal da TV Cultura e a amizade que tinha com os proprietários do canal, ajudou neste processo, segundo ele mesmo nos contou por meio de entrevista.

6.1 Trocas de comando e de afiliações

Em 1979, o empresário Mário Petrelli, que já havia adquirido a TV Coligadas, em 1976, assume o controle acionário da TV Cultura de Florianópolis, emissora então pertencente ao empresário Darcy Lopes. Em franco processo de sucateamento, a TV Coligadas de Blumenau tem seu contrato de retransmissão com a Rede Globo rompido, por não apresentar, na capital do Estado, sinal satisfatório. Com o rompimento de contrato entre a Globo e a Coligadas, as duas

retransmissoras de Itajaí ficaram, durante alguns meses, transmitindo a mesma programação nacional, da Tupi. Apenas os intervalos comerciais eram diferentes. Ao mesmo tempo, o empresário Maurício Syrotsky Sobrinho, proprietário da TV Gaúcha de Porto Alegre, já retransmissora da Rede Globo no Rio Grande do Sul, corria contra o tempo para colocar no ar a TV Catarinense de Florianópolis.

Em 1º de maio de 1979, entra no ar a TV Catarinense, emissora que ganha a liderança de audiência já no primeiro dia de transmissão, em Florianópolis. Em 19 de maio de 1979, começam as obras para instalação da retransmissora da TV Catarinense, no canal 10, em Itajaí (Magru, s/d, p. 15). O canal 3 de Blumenau deixou de ser captado em Itajaí e as duas emissoras então sintonizadas na cidade passaram a ser as repetidoras da TV Cultura, no canal 6, e da TV Catarinense, no canal 10. Em 1980, a Rede Tupi vai à falência, e a TV Cultura passa a retransmitir o sinal da Rede de Emissoras Independentes (REI), então mantida pelas cabeças-de-rede TV Record de São Paulo e TVS do Rio de Janeiro, ambas de propriedade, à época, do empresário Silvio Santos.

A terceira retransmissora instalada no Morro da Cruz, em Itajaí, seria a da TV Eldorado/Bandeirantes. Em 21 de março de 1981, o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) outorgou “permissão à municipalidade para promover o serviço de retransmissão de televisão no Morro da Cruz pelo Canal 13”. (Magru, s/d, p. 15)

Desta forma, Itajaí agora possuía o canal 6, TV Cultura; o canal 10, TV Catarinense/RBS e o canal 13, TV Eldorado. A TV Eldorado de Criciúma foi a emissora que deu origem à Rede de Comunicações Eldorado (RCE), constituída algum tempo depois com a aquisição da TV Cultura de Florianópolis. Com a fusão, os sinais do canal 6 deixam de ser captados em Itajaí. Porém, em agosto de 1982 surge uma nova retransmissora na cidade, da TV Barriga Verde, canal 7. Esta emissora entra no ar retransmitindo o SBT e passa a retransmitir a Rede Manchete em 1984. A mudança causou indignação inicial na cidade pois o SBT tinha grande penetração popular, já a Manchete era considerada uma emissora de elite.

8. A PRIMEIRA GERADORA DE ITAJAÍ

Itajaí continuava a ter três retransmissoras até 1986: canal 10 (RBS/Globo), canal 7 (Barriga Verde/Manchete) e canal 13 (RCE/Bandeirantes). Em 2 de setembro de 1986, entra no ar a TV Vale do Itajaí, pertencente ao grupo Eldorado, retransmitindo a Rede Bandeirantes. A primeira geradora de televisão com sede em Itajaí tinha estúdios e transmissores instalados no edifício Genésio Miranda Lins, o popular prédio redondo. Quando isso ocorreu, houve uma alteração nos canais da cidade. Agora, a RCE Itajaí operava o canal 10. De acordo com o engenheiro eletricista, ex-prefeito e ex-deputado estadual Amílcar Gazaniga, houve uma movimentação política para que a geradora de Itajaí fosse independente do maior grupo de comunicação em atuação no Estado, até então, o Grupo RBS, que disputou a concessão, mas perdeu para uma sociedade formada por Manoel Dilor de Freitas, principal dirigente do grupo RCE (99 %), Darcy Lopes, ex-proprietário da TV Cultura de Florianópolis (0,5 %) e o próprio Amílcar Gazaniga (0,5 %). A retransmissora da RBS/Globo passou para o canal 7 e a da Barriga Verde/Manchete foi para o canal 13. Gazaniga conta que não sabia que era proprietário de cotas da emissora e só foi saber disso, quando da venda da TV Vale do Itajaí, muitos anos depois (Gazaniga, 2021). Ele acredita que foi em razão da amizade que possuía com as famílias Lopes e Freitas, desde o início da década de 1970. O ex-prefeito também acredita que, como a legislação à época exigia a composição societária com pessoas físicas, Manoel Dilor de Freitas teria optado por conceder uma cota da geradora a ele (Gazaniga, 2021).

O SBT só voltaria ao ar, em Itajaí, em 1987, com o retorno do canal 6, por meio de uma nova repetidora, agora pertencente à TV Planalto de Lages. As imagens apresentavam problemas de recepção em bairros mais afastados de Itajaí como São Vicente e Cordeiros. Rapidamente, a TV Planalto passa a ser intitulada de Sistema Catarinense de Comunicação (SCC), numa associação entre os empresários Roberto Amaral, de Lages, e Mário Petrelli, que havia adquirido a concessão de um novo canal para Florianópolis, a TV O Estado, para fins de retransmitir o SBT na capital desde 1986.

Naquele momento, a televisão em Itajaí possuía os canais: 6, com a TV Planalto/SBT; 7, com a RBS/Globo; 13, TV Barriga Verde/Manchete e 10, com a geradora da TV Vale do Itajaí/Bandeirantes.

Os anos noventa não representaram alterações significativas na televisão que era recebida ou gerada em Itajaí. Em 1991, a RCE foi vendida para as Organizações Martinez, de Curitiba, e se tornou Rede OM Brasil. Um ano depois, a OM passa a se chamar Central Nacional de Televisão (CNT). Em 1994, a TV Vale do Itajaí já sucateada é vendida, junto com as emissoras de Florianópolis e Xanxerê, para a Rede Record de Televisão. A TV Eldorado, de Criciúma, foi vendida para a RBS.

Em 2 de agosto de 2000, a segunda geradora de televisão entra no ar em Itajaí: a TV Brasil Esperança, no canal UHF 21, com concessão educativa e vinculada ao Centro Evangelístico de Itajaí (CEI), sob o comando do bispo Samuel de Oliveira Francelino e seu irmão, José Carlos Francelino. Primeiro, a emissora começa a transmitir desde o Morro de São Roque e alguns anos mais tarde, passa a operar no Morro da Cruz.

Em 2001, o SCC de Lages passa a retransmitir a Rede TV (ex-rede Manchete, que havia sido fechada em 1999). No mesmo período, o canal 27 UHF passa a ser sintonizado em Itajaí, retransmitindo a programação do SBT Florianópolis (TV O Estado), da família Petrelli.

Em 2007, com o estabelecimento de uma nova parceria que envolvia a Record e as emissoras de Petrelli, o canal 27 passa a transmitir a Record News de São Paulo e o canal 10 de Itajaí vira RIC Record (Rede Independência de Comunicação pertencente à família Petrelli). Já o canal 6, retransmissora da Rede TV Sul, a marca que retransmitia a Rede TV em SC, volta a transmitir o SBT. Em 2016, as emissoras da RBS TV/Globo em Santa Catarina foram vendidas para o grupo NSC. Em dezembro de 2019, a RIC de Santa Catarina se dissocia das emissoras do Paraná e passa a ser chamada de ND TV, abreviação do jornal Notícias do Dia, também de propriedade do grupo.

9. OS SINAIS DIGITAIS DE TELEVISÃO EM ITAJAÍ

O primeiro sinal digital de televisão a chegar a Itajaí foi da então RBS TV Blumenau, a partir de julho de 2012, em fase de testes, no canal 33 UHF (7.1 virtual), como noticiou o site de notícias Sul Brasil, em 29 de junho de 2012. Porém, como era em caráter experimental, durante cerca de um ano o sinal revezava períodos no ar e semanas inteiras fora do ar. Em Blumenau, a RBS TV digital foi lançada oficialmente em 24 de abril de 2013. Dois meses depois, o sinal definitivo da emissora já estava à disposição dos itajaienses. No dia 30 de novembro de 2020, o canal 7, sinal analógico da agora NSCTV/Globo foi desligado em Itajaí, primeira emissora a ter o sinal analógico desligado na cidade.

Assim como no passado, quando havia apenas o sinal da TV Coligadas, apenas um canal de televisão se manteve no ar na tecnologia digital em Itajaí entre 2013 e 2015. O curioso é que se tratava da mesma emissora, naquela oportunidade, sob a alcunha de RBS TV Blumenau. Ao contrário do que se imaginaria, porém, a segunda emissora a operar com sinal digital não foi nenhuma das duas geradoras de televisão da cidade, mas a retransmissora do SBT, que entrou no ar em 26 de março de 2015 com seu sinal digital, no canal 45.1 UHF.

Em 16 de abril de 2015, a então RIC TV/Record Itajaí entrou no ar com sinal digital em caráter experimental, no canal 10.1, com imagens aéreas captadas por drones dos pontos turísticos do município. Em 24 de abril do mesmo ano, uma solenidade que contou com a presença de autoridades municipais e estaduais inaugurava o sinal digital da geradora itajaiense, nos altos do Morro da Cruz, sede da empresa.

Em 2017, entrou no ar a retransmissora da Record News Florianópolis, canal 27.1, em sinal digital. Este foi o quarto sinal digital terrestre de televisão a operar em Itajaí. No começo do ano de 2018, a retransmissora da TV Barriga Verde de Florianópolis/Band, sinal analógico no canal 13 e voltou somente em 2021. Várias matérias jornalísticas ao longo dos últimos anos falavam sobre problemas financeiros nesta emissora de televisão que tem sede em Florianópolis.

Na última semana de agosto de 2018, entrou no ar o canal 47.1, retransmissora da TV Verdade, um canal evangélico que ensina a ler a bíblia 24 horas por dia, de propriedade do pastor Eliseo Fernando Soriano, que nasceu nas Filipinas mas vivia em Florianópolis e morreu em fevereiro de 2021. Por último, o quinto sinal de televisão a operar em sistema digital, em Itajaí, foi a TV Brasil Esperança, no canal 21.1, a partir de 12 de abril de 2019. Portanto, os canais digitais em Itajaí são, na ordem em que entraram em operação: à época RBS TV, agora NSC TV/Globo, canal 7.1; SBT SCC, canal 45.1; à época RIC TV, agora NDTV/Record, canal 10.1; TV A Verdade, canal 47.1; TV Brasil Esperança, canal 21.1.

10. CONCLUSÕES

Do pioneirismo da família Schiefler em captar os primeiros sinais de televisão de forma improvisada, no longínquo ano de 1961, passando pela significativa contribuição do patriarca da família nos estudos que culminaram na implantação da primeira retransmissora, no município de Penha, até 2019, quando da implantação do último canal em sinal digital, passaram-se quase 60 anos. Neste período de tempo, observa-se pouca variedade entre os proprietários dos canais de televisão instalados na cidade de Itajaí.

As primeiras antenas instaladas em Penha como retransmissoras dos canais 6 e 12 de Curitiba logo cederam lugar à TV Coligadas/Globo, primeira geradora estadual, em 1969, e à retransmissora da TV Cultura/Tupi de Florianópolis, instalada ainda em 1971. Tais equipamentos, no entanto, foram essenciais para a vendagem de centenas de aparelhos televisores até o início da década de 1970. Além disso, a procura era tanta que uma montadora de televisão precisou ser instalada na cidade.

Também observa-se que, se em plena era digital a televisão já não desperta tanto interesse nem a magia de antigamente, o furor das primeiras décadas contaram muito mais com os interesses comerciais dos proprietários das lojas de eletroeletrônicos e de políticos profissionais que, em alguns casos, como em Itajaí, chegaram a optar por agir politicamente em pró de grupos concessionários catarinenses.

Na década de 1970, os prefeitos possuíam o poder de opinar quando da implantação de retransmissoras e geradoras de canais de televisão, algo que foi extinto com a Constituição Federal de 1988, que entregou à União a missão exclusiva de administrar os processos licitatórios das outorgas.

REFERÊNCIAS

CANAL 3, pronto para iniciar as transmissões definitivas. **Jornal A Nação**. 28 ago. 1969.

DÁVILA, E. **Entrevista com o historiador Edison Dávila**. Itajaí. 7 abr. 2021.

DUARTE, J. **Entrevista em profundidade**. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.) Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ESTAÇÃO de televisão em Itajaí. **Jornal A Nação**. Capa. 22 mar. 1966.

FERRARETTO, L. A. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FLORIANO, M. **Sinais dos tempos: A captação de imagem de televisão em Itajahy**. Série Ensaios de Hélio Floriano, o “Magru”. Volume 6. Online. s/d. Disponível em: https://www.Magru.com.br/wp/wordpress/wp-content/uploads/2015/01/ensaios_historia.pdf Acesso em: 22 abr. 2021.

GAZANIGA, A. **Entrevista com o ex-prefeito de Itajaí e ex-deputado estadual Amílcar Gazaniga**. Itajaí. 14 abr. 2021.

MAGAYEVSKI, J. **Entrevista com o engenheiro de telecomunicações Juliano Magayevski**. Itajaí. 15 abr. 2021.

MATTOS, S. F. **TV Barriga Verde de Florianópolis**: estudo de caso no período 1984/87. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 1992.

MOREIRA, S. V. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.) Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, C. R. P. **A TV pública não pública**: as televisões não comerciais no Brasil. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2019.

SOUZA, Z. A. **Imagens de uma conquista**: por detrás das câmeras da TV Coligadas. Blumenau: Nova Letra, 2007.

TELEVISÃO em Itajaí será breve realidade. **Jornal A Nação**. 4 fev. 1966, p.8.

TELEVISÃO assunto do momento. **Jornal do Povo**. 2 abr. 1966. Capa.

CAPÍTULO 02

ENFISEMA LOBAR CONGÊNITO COM ATRESIA BRÔNQUICA DIREITA: RELATO DE CASO

Ana Ritta Anielle Bino

Ana Paula Boaro

Joselita Brito De Oliveira Vieira

Juan Carlos Campos Martin

Juliano Danielli

Laura de Oliveira Roveri

Karina Kirschner Lopes Teixeira

Maria Luiza Marton Carneiro

Vitória Freitas Moysés

Maria Fernanda Ferrari Balthazar Jacob

Luís Eduardo Ricci Camperoni

RESUMO: **Objetivo:** Relatar um raro caso de atresia brônquica com enfisema congênito em recém-nascido. **Detalhamento do Caso:** Recém-nascido, sexo feminino, 39 semanas, adequado para idade gestacional, sem histórico patológico em pré-natal, apresentou desconforto respiratório progressivo. Transferido para serviço de referência, o paciente foi submetida à Tomografia Computadorizada, revelando uma significativa redução volumétrica do pulmão direito e pulmão esquerdo expandido, área de broncograma aéreo de permeio peri hilar, bilateralmente e opacidades alveolares atenuadas. Após análise da médica, a paciente foi submetida a cirurgia de lobectomia do terço superior do pulmão esquerdo com sucesso. No décimo dia pós-cirúrgico, o paciente apresentou fístula broncopleural de alto débito com necessidade de rever procedimento, devido a presença de deiscência total de sutura da parede do lobo inferior esquerdo. Passados sessenta e seis dias, a paciente foi extubada e no septuagésimo quarto dia, recebeu alta dos cuidados intensivos. **Considerações Finais:** A atresia brônquica está diretamente relacionada à obliteração de um segmento brônquico, cuja obstrução afeta frequentemente o lobo superior esquerdo (43 %), sendo que a obstrução do tronco ou dos brônquios lobares resultam em maior perda de volume pulmonar, sendo em muitos casos letais. Embora rara, é associada a malformações pulmonares pré-natais, como o enfisema congênito.

PALAVRAS-CHAVE: Enfisema Lobar Congênito; Atresia Brônquica; Mál-formação Neonatal; Cirurgia Pediátrica.

ABSTRACT: **Objective:** To report a rare case of bronchial atresia with congenital emphysema in a newborn. **Case Details:** Newborn, female, 39 weeks, appropriate for gestational age, with no prenatal pathological history, presented with progressive respiratory distress. Transferred to a reference service, the patient underwent Computed Tomography, revealing a significant volumetric

reduction of the right lung and expanded left lung, an air bronchogram area in the perihilar area, bilaterally and attenuated alveolar opacities. After analysis by the doctor, the patient underwent successful lobectomy surgery on the upper third of the left lung. On the tenth post-surgical day, the patient developed a high-output bronchopleural fistula requiring a review of the procedure, due to the presence of total suture dehiscence in the wall of the left lower lobe. Sixty-six days later, the patient was extubated and on the seventy-fourth day, she was discharged from intensive care. **Final Considerations:** Bronchial atresia is directly related to the obliteration of a bronchial segment, whose obstruction frequently affects the left upper lobe (43 %), and obstruction of the trunk or lobar bronchi results in greater loss of lung volume, in many cases lethal cases. Although rare, it is associated with prenatal lung malformations, such as congenital emphysema.

KEYWORDS: Congenital Lobar Emphysema; Bronchial Atresia; Neonatal Malformation; Pediatric Surgery.

1. INTRODUÇÃO

A atresia brônquica está relacionada à obliteração congênita de um segmento brônquico, acometendo tanto brônquios lobares, segmentares ou subsegmentares. Quando ocorre, a via aérea distal ao segmento obliterado encontra-se dilatada e preenchida com muco (Alamo, *et al.*, 2016; Alebna, *et al.*, 2019). A obstrução segmentar afeta apenas um pequeno volume do pulmão, frequentemente o lobo superior esquerdo, e geralmente não tem quase nenhuma consequência clínica. A obstrução do tronco ou de brônquios lobares proximais, no entanto, pode levar a uma maior perda de volume pulmonar normal, resultando em consequências severas, muitas vezes letais (Langston, 2003).

Geralmente é descoberta por acaso na idade adulta e dois terços dos pacientes são assintomáticos, já no recém-nascido e na infância é diagnosticada principalmente devido a infecções respiratórias recorrentes (Wang, *et al.*, 2012). Alguns autores relataram que a anormalidade é mais comum em homens do que em mulheres, com prevalência estimada de 1,2 casos por 100.000 nessa população (Disciocio, *et al.*, 2010; Psathakis, *et al.*, 2004).

A causa da atresia brônquica ainda não foi totalmente elucidada, no entanto, uma hipótese é que as células que proliferam perdem sua conexão com o broto respiratório em desenvolvimento durante a maturação pulmonar normal. Uma segunda postulação é que lesões vasculares repetidas, gerando isquemia, ocorrem durante o desenvolvimento fetal precoce e levam à obliteração do brônquico afetado (Gipson, Cummings, Hurth, 2009).

Embora rara, a atresia brônquica tem sido associada a outras malformações pulmonares pré-natais, incluindo malformação adenomatóide cística congênita, sequestração broncopulmonar, lesões de patologia mista e enfisema congênito (Berrocal, *et al.*, 2004).

Este último é uma rara malformação do desenvolvimento do pulmão com uma ampla gama de apresentações (taquicardia, taquipneia, retração costal com acúmulo progressivo de dióxido de carbono no lobo afetado, e evolução para insuficiência respiratória), o que representa um dilema diagnóstico e terapêutico, associado à alta morbidade e mortalidade. É caracterizado pela hiperinflação progressiva lobar, causada pela captura de ar em uma via aérea colapsada, resultando em distensão do lobo e um efeito

de massa que comprime os outros lóbulos e desloca o mediastino, não havendo destruição alveolar (Biyyam *et al.*, 2010).

O lobo superior esquerdo é mais comumente envolvido (43 %), seguido pelo lobo médio direito (32 %), pelo lobo superior direito (21 %) (Demir, Hangul, Kose, 2019). O defeito da cartilagem congênita é responsável por 1/4 das causas e é a causa mais comum, no entanto, pode estar associada a anomalias de outros sistemas, especialmente cardíacos em até 20 % dos casos (Abdell-BARY *et al.*, 2020).

A incidência entre nascidos vivos é de 1 em 20.000-30.000. A ocorrência é maior no sexo masculino que feminino, com proporção de 3 para 1, é mais comum em bebês e é extremamente raro entre adultos (Demir, Hangul, Kose, 2019). Alguns pacientes podem permanecer assintomáticos por anos, no entanto, a maioria dos pacientes é diagnosticada no primeiro mês de vida, apresentando um grau moderado de disfunção respiratória no pós-natal imediato, e apresentam sintomas antes de atingir seis meses de idade, com piora progressiva devido ao aumento da hiperinflação pulmonar (Hochhegger, *et al.*, 2012).

Como visto, tanto a atresia brônquica como o enfisema congênito são patologias pulmonares raras, sendo o enfisema congênito, devido a sua ampla apresentação clínica de difícil diagnóstico. Assim, por essa associação e raridade dos acometimentos é relevante relatar os achados para um diagnóstico precoce e melhor conduta terapêutica. Diante disso, este trabalho teve como objetivo relatar um caso interessante de diagnóstico de atresia brônquica associada a enfisema congênito em recém-nascido, o tratamento realizado e a evolução da paciente.

2. RELATO DE CASO

M.F.A., recém-nascida do sexo feminino, nascida de 39 semanas, adequada para idade gestacional, sem histórico patológico em pré-natal, nascida de parto cesárea em serviço de saúde secundário, apresentou desconforto respiratório progressivo, necessitando de oxigênio inalatório. A radiografia de tórax revelou aumento da área cardíaca e dextrocardia, além de infiltrado pulmonar. Foi iniciado tratamento com cefalosporina de terceira geração.

Após transferência para serviço de referência em cardiologia pediátrica, foi submetida a ECG, com evidência de ritmo sinusal, frequência cardíaca de 150 BPM, ângulo do QRS no segundo quadrante, intervalo PR e QT dentro da normalidade e sobrecarga ventricular com difícil avaliação devido à irregularidade do traçado. Apresentava-se acianótica, sem alterações de sistema nervoso e locomotor. Aparelho respiratório com expansibilidade adequada e simétrica, murmúrio normoaudível bilateral, com roncos esparsos e retracção subcostal moderada, gemência, batimento de asa nasal, narinas púrias. A ausculta cardíaca apresentava bulhas rítmicas e normofonéticas mais audíveis em hemitórax direito, sem sopros, pulsos simétricos, boa perfusão. Sem alterações no exame físico do abdome, gênito urinário e sem alterações de pele.

Foi suspenso o uso do antibiótico e instalado CPAP bolhas, porém persistindo desconforto respiratório, com piora progressiva e necessidade de assistência ventilatória invasiva, com posterior melhora. Ao controle radiológico observou-se dextrocardia, com área cardíaca levemente aumentada, hiperinsuflação pulmonar e

desvio traqueal para a direita. O ecocardiograma revelou dextrocardia, forame oval e canal arterial patentes e Hipertensão Pulmonar (HP) moderada. Apresentava extrema dificuldade de adaptação à ventilação, sendo iniciada analgesia combinada.

Após melhora ventilatória, foi submetida a Tomografia Computadorizada (TC) de tórax, que evidenciou dextrocardia, além de significativa redução volumétrica do pulmão direito, pulmão esquerdo hiperexpandido (Figura 1). Devido a tênues opacidades alveolares com área de broncograma aéreo de permeio peri hilar bilateralmente, sugestivo de hipoperfusão pulmonar, foi levantada a hipótese de hipoplasia pulmonar direita e sequestro pulmonar, sem confirmação diagnóstica. A paciente evoluiu com instabilidade hemodinâmica, com necessidade de suporte inotrópico.

Pesquisou-se outras malformações, no entanto, a ultrassonografia de abdome e crânio, revelaram-se normais. A investigação prosseguiu com realização de angiotomografia de tórax, cujas imagens sugeriram atresia brônquica do lobo superior esquerdo associado a enfisema lobar congênito. A paciente foi então submetida a lobectomia do terço superior do pulmão esquerdo

aos onze dias de vida. No pós-operatório evoluiu com sepse com contaminação meníngea e crise convulsiva.

Manteve dependência de suporte ventilatório com parâmetros altos, bem como altas doses de analgesia contínua para otimizar sincronização ao respirador. O quadro foi complicado com o surgimento de fístula broncopleural de alto débito, sendo necessário a introdução de um outro dreno torácico para o controle do débito. Devido a gravidade do quadro e manutenção de padrão de hipertensão pulmonar grave, foi iniciado óxido nítrico inalatório e inibidor da fosfodiesterase.

Aos 25 dias pós-operatório, houve deiscência total de sutura da parede do lobo inferior esquerdo, com formação de grande pneumotórax (Figura 2). A paciente foi então submetida a nova abordagem cirúrgica, com sutura da deiscência, com sucesso. A fim de evitar outros quadros de fístula broncopleural, foi optado por manter parâmetros ventilatórios menores e programada redução mínima a cada 48h, tolerando hipercapnia leve.

Após 66 dias de ventilação invasiva a paciente foi extubada com sucesso para modo não invasivo com pronga nasal, no qual permaneceu por 48 horas, evoluindo 5 dias depois para respiração espontânea em ar ambiente.

Após setenta e quatro dias após admissão na UTI, a paciente recebeu alta para a enfermaria, no entanto retornou 72 horas após devido a quadro de crise convulsiva e fadiga respiratória, necessitando novamente de ventilação mecânica, na qual permaneceu por 24 horas, sendo então, extubada com sucesso. Permaneceu sob suporte com oxigênio inalatório por mais 13 dias, recebendo alta para enfermaria e 72 horas depois, para domicílio, sem necessidade de oxigênio suplementar.

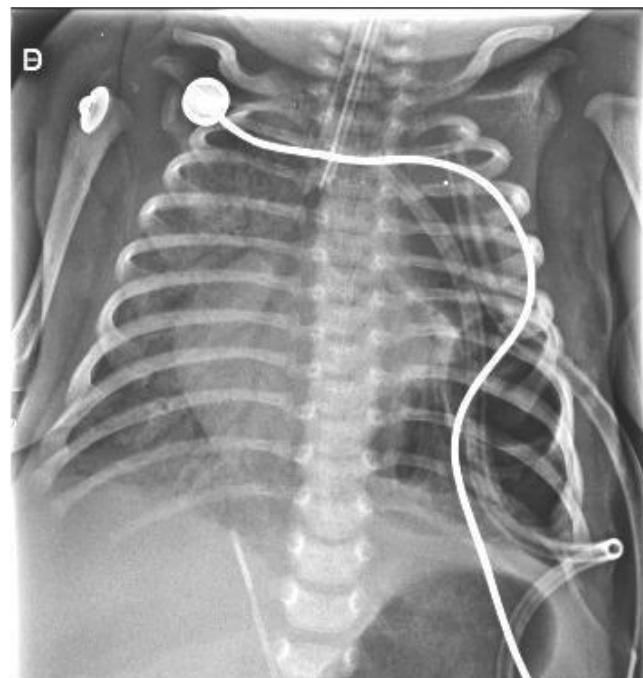
Segue atualmente em ambulatório da cirurgia pediátrica, com desenvolvimento neurológico e antropométrico adequado, sem episódios de infecções pulmonares e sem qualquer limitação física (Figura 3).

Figura 1 - Tomografia Computadorizada de Tórax.



Fonte: Os autores

Figura 2 - Radiografia de tórax com pneumotórax a esquerda devido deiscência de sutura pulmonar.



Fonte: Os autores

Figura 3 - Radiografia de tórax no seguimento ambulatorial após 2 meses de alta hospitalar. Área cardíaca centrada e hipotransparência em ápice pulmonar esquerdo, devido lobectomia.



Fonte: Os autores

3. DISCUSSÃO

As causas de atresia brônquica ainda não estão bem elucidadas na literatura, porém há hipóteses de que esteja relacionada com uma obstrução prévia, e não por uma falha primária no desenvolvimento brônquico. É provável que a atresia não ocorra em apenas um ponto do desenvolvimento brônquico (que ocorre entre 6 e 16 semanas de gestação), mas sim em diversas fases. Além disso, acometimentos vasculares sistêmicos podem ser encontrados em diversos casos de malformações pulmonares, principalmente nos acometimentos do lobo inferior esquerdo. Do ponto de vista clínico, é mais importante estar atento a complicações resultantes dessa associação íntima entre via aérea e a vasculatura, como infecções recorrentes e pneumotórax (Alebna, *et al.*, 2019; Langston, 2003).

Clinicamente, o paciente com atresia brônquica apresenta apenas o achado de diminuição dos sons respiratórios na região pulmonar afetada. Assim, exames de imagens auxiliam na busca dessa patologia, sendo a TC uma modalidade mais sensível, apresentando o achado de hiperlucidez devido à hiperinsuflação dos alvéolos afetados e a compressão dos tecidos adjacentes.

Em caso de dúvida diagnóstica, também pode ser solicitado a broncoscopia (Alebna, *et al.*, 2019).

O enfisema lobar congênito, assim como a atresia brônquica, se caracteriza por uma malformação pulmonar congênita e rara, cuja principal causa é uma deficiência no desenvolvimento das cartilagens brônquicas. Outras causas incluem a estenose brônquica idiopática, tampão mucoso ou malformação vascular (Tibana, *et al.*, 2019). O enfisema lobar congênito apresenta-se como uma hiperinsuflação lobar progressiva por aprisionamento aéreo de uma via colapsada, resultando em distensão do lobo hiperinsuflado e comprimindo os demais lobos, com evolução para desvio do mediastino (Tibana, *et al.*, 2019).

Más-formações cardíacas foram relatadas juntamente com Enfisema Lobar Congênito (Chinya, *et al.*, 2016), entretanto não foram encontrados registros da ocorrência do mesmo com Dextrocardia. A literatura orienta estudos ecocardiográficos pré-operatórios visando a exclusão de anomalias cardíacas (Abdel-Bary, *et al.*, 2020), o que foi realizado no nosso caso.

O enfisema lobar congênito pode ser confundido com pneumonia, levando ao tratamento desnecessário com antibióticos (Chinya, *et al.*, 2016) como foi observado no nosso caso, em que a paciente foi tratada inicialmente com Ceftriaxona. É visto na literatura que, na infância, a atresia brônquica se apresenta como pneumonias recorrentes ou dispneia (Demir, Hangul, Kose, 2019). A paciente em questão apresentou somente desconforto respiratório progressivo, evoluindo para uma intubação, tendo melhora clínica. Na literatura, constata-se que o lobo superior esquerdo costuma ser o mais afetado. A paciente apresentava acometimento do lobo superior direito, encontrado em 20,7 % dos casos (Tibana, *et al.*, 2019).

Apesar de benigna e não apresentar complicações (Wang, *et al.*, 2012), a atresia brônquica pode ser tratada de forma cirúrgica ou não, a depender do caso. A paciente foi tratada cirurgicamente, sendo submetida a uma lobectomia do terço superior do pulmão esquerdo. Na literatura, observa-se que a conduta mais recomendada é a lobectomia do terço pulmonar acometido (Wang, *et al.*, 2012) podendo ser adotada uma conduta conservadora nos casos assintomáticos (Chinya, *et al.*, 2016) e leves, em que há discreto estresse respiratório (Tibana, *et al.*, 2019).

A quantidade de lobos afetados se relaciona intimamente com as taxas de mortalidade, sendo determinante no desfecho da cirurgia (Chinya, *et al.*, 2016). Como complicações, a paciente apresentou deiscência total de sutura da parede da lobectomia, sendo necessária uma reabordagem cirúrgica. A literatura aborda as ocorrências de complicações cirúrgicas sendo descritas pneumonia em 10 % dos casos, também podendo ocorrer pneumotórax (Abdel-Bary, *et al.*, 2020).

É visto que a técnica operatória, os tipos de suturas e períodos prolongados na ventilação mecânica contribuem no desfecho da deiscência (Scordamaglio, *et al.*, 2017). No caso da nossa paciente, foi percebido presença de fístula broncopleural no décimo dia do pós-cirúrgico, sendo realizado exames de imagem para definição de sua causa, com o diagnóstico de deiscência cirúrgica de lobectomia. Definido como estratégia terapêutica a manutenção de baixos parâmetros ventilatórios, com tolerância de períodos de hipercapnia, como forma de evitar posteriores fístulas bronco-pleurais.

Também, optou-se por utilizar o óxido nítrico, uma vez que seu uso é promissor nos quadros de hipertensão pulmonar devido seu efeito vasodilatador pulmonar seletivo, melhorando a relação ventilação/perfusão e o desempenho cardíaco direto (Gurgueira GL., Carvalho WB., 2003). Devido uma parcela dos pacientes não responderem adequadamente ao óxido nítrico e a uma probabilidade de efeito rebote com sua descontinuação, também optamos por utilizar um inibidor da fosfodiesterase (Kelly LE, Ohlsson A, Shah PS., 2017).

Uma revisão na literatura mostra que o pneumotórax é o primeiro sinal de fístula broncopleural, e que o tratamento não deve incluir pressão positiva. A fístula broncopleural, como complicações pós-cirúrgica, pode levar a acidose respiratória (Toneloto, *et al.*, 2015) provavelmente em decorrência de um mecanismo de compensação metabólica, sendo uma complicações prevista na literatura (Romano, *et al.*, 2016). Apesar das complicações pós-cirúrgicas e do longo período de internação, a paciente se recuperou, tendo alta da UTI.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados neste estudo de caso, foi possível analisar a relação entre duas doenças importantes em um recém-

nascido, que são a atresia brônquica e o enfisema congênito, consideradas doenças pulmonares raras. O diagnóstico nessa fase da vida do neonato e na infância se dá principalmente pela clínica do paciente mediante infecções respiratórias recorrentes. Dentre os exames que corroboraram para o diagnóstico, a angiotomografia foi de extrema relevância. A importância dos achados nos exames realizados, para um diagnóstico precoce, assim como a conduta terapêutica adequada fizeram com que a paciente em questão que, sendo submetida à procedimentos cirúrgicos, e apesar de complicações sucessivas, obteve sucesso no tratamento aplicado.

REFERÊNCIAS

- ABDEL-BARY M, et al. Clinical and surgical aspects of congenital lobar over-inflation: a single center retrospective study. **J Cardiothorac Surg.** 2020; 15(1):102.
- ALAMO L, et al. Imaging findings of bronchial atresia in fetuses, neonates and infants. **Pediatr Radiol** 2016; 46:383–390.
- ALEBNA PA, et al. Pulmonary hypertension and congenital bronchial atresia: A time factor association. **Respir Med Case Rep.** 2019;28:100882. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6597737/>
- BERROCAL T, et al. Congenital anomalies of the tracheobronchial tree, lung, and mediastinum: embryology, radiology, and pathology. **Radiographics**. 2004; 24(01):e17.
- BIYYAM DR, et al. Congenital lung abnormalities: embryologic features, prenatal diagnosis, and postnatal radiologic-pathologic correlation. **Radiographics**. 2010; 30:1721–1738.
- CHINYA A, et al. Congenital lobar emphysema: Pitfalls in diagnosis. **Lung India**.2016; 33:317-9. 10.4103/0970-2113.180883.
- DEMIR OF, HANGUL M, KOSE M. Congenital lobar emphysema: diagnosis and treatment options. **Int J Chron Obstruct Pulmon Dis.** 2019; 14:921-928.
- DISCOSCIO V, et al. Congenital cystic adenomatoid malformation of the lung associated with bronchial atresia involving a different lobe in an adult patient: a case report. **J Med Case Reports**. 2010;4:164–166.
- GIPSON MG, CUMMINGS KW, HURTH KM. Bronchial atresia. **Radiographics**. 2009; 29(5):1531-5.
- GURGUEIRA GL.; CARVALHO WB. Óxido nítrico inalatório: considerações sobre sua aplicação clínica. **Jornal de Pneumologia**, 2003; 29 (5): 325–331. <https://www.scielo.br/j/jpneu/a/cntXB4hrDLT9ynKN4TbTTqm/#ModalHowcite>
- HOCHHEGGER B, et al. Congenital lobar emphysema: the role of multislice computed tomography with virtual bronchoscopy in the differential diagnosis with bronchial foreign bodies. **Eur Arch Otorhinolaryngol.** 2012; 269:2015–2016.
- LANGSTON C. New concepts in the pathology of congenital lung malformations. **Semin Pediatr Surg.** 2003;12(01):17–37.
- KELLY LE, OHLSSON A, SHAH PS. Sildenafil para hipertensão pulmonar em neonatos. **Banco de Dados Cochrane de Revisões Sistemáticas**, 2017. <https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD005494.pub4/full/pt>

PSATHAKIS K, *et al.* The prevalence of congenital bronchial atresia in males. **Monaldi Arch Chest Dis.** 2004 Jan-Mar;61(1):28-34.

ROMANO TG, *et al.* Adaptação metabólica diante de hipercapnia persistente aguda em pacientes submetidos à ventilação mecânica por síndrome do desconforto respiratório agudo. **Rev Bras Ter Intensiva.** 2016; 28(1):19-26.

SCORDAMAGLIO PR; *et al.* Can total bronchopleural fistulas from complete stump dehiscence be endoscopically treated?. **European Journal of Cardio-Thoracic Surgery.** 2017; 51(4): 702–708.

TIBANA TK, *et al.* Congenital lobar emphysema. **Radiol Bras.** 2019;52(1):62–3.
TONELOTO MG, *et al.* Adjustable inspiratory occlusion valve in experimental bronchopleural fistula. A new therapeutic perspective. **Acta Cir Bras.** 2015; 30(8):561-7.

WANG Y, *et al.* Congenital bronchial atresia: diagnosis and treatment. **Int J Med Sci.** 2012;9(3):207-12

CAPÍTULO 03

LA GESTIÓN ESTRATÉGICA COMO HERRAMIENTA PARA LA COMPETITIVIDAD Y PERMANENCIA DE LAS MIPYMES FAMILIARES CHINAS EN MEXICALI

Zulema Cordova Ruiz

Doctora en Ciencias Económico administrativas

Universidad Autónoma de Baja California, Fac. de Ciencias Administrativas

E-mail: Zulema.cordova@uabc.edu.mx

Patricia Guadalupe García Cabrales

Doctora en Mercadotecnia

Universidad Autónoma de Baja California, Fac. de Ciencias Administrativas

E-mail: Garcia.patricia@uabc.edu.mx

Sósima Carrillo

Doctora en Ciencias Económico administrativas

Universidad Autónoma de Baja California, Fac. de Ciencias Administrativas

E-mail: sosima@uabc.edu.mx

Omar Guadalupe Rivas Jiménez

Doctor en Informática

Universidad Autónoma de Baja California, Fac. de Ciencias Administrativas

E-mail: Rivas.omar@uabc.edu.mx

RESUMEN: Las micro, pequeñas y medianas empresas (MiPymes) familiares de origen chino en Mexicali, Baja California, conforman un sector dinámico y trascendental por su participación en la actividad y desarrollo económico del a región, impactando favorablemente en el desarrollo del estado, una de sus características se manifiesta en que el dueño es el pilar y eje central del ejercicio administrativo, siendo la imagen como organización, y el líder natural al interior. La investigación es descriptiva transversal no experimental, considerando al segmento comercial con un amplio potencial por su capacidad de enfrentar problemas que le competen y por conformar el sector más importante, con el objetivo de identificar si entre los factores de cierre y falta de consolidación de este tipo de empresas, se encuentra la baja implementación de la planeación estratégica. El instrumento aplicado fue un cuestionario a una muestra de 42 empresas, la información obtenida se procesó y analizó estadísticamente. Los resultados muestran que se tiene una tendencia considerable a la resistencia a invertir tiempo y esfuerzo a la realización del diseño de la administración estratégica, concluyendo que se deben generar, diseñar e implementar acciones que ayuden a sacar adelante la operación, logrando ser competitivas y su permanencia en el mercado.

PALABRAS CLAVE: MiPymes Familiares; planeación estratégica; competitividad.

1. INTRODUCCIÓN

Es innegable que toda organización requiere tener directrices o políticas que la guíen, las cuales le facilitaran a través del análisis, ya sea interno como externo, conocer cuáles son los objetivos que se desea obtener en el futuro y es en ese momento cuando surge la gestión estratégica. La gestión organizacional se convierte en una herramienta beneficiosa para alcanzar el mejoramiento en el contexto interno y externo de las organizaciones (Murcia et al., 2022). La gestión organizacional, para su ejercicio, se complementa de herramientas estratégicas que permiten un accionar eficiente dentro la empresa. De acuerdo con Serna Gómez (2014), la planeación estratégica permite a las organizaciones tomar decisiones adecuadas para la consecución, procesamiento y análisis de información interna y externa, al igual que requiere un equipo de trabajo idóneo, estructura estratégica clara y realista (misión, visión, objetivos), además de la capacidad de cambio apoyado en estrategias. De este modo, en la gestión organizacional, el diagnóstico empresarial es una herramienta de apoyo estratégico que permite identificar, formular y evaluar las alternativas adecuadas en el ámbito de la actividad económica propia de la empresa (Prieto Herrera, 2017). Lo cual consiste en definir el alcance, lo que se quiere ser y establecer, y sobretodo cuál es la razón de ser de la empresa, estos son algunos de esos aspectos importantes que van a permitir plantear las estrategias necesarias para cumplir con lo que se espera. De este modo es que la planeación estratégica requiere que las personas responsables de la toma de decisiones en una empresa tengan claro qué clase de estrategias van a utilizar y sobretodo el cómo las van a adecuar a las distintas alternativas que se van a presentar en la medida en que van creciendo o posicionándose en el mercado. Por lo que es necesario analizar las estrategias con relación a las actividades de la organización y cómo se van a implementar en el corto o largo plazo, siempre teniendo como meta el lograr los objetivos propuestos en las políticas de la empresa. Pero también es necesario que estas se revisen desde el punto de vista de la sostenibilidad y del direccionamiento, a través del establecimiento de objetivos globales y específicos que lleven a obtener los mejores resultados con los recursos que se tienen. Más aún, es probable que las estrategias se enfoquen en la competitividad y el entorno, y es ahí cuando

muchos empresarios hacen ver lo valioso que es aprender y adaptarse a los cambios en forma más rápida que los competidores.

Para fundamentar la presente investigación es necesario efectuar el análisis de las distintas conceptualizaciones sobre estrategia lo cual debe tener en cuenta cualquier administrador que desee conocer más a fondo cómo va a lograr desarrollar una adecuada planeación estratégica.

2. PLANTEAMIENTO DEL PROBLEMA

En el municipio de Mexicali, B.C., existen un gran número de MiPymes familiares, que tienen la característica de que sus dueños e integrantes son de origen chino, las cuales están constituidas y registradas formalmente dentro de la comunidad China del municipio, dando empleo a una parte importante de la población, sin embargo, algunas de ellas fracasan debido a su mala administración, en particular la gestión estratégica, la cual es clave para una adecuada toma de decisiones (Molina, 2006).

2.1 Objetivo

Determinar si existe una diferenciación en el desempeño, así como en los factores de cierre de las MiPymes familiares de la comunidad China, que están ubicadas en Mexicali, B.C. al aplicar una gestión estratégica y al carecer de ella.

2.2 Justificación

Mexicali alberga un gran número de MiPymes de origen chino, dando empleo a una parte importante de la población y sobre todo reflejando una buena participación en el Producto Interno Bruto del municipio y de la región, sin embargo, se reconoce que gran parte de ellas fracasan debido a su mala administración, dentro de la cual se encuentra la gestión estratégica, lo que se manifiesta a su vez en un ciclo de vida corto. De ahí la importancia de que los dueños de un negocio desarrollen e implementen desde un principio las herramientas básicas para una administración adecuada, además, resulta de

muchas importancia que la MiPyme, esté preparada para su crecimiento y que este sea lo más sano posible.

Se debe destacar que estas empresas enfrentan un entorno difícil, principalmente por la crisis económica a nivel mundial y la competencia desmedida que las acecha, de ahí que les resulte complicado mantenerse en el mercado, siendo necesario hacer un análisis para identificar los factores que inciden en su permanencia, así como la correcta implementación de herramientas que soportan el llevar una adecuada administración de sus recursos. Según la secretaría de Economía, en México existen más de 5 millones de empresas, de las cuales se estima que cerca del 90 % (4.5 millones) son familiares y sólo el 30 % (1.35) pasa a la segunda generación y de este porcentaje, únicamente el 15 % llega a la tercera, es decir, sólo 200,000 firmas.

2.3 Marco Referencial

El municipio de Mexicali, B.C., como parte de su historia está estrechamente relacionado con la comunidad China, siendo los primeros pobladores de la región inmigrantes de dicha nacionalidad, lo que propicio que hasta la fecha tengan una participación muy importante en la economía del Estado, teniendo como antecedente el hecho de que en 1918, se fundó la Asociación China con la finalidad de representar a dicha comunidad ante cualquier estancia gubernamental y civil, así como promover su cultura, fortalecer los principios morales y afirmar los lazos de unión familiar. Para mediados del siglo XX, los integrantes de la comunidad china ya establecidos en lo que hasta hoy se conoce como el barrio de La Chinesca, fundaron comercios enfocados a la venta de ropa, calzado, mercerías, abarrotes y restaurantes; trayendo con esto un gran beneficio en el desarrollo económico de Mexicali generando trabajo y propiciando prosperidad a la economía local, y hasta hoy en nuestros días sigue presentándose ya que ofrecen más de 1,200 fuentes de empleo a trabajadores de la ciudad, (Arellano, 2012).

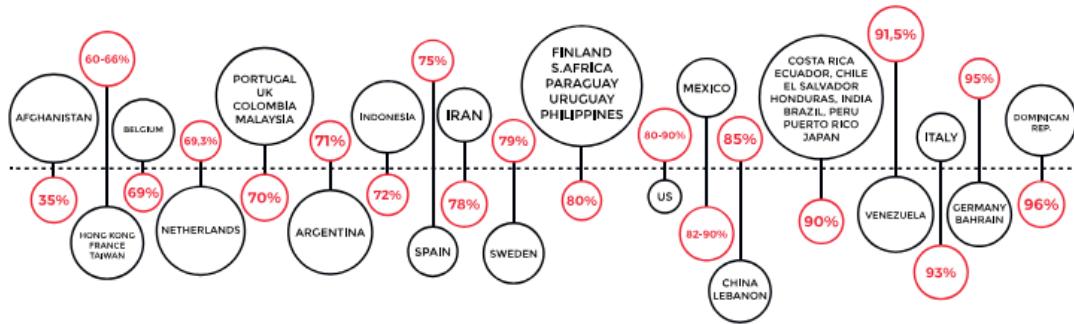
La importancia colectiva que tienen las Mipymes se debe a que más del 95 % de todas las empresas que operan en nuestro país son micro, pequeñas y medianas (Rodríguez Valencia, 2010). Además, la pequeña y mediana empresa proporciona más de la mitad de todos los empleos en México. Por otro lado, la

pequeña empresa ha proporcionado una de las mejores alternativas para la independencia económica, ya que este tipo de empresas han sido una gran oportunidad mediante la cual los grupos en desventaja económica han podido iniciarse y consolidarse por méritos propios. De igual manera debe anotarse que la pequeña empresa ofrece el campo experimental para generar, con frecuencia, los nuevos productos, ideas, técnicas y formas de hacer las cosas.

3. DEFINICIÓN DE EMPRESA FAMILIAR

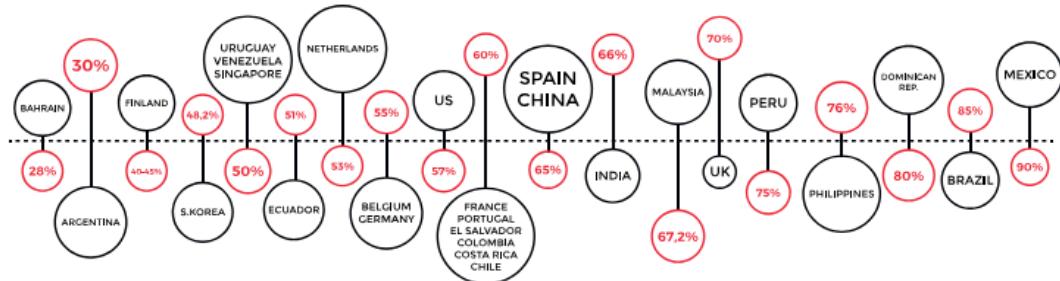
La empresa familiar se crea desde el emprendimiento puro; el nacimiento de una empresa familiar surge de la iniciativa de un primer emprendedor o emprendedora (en una proporción más que interesante, los fundadores son un matrimonio o pareja) que toma la decisión de crear un negocio y, en la mayoría de los casos intenta generar (no siempre con éxito) las condiciones para que esa empresa se transmita en propiedad y gestión a las siguientes generaciones de la familia, lo que supone una decisión, voluntad o aspiración implícitas en la condición natural de la empresa familiar. En el mundo de los negocios es muy común escuchar de las empresas familiares, de hecho, se considera que esta es una de las principales fuentes de creación de empresas. Y como no serlo si como comenta Davies (2006) este tipo de empresas representan cerca de dos tercios de todas las empresas en todas las economías. John Davis, uno de los más prestigiosos expertos en empresa familiar del mundo, miembro académico de Harvard Business School, sostiene en una entrevista de 20153 que al menos dos tercios de las empresas de todo el mundo están en manos familiares. Las empresas familiares suponen entre el 80 y 90 % de la economía mundial, abarcando todos los sectores y en lo que respecta a la generación de empleos tienen gran impacto destacando que en el caso particular de México se encuentra en el rango del 90 %, mientras que en lo que respecta a América del norte el promedio está en el 24 % (KPMG, 2018).

Gráfica 1 Porcentaje de empresas familiares en el sector privado por países



Fuente: Family Business Institute.

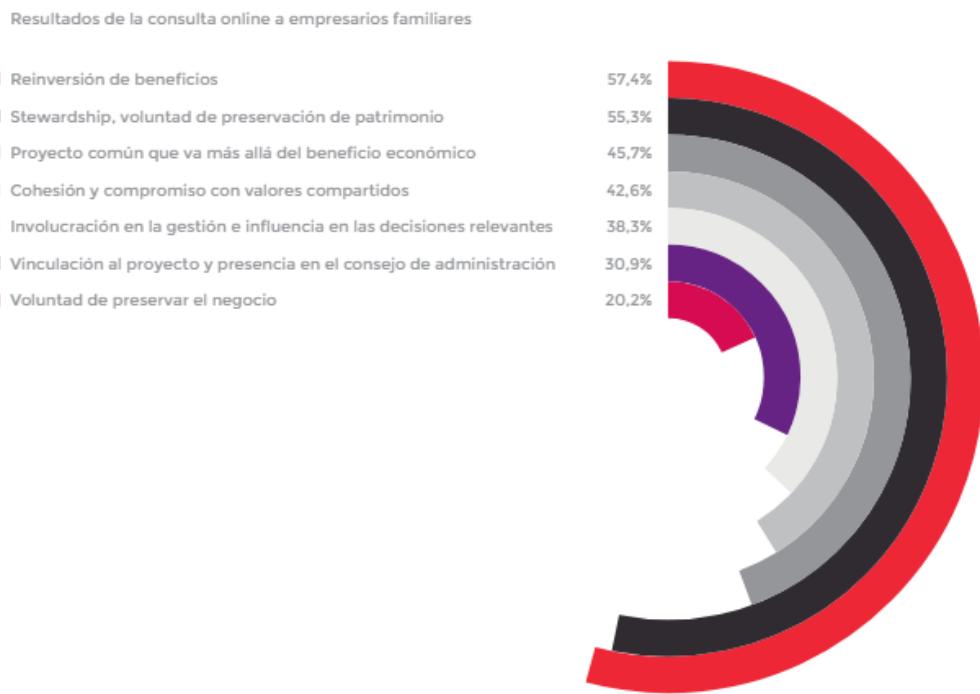
Gráfica 2 Porcentaje de generación de empleo de la empresa familiar por país.



Fuente: Family Business Institute.

La empresa familiar tiene ventajas y desventajas con respecto a la empresa no familiar. Entre sus ventajas, el compromiso, una mayor visión a largo plazo y una sólida cultura organizacional. Entre sus desventajas más frecuentemente mencionadas están el mayor riesgo de conflictos y la dificultad para profesionalizarse. El estudio de KPMG sobre Empresa Familiar Excelente (2015) sintetiza los factores que mejor definen la empresa familiar de éxito que incluyen, entre los más importantes, la reinversión en beneficios (57 % de los respondientes así lo indican), así como un alto compromiso con los valores compartidos y preservación del patrimonio. La innovación y la necesidad de gestionar el crecimiento, conjuntamente con la profesionalización de la gestión y una planificación adecuada de la sucesión son esenciales en el buen gobierno de la empresa familiar.

Gráfica 3. Factores definitorios de la empresa familiar.



Fuente: KPMG 2015.

El estudio PWC (2017) sobre la supervivencia de las empresas familiares, concluyó que, para el 2021, un 87 % de ellas consideraba que la mayor parte de su facturación provendría de los mismos productos y servicios que desarrollaban en la actualidad. Esto resulta poco realista. Una buena parte de la riqueza a nivel mundial provendrá en el futuro inmediato de economías consideradas como de “alto riesgo”. La innovación y el emprendimiento serán esenciales para mantener la competitividad en un entorno muy volátil.

3.1 La gestión estrategia relacionada con las organizaciones

Las empresas actualmente tienen el reto de mejorar sus procesos organizacionales de forma constante (Mora-Riapira *et al.*, 2015; Adeniji *et al.*, 2018); por ello, la gestión organizacional se convierte en una herramienta beneficiosa para alcanzar el mejoramiento en el contexto interno y externo de las organizaciones (Murcia *et al.*, 2022).

La gestión como el conjunto de actividades ...) en pos de la mejora y el fortalecimiento organizacional a partir de técnicas y herramientas vinculadas al análisis y diseño organizacional, la planificación, los recursos humanos, los

sistemas de gestión de la calidad, el presupuesto entre otros aspectos. A su vez, se incorpora el componente estratégico, al tener en cuenta los efectos que el entorno puede provocar sobre la propia administración (Galinelli y Migliore, 2015).

Para Calderón *et al.* (2011), la gestión trasciende a la administración de los recursos al orientarse por el estudio de los comportamientos de las personas en las organizaciones con respecto a sus capacidades, habilidades, destrezas, actuaciones, motivaciones, valores morales en el trabajo; así como por el estudio de la formalización de las prácticas de procesos, procedimientos y normas para el logro de los objetivos.

Del mismo modo, Casassus (2005, 2009) argumenta que hasta la década de los sesenta del siglo pasado - en la práctica de la administración - no se hablaba de gestión, ya que esta se encontraba diluida en dos actividades conceptualmente distintas: la planificación, que le competía elaborar los planes, establecer los objetivos y definir las acciones a realizar; y la administración, que le incumbía ejecutar las acciones definidas. En la actualidad, esta distinción ha sido superada e integrada en el concepto de gestión. Chiara y Di-Virgilio (2017) siguen la tradición etimológica, cuando, desde la postura de Herzer *et ál.* 1994), arguyen que la gestión se relaciona con aquellos procesos que buscan la articulación -vale decir, la utilización, coordinación, organización y asignación- de los recursos humanos, financieros, técnicos, organizacionales y políticos con el propósito de producir satisfactores que hagan posible la reproducción de la vida y el reconocimiento de las prácticas administrativas de índole teórica y técnica.

La gestión en las organizaciones complejas de este milenio comprende toda una red de desarrollo de procesos de autoorganización que incluye aspectos perentorios como identidad organizacional, iniciativa individual, acción conjunta, racionalidad y creatividad democrática, paradojas de orden y desorden, centralización y descentralización organizacional, toma de decisiones, autodeterminación, autogestión y responsabilidad social (Martínez-Fajardo, 2005).

Algunos principios fundamentales en la gestión organizacional compleja vienen a ser la creación y expansión de complejidad e incertidumbre en las organizaciones, la creación y generación permanente de información y

significados, el impulso continuo de fuerzas contrapuestas, la utilización positiva del conflicto y la gestión asentada en valores nucleares (Navarro-Cid, 2000).

La gestión estratégica como trabajo en equipo considera que la gestión depende de las fuerzas sociales, psicológicas, técnicas y económicas; por tanto, resume los planteamientos de la teoría de las relaciones humanas, del comportamiento organizacional y de la teoría de la contingencia. Por consiguiente, la gestión estratégica es una forma particular de coordinar las actividades de los colaboradores dentro de una cultura y clima organizacional específicos, que facilita el desenvolvimiento y accionar de las personas y de la organización para responder a las demandas y cubrir las necesidades de la sociedad. Les corresponde a los gestores o agentes desempeñar determinados roles para el logro de los objetivos previstos, mediante el uso racional de los recursos tangibles e intangibles.

En el desarrollo de la teoría y la práctica de la gestión basada en estrategias organizacionales surgen dos corrientes denominadas “gestión estratégica planificada” y “gestión estratégica”.

La gestión estratégica planificada comienza a establecer las estrategias para enfrentar las situaciones de corto y mediano plazo planteadas por el entorno. La *planificación estratégica* es un proceso centralizado que orienta el proceso de la planificación funcional a base de las estrategias definidas en los planes corporativos. El supuesto básico de la planificación estratégica es que la planificación es responsabilidad exclusiva de los planificadores ubicados en el centro del poder de las organizaciones, la gerencia no participa y menos la comunidad de los colaboradores.

La gestión de las organizaciones complejas ...) (se da) en el marco de procesos emergentes de: autoorganización, adaptación, innovación, aprendizaje permanente, simplificación, complementariedad y equilibrio sostenible entre empresa, hombre y ambiente. Desde esta perspectiva, el paradigma de la complejidad se posiciona en favor de una ética empresarial sustentada en el diálogo entre individuos y colectivo organizacional, naturaleza y sociedad, autonomía y dependencia; procesos que integrados han de proporcionar a la organización, la fortaleza y el dinamismo para enfrentarse a un entorno cada vez más incierto y aleatorio (Narváez et ál., 2011, p. 46.)

La gestión organizacional, en esta concepción compleja, descarta de plano la visión utilitaria, y propone el desarrollo dialéctico de los procesos de autoorganización y autorregulación, aprendizaje permanente, consenso, diálogo, cooperación, adaptabilidad, complementariedad, creación e innovación de procesos, asumiendo los valores de libertad, respeto a la diversidad, solidaridad sin distingos, interacción y equidad para alcanzar las mejores prácticas, rendimientos y satisfacciones organizacionales y personales.

4. METODOLOGÍA

Este trabajo investigativo tiene una base documental y así como de campo basada en la aplicación de encuestas semiestructuradas a empresas familiares de origen Chino establecidas en Mexicali, siendo determinados como sujetos de estudio a todas aquellas personas que tuvieran una relación laboral con la empresa familiar, ya sea dueños, gerentes o empleados, porque forman parte de nuestro objeto de estudio, la Mipyme familiar de carácter comercial. Esta investigación es no experimental en virtud de que no existe una manipulación de las variables, lo cual es una de las características de este tipo de investigación de acuerdo a lo establecido por Hernández & Fernández (2010) que señalan que en un estudio no experimental se observan situaciones ya existentes, no provocadas intencionalmente por el investigador. Los alcances de la investigación son: Exploratorio y descriptivo. Después de realizar una exhaustiva revisión de la literatura, se procedió a la elaboración del instrumento y los datos se recolectaron en un solo momento, es decir en un tiempo único, con el único propósito de describir las variables y posteriormente proceder a analizar su interrelación. Durante la elaboración del instrumento se buscó simplicidad en la redacción de las preguntas. Cabe destacar que es de corte cuantitativo, con un diseño de tipo descriptivo no experimental transversal. Se trabajó con una muestra dirigida de 42 empresas, utilizándose un muestreo de casos típicos, el instrumento de medición que se aplicó fue un cuestionario. Durante el desarrollo de la investigación se implementó una metodología establecida en dos fases, en la primera parte se llevó a cabo la revisión y análisis de bibliografía en libros, revistas, periódicos, bases de datos y documentos electrónicos relacionados con el tema de estudio, apegándose a esa revisión se elaboró el marco de

referencia. En la segunda parte se realizó un estudio de campo, mediante la aplicación de un cuestionario a las personas a cargo de la administración y funcionamiento de las empresas, el cual se elaboró tomando como referencia la información obtenida en la revisión documental.

5. RESULTADOS

El análisis de los resultados al aplicar el instrumento fue realmente muy apegado a lo esperado, dadas las condiciones del contexto comercial dentro del municipio. Se pudo observar que el 46 % de los propietarios consideran a la planeación como una actividad importante y destacando el hecho de que las MiPymes Familiares de la comunidad China en Mexicali que le concedieron mayor importancia a la planeación, obtuvieron un rendimiento superior. Se destaca que, debido a la amplia participación del propietario en la gestión, dirección y operación de la organización, es necesario que exista convencimiento sobre los beneficios prácticos de la gestión estratégica.

El nivel de planeación está estrechamente relacionado con la orientación que el dueño pretenda darle a la empresa, de tal forma que, si se orienta al desarrollo y crecimiento de la MiPymes la gestión organizacional será un vehículo para alcanzar los objetivos planteados, de lo contrario no le concederá tanta importancia. Al realizar un análisis más profundo de los datos, los resultados sugieren que puede existir mayor probabilidad de mejorar el rendimiento de la empresa mediante la aplicación de un proceso formal de planeación, que a través de un proceso emergente e informal. También se encontró que las empresas que tienen una planeación sofisticada tienen un rendimiento mayor que las que planean de manera informal o no planean.

Figura 1. Cómo considera la planeación?

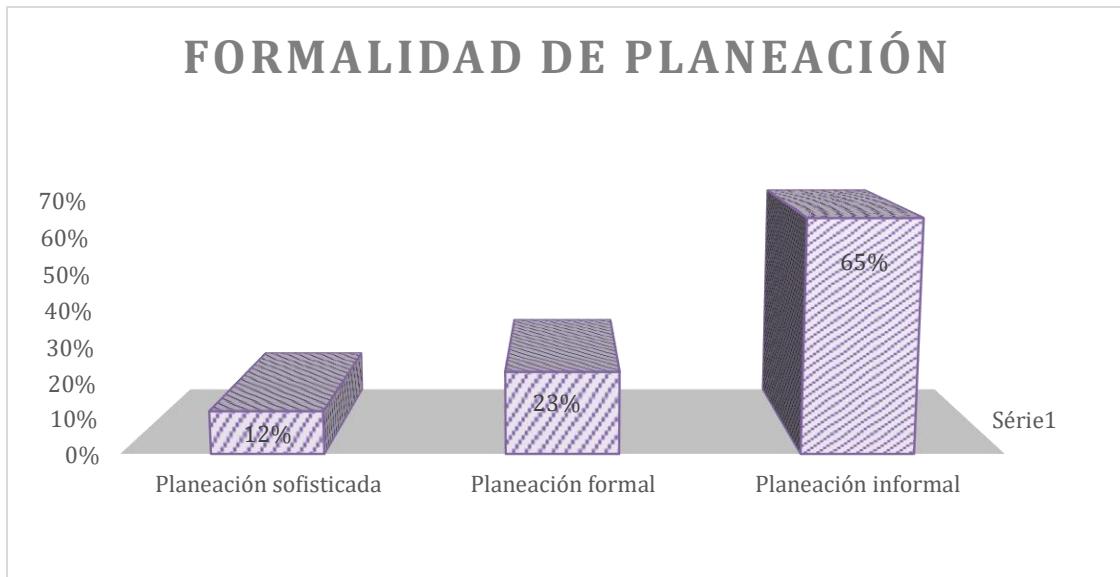


Fuente: Elaboración propia.

5.1 Formalidad de la planeación

En el instrumento realizado, la planeación se dividió en cuatro niveles: sofisticada, formal, e informal. El criterio utilizado se basó en: (1) si el plan se encontraba por escrito; y (2) si cumplía con los requisitos de una planeación formal. Los resultados muestran que solo el 20 % de las mipymes tienen una planeación sofisticada y el 23 % cuenta con una planeación formal. Sin embargo, el 17 % no planea y el 40 % lo hace de manera informal, es decir, no tiene un plan por escrito. Al realizar un análisis más profundo de los datos, los resultados sugieren que puede existir mayor probabilidad de mejorar el rendimiento de la empresa mediante la aplicación de un proceso formal de planeación, que a través de un proceso emergente e informal. También se encontró que las empresas que tienen una planeación sofisticada tienen un rendimiento mayor que las que planean de manera informal o no planean.

Figura 2. Forma de Planeación

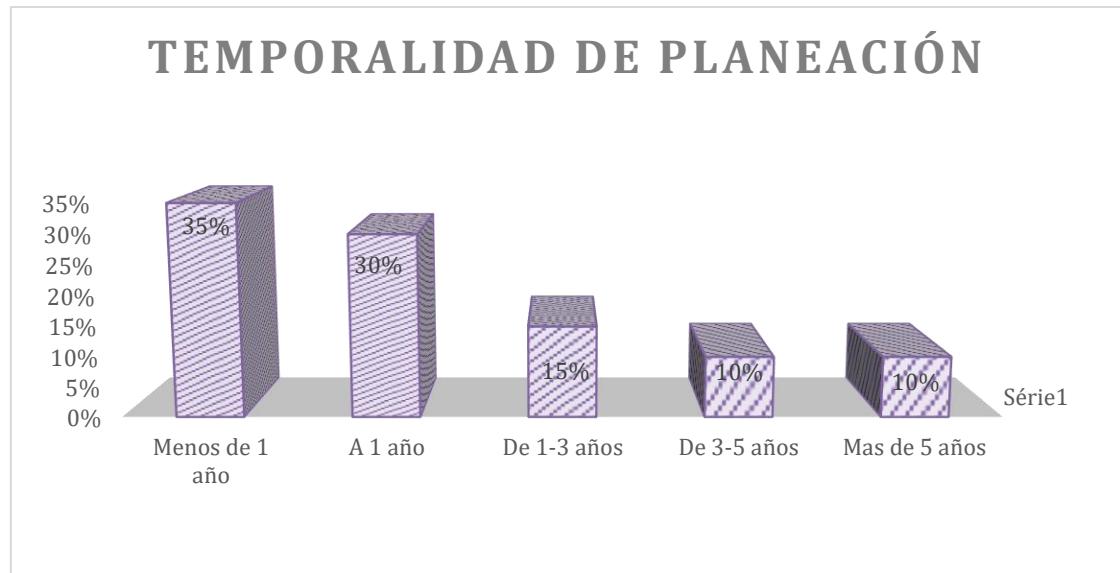


Fuente: Elaboración propia.

5.2 Temporalidad de la planeación

Esto se refiere al periodo de tiempo al que se proyecta la planeación. Los resultados obtenidos muestran que el 30 % de las MiPymes planea a 1 año y destacando que el 35 % de los encuestados reconocen que lo hacen a menor tiempo que los 12 meses del año. Este resultado nos puede indicar que se apegan a una tendencia a corto plazo, un enfoque operativo, más que una tendencia estratégica (de largo plazo). En adición se puede mencionar que las empresas que tienen un horizonte temporal más amplio (más de 1 año), obtuvieron un rendimiento superior. Este resultado sugiere, que el horizonte temporal de largo plazo supone algunas ventajas sobre la planeación a corto plazo.

Figura 3. Temporalidad de Planeación

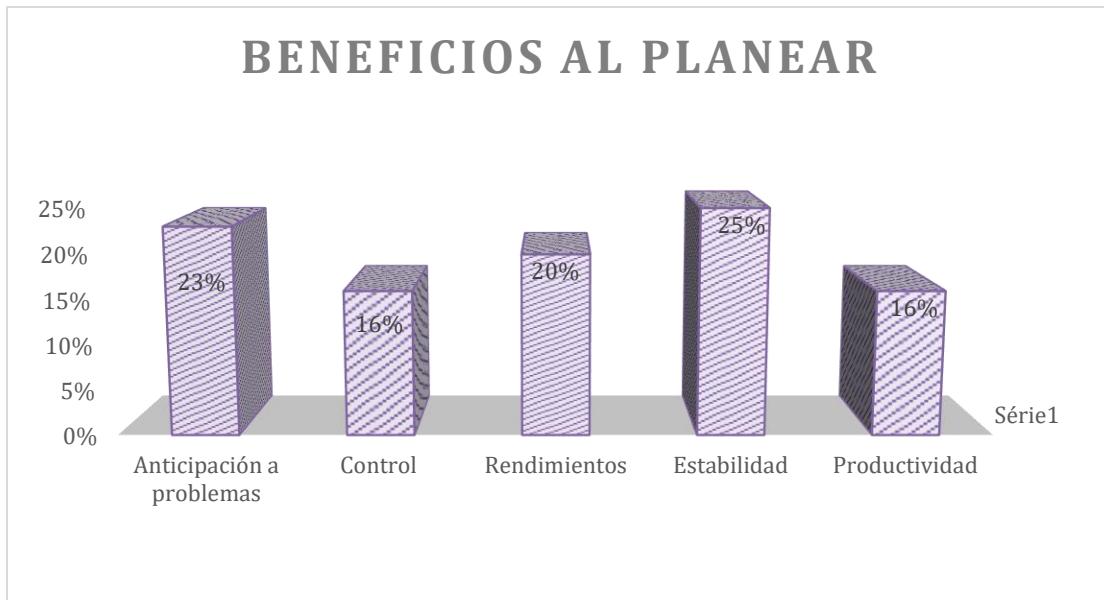


Fuente: Elaboración propia.

5.3 Beneficios al implementar la planeación

Este ítem es muy representativo por el hecho de que nos podemos percatar que aquellos responsables de las empresas analizadas están conscientes de que al llevar a cabo la planeación estratégica les representa un beneficio palpable, destacando con un 25 % el que les da una seguridad que se refleja en la estabilidad en sus operaciones lo cual es una de sus principales preocupaciones dadas las condiciones del entorno donde se desenvuelven, y considerando que muchas de sus transacciones se llevan a cabo en moneda extranjera por la ubicación de sus negocios, así mismo relacionan fuertemente la planeación con la posibilidad de estar anticipándose a los problemas que se puedan presentar pueden ser resueltos dados a la planeación dejando de lado la incertidumbre ante contingencias, e igual de importante es que la productividad se presenta entre los beneficios que se esperan alcanzar, lo que denota su enfoque a la competitividad.

Figura 4. Beneficios al Planear

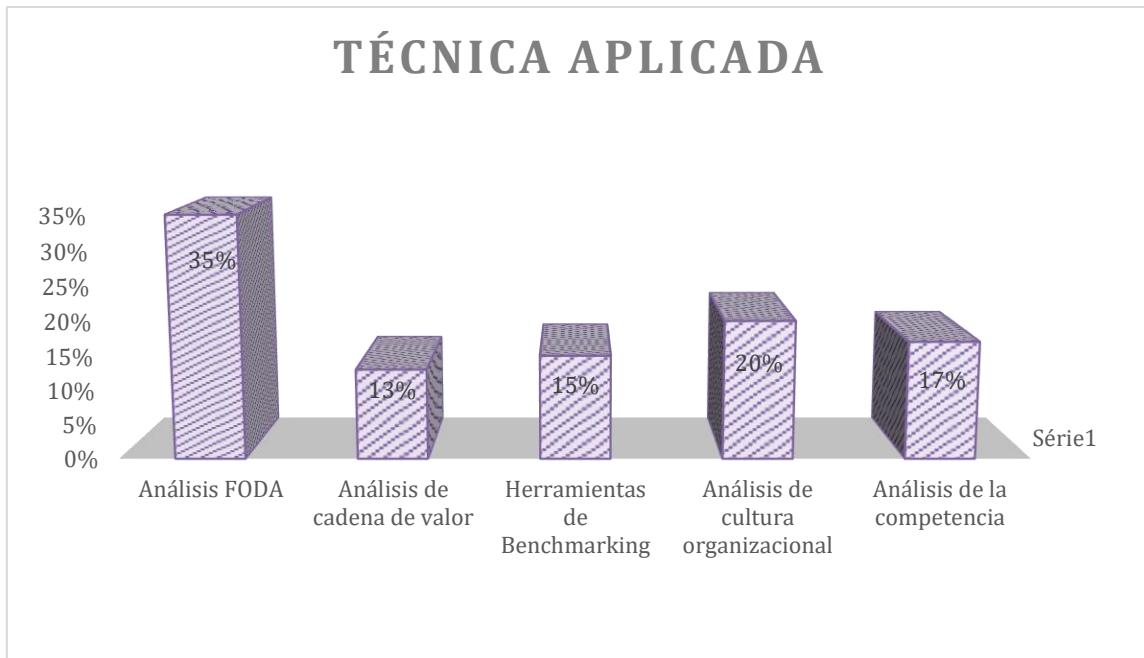


Fuente: Elaboración propia.

5.4 Uso de herramientas estratégicas y de gestión contable y financiera

En cuanto a la utilización de herramientas Estratégicas se encontró que las herramientas más utilizadas son: el análisis de fuerzas, oportunidades, debilidades y amenazas (FODA) con 35 %; y el análisis de cultura organizacional (20 %). Los resultados del análisis muestran que las Mipymes que utilizan en mayor medida estos instrumentos tienen una planeación estratégica más formales. Estos resultados refuerzan otros estudios que han encontrado que las empresas que emplean herramientas estratégicas experimentaron un efecto positivo y significativo entre la formalidad de la planeación, mayor eficacia en su ejecución y un rendimiento superior. Sin embargo, se aprecia un uso limitado de estas herramientas, particularmente las que se relacionan con aspectos estratégicos.

Figura 5. Técnica Aplicada

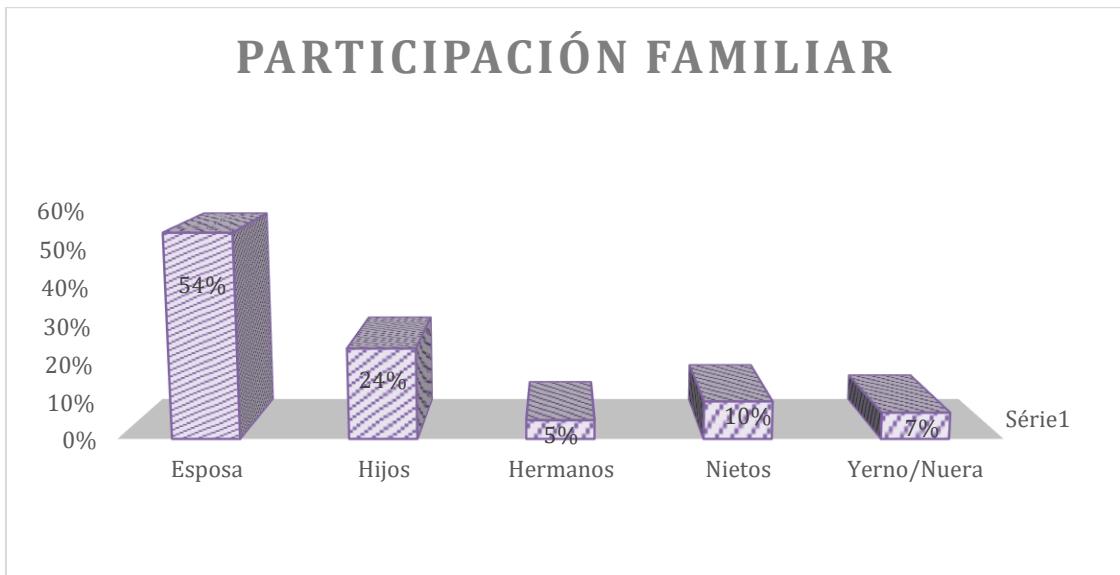


Fuente: Elaboración propia.

5.5 Participación de la familia en la administración del negocio y su continuidad después del fundador

Es muy limitada la participación de la familia política en la administración de la empresa familiar, sólo se realiza en un 54 % de las empresas encuestadas siendo la mayor participación de la esposa que trabajan como empleada, ocupando puestos como: jefes de los departamentos de ventas, y compra de materias primas. La participación de la familia en las empresas de este sector está concentrada principalmente en los hijos (o), representando el 24 % de las empresas familiares encuestadas, seguido por los nietos (as), ocupando los puestos claves como: la Gerencia General, Contabilidad, Finanzas y Recursos Humanos. En la administración de la empresa familiar existe el deseo de algún hijo(a), de participar en la continuidad y el desarrollo de la empresa, cuando el propietario se retire o fallezca, que espera quedarse al frente del negocio familiar.

Figura 6. Participación Familiar



Fuente: Elaboración propia.

6. CONCLUSIONES

Hoy en día las organizaciones se ven inmersas en un entorno cada vez más competitivo, las empresas familiares se enfrentan a grandes retos y una alta mortalidad. La mayoría nace con el fin de generar trabajos y patrimonio, pero necesitan fortalecerse para sobrevivir, por ello es importante disponer de herramientas que permitan establecer estrategias o planes de acción donde se prevea los distintos escenarios que pudieran presentársele a la MiPyMes, de esta forma, desde la planificación se pueden diseñar las posibles rutas de acción a seguir, tomando en cuenta diversos escenarios y así anticipar el posible fracaso de una empresa. Una situación frecuente y compleja en las empresas familiares, donde el capital y las ideas provienen de un grupo cercano (padres, hijos, hermanos), es que se espera que participen como socios o empleados, sin embargo la planeación estratégica apuntala que no solo la confianza o el deseo de un buen futuro para la organización es lo que lograra el éxito de la misma, sino más bien como proyecto a largo plazo toda MiPyMes, debe asegurarse que quienes ejerzan la dirección de la misma tengan tanto la formación como las habilidades para el trabajo y no debilitar al conjunto de la organización por la falta de capacidades. Por lo que hay que considerar que la planeación estratégica es una herramienta que tiene incidencia en el desempeño, rentabilidad y continuidad de las empresas familiares de ahí la importancia de su

implementación si consideramos que este tipo de negocios tienen en su mayoría un ciclo corto de vida. Esto nos lleva a la conclusión de que para que estas empresas sobrevivan en el contexto que se está viviendo en este momento, es necesario que se fortalezcan y desarrollen ventajas competitivas, que hagan frente a compañías de giros semejantes. La importancia de implementar estos procesos adecuadamente es que permitan a la gerencia hacer frente a la rápida evolución del entorno económico y competitivo, así como a las exigencias y prioridades cambiantes de sus clientes, adaptando su estructura para asegurar el crecimiento futuro. La ausencia de planeación puede resultar en excesivas situaciones imprevistas, inexistencia de una medida para controlar el éxito o fracaso de la gestión, carencia de una visión clara y falta de control. En resumen, desperdicio de tiempo, recursos y oportunidades. Así como conocer y aprovechar las distintas capacidades y potencialidades de la fuerza de trabajo y todas las alternativas que se le presentan a la empresa, de ahí la relevancia de aplicar toda la creatividad para que estos procesos se realicen de la mejor manera. Se debe buscar promover en aquellos que están frente de las organizaciones de la comunidad China un pensamiento estratégico, con el propósito de fortalecer sus procesos de gestión estratégica, que se conozca lo que comprende el proceso y lo trascendental que puede llegar a ser en su negocio, así mismo buscar elevar el uso de herramientas estratégicas que faciliten la elaboración, ejecución y control de la planeación. Aclarando que es importante especificarles que el número de herramientas que se pueden utilizar dependerá particularmente de las necesidades específicas de cada empresa. Una de las recomendaciones más apropiadas es el uso de indicadores de gestión, específicamente, la herramienta conocida como Cuadro de Mando Integral, el cual no es muy conocido dentro del ambiente de la comunidad dado a sus características culturales y de negocios, pero si esta se les comparte de manera tal que sea comprendida se verá una fácil y rápida adaptación y aplicabilidad, fortaleciendo con esto la manera de hacer negocios y de llevar la administración por buen camino.

REFERENCIAS

- ADENIJI, C., ADEYEYE, O., IYIOLA, O., OLOKUNDUN, M., MOTILEWA, D., IBIDUNNI, S., Y AKINBODE, M. (2018). Data on strategic change on employees' behavioural attitude and firm performance of selected manufacturing firms in Nigeria. *Data in Brief*, 18, 1551-1555. <https://doi.org/10.1016/j.dib.2018.04.032>
- ARELLANO, J. (2012). China hoy, (Extraido el 17 de marzo de 2014 <http://www.chinahoy.mx/>).
- CASASSUS, J. (2005). La gestión educativa en América Latina: problemas y paradigmas. En R. Cuenca, E. González y F. Muñoz-Cabrejo eds.), *La democratización de la gestión educativa: modelos de gestión, procesos de participación y descentralización educativa* pp. 97-125). ACDI, AECI, DFID, GTZ, USAID.
- CASASSUS, J. (2009). *Marcos conceptuales para el análisis de los cambios en la gestión de los sistemas educativos*. En E.-L. Campos-Alba, A.D. González-Martínez, O. Hernández-Rosales, M.R. Esparza-Castro, M.G. Mendizábal-Pérez, J.O. Fuentes-López, R. Martín-Domingo, C. Goñí-Carmona, M.Á. Mendoza-Ibáñez y J.C. Cruz-Pérez comps.), *Antología de gestión escolar* pp. 13-30). Secretaría de Educación Pública SEP, México)
- CHIARA, M. Y DI-VIRGILIO, M.M. 2017). Conceptualizando la gestión social. En M. Chiara y M.M. Di-Virgilio comps.), *Gestión de la política social: conceptos y herramientas* pp. 53- 86). Universidad Nacional de General Sarmiento.
- Davies, W. (2006). Understanding Strategy. Strategy and Leadership.
- GALINELLI, B. Y MIGLIORE, A. 2015). Administración y gestión pública: ¿de qué hablamos cuando hablamos de gestión? En M.-L. Pagani, M.A. Payo y B. Galinelli comps.), *Estudios sobre gestión pública: aportes para la mejora de las organizaciones estatales en el ámbito provincial* pp. 11-34).
- HERNÁNDEZ. R., FERNÁNDEZ C., Y BAPTISTA L.P. (2010) Metodología de la Investigación Editorial McGraw Hill, México.
- KPMG (2015). Una visión de la empresa familiar excelente. Recuperado de: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2015/11/visionempresa-familiar-excelente.pdf>
- KPMG (2018). Family Business. Recuperado de: https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2018/05/be_KPMG_Family_Business-brochure.pdf.
- MARTÍNEZ-FAJARDO, C.-E. 2005). *Teoría avanzada de organización y gestión: análisis del desarrollo de competencias en empresas colombianas*. Universidad Nacional de Colombia UNAL).

Molina, V. (2006). Estrategias para el inicio y manejo exitoso de un changarro. México: ISEF.

MORA-RIAPIRA, E. H., VERA-COLINA, M. A., Y MELGAREJO-MOLINA, Z. A. (2015). Planificación estratégica y niveles de competitividad de las Mipymes del sector comercio en Bogotá. *Estudios Gerenciales*, 31(134), 79-87. <https://doi.org/10.1016/j.estger.2014.08.001>.

Murcia, N. N. S., Ferreira, F. A. F., y Ferreira, J. J. M. (2022). Enhancing strategic management using a “quantified VRIO”: Adding value with the MCDA approach. *Technological Forecasting and Social Change*, 174, 121251. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121251>.

NARVÁEZ, M.; GUTIÉRREZ, C. Y SENIOR, A. 2011). Gestión organizacional: una aproximación a su estudio desde el paradigma de la complejidad. *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*, 172), 27-48. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36422801003>.

NAVARRO-CID, J.A. 2000). Gestión de organizaciones: gestión del caos. *Dirección y Organización: Revista de Dirección, Organización y Administración de Empresas*, 123), 136-145.

PRIETO, J., (2017). Gestión Estratégica Organizacional. 5 ed. Ecoe Ediciones, ISBN: 9789587714609

PWC (2017). The missing middle: Bridging the strategy gap in US family firms - US Family business survey. Recuperado de: <https://www.pwc.com/us/en/private-company-services/publications/assets/pwc-family-business-survey-us-2017.pdf> .

RODRÍGUEZ, V. (2010) Administración de pequeñas y medianas empresas. México: Cengage Learning.

SERNA GÓMEZ, H. (2014). Gerencia Estratégica. Panamericana.

CAPÍTULO 04

ADESÃO AO TRATAMENTO NOS PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM ARTRITE REUMATOIDE EM UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NO OESTE DO PARANÁ

Adrieli Bertotti

Acadêmica 8º período do curso de Medicina do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz.

Caroline Mayara Kavalco

Graduação em Medicina pela Universidade Federal de Santa Maria (2015). Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia pelo Centro Especializado em Ortopedia e Traumatologia (CEOT) e Hospital São Lucas. Residência Médica em Cirurgia da Mão, Microcirurgia e Trauma de Membro Superior pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP). Mestra em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP). Membro da Sociedade Brasileira de Cirurgia da Mão (SBCM). Membro da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT). Coordenadora do Programa de Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia do Centro Especializado em Ortopedia e Traumatologia (CEOT) e Hospital São Lucas.

Ana Laura Toretta

Acadêmica do 8º período do curso de Medicina do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz.

Anna Julia Wunsch Dias

Acadêmica do 8º período do curso de Medicina do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz.

Danniely Alencar Sandim de Melo

Acadêmica do 8º período do curso de Medicina do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz.

Kaoanna Taynara dos Anjos da Silva

Acadêmica do 8º período do curso de Medicina do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz.

Natália Regina Vieira Iacono

Acadêmica do 8º período do curso de Medicina do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz.

RESUMO: A artrite reumatoide é uma doença crônica, incapacitante, inflamatória, progressiva e autoimune que afeta as articulações, a patologia se caracteriza por sintomas como dor, rigidez matinal e inchaço articulatório. A doença ocorre quando o sistema imunológico ataca erroneamente as células saudáveis das articulações causando inflamação crônica, isso acontece pela ativação do sistema imune que está relacionado com o complexo de

histocompatibilidade do tipo 2 associado a um gatilho ambiental que pode ser o tabagismo ou a peritonite. Com a ativação da doença, teremos a síndrome da poliartrite crônica simétrica de pequenas articulações que se caracteriza por acometer 5 articulações ou mais, por 6 semanas, bilateralmente, sendo que os locais mais acometidos são as interfalangianas proximais, metacarpofalangianas, pés e punhos. Dessa forma, por ser uma doença de caráter progressivo e crônico, os sinais clínicos terão uma piora com a progressão da doença e isso impacta negativamente a qualidade de vida do portador da patologia reumatológica. Nesse intuito, embora a artrite reumatoide não tenha cura, o tratamento adequado ajuda a controlar os sintomas, diminuir o impacto da doença nas atividades cotidianas e retardar a progressão da patologia. Por isso, é muito importante que o paciente compreenda a complexidade da doença e contribua ativamente com a adesão ao tratamento. Com isso, o objetivo desse estudo é levantar a importância da adequada adesão ao tratamento na Artrite Reumatoide como forma de minimizar os sintomas clínicos, melhorar a qualidade de vida e reduzir a progressão da doença, bem como, identificar a faixa etária e o sexo mais acometido pela doença.

PALAVRAS-CHAVE: Artrite Reumatoide; Articulações; Inflamação; Doença.

ABSTRACT: Rheumatoid arthritis is a chronic, disabling, inflammatory, progressive and autoimmune disease that affects the joints. The pathology is characterized by symptoms such as pain, morning stiffness and joint swelling. The disease occurs when the immune system mistakenly attacks healthy cells in the joints, causing chronic inflammation. This happens due to the activation of the immune system, which is related to the type 2 histocompatibility complex associated with an environmental trigger that could be smoking or peritonitis. With the activation of the disease, we will have the syndrome of chronic symmetric polyarthritis of small joints, which is characterized by affecting 5 joints or more, for 6 weeks, bilaterally, with the most affected sites being the proximal interphalangeal joints, metacarpophalangeal joints, feet and wrists. Therefore, as it is a progressive and chronic disease, clinical signs will worsen as the disease progresses and this negatively impacts the quality of life of those with rheumatological disease. In this sense, although rheumatoid arthritis has no cure, adequate treatment helps control symptoms, reduce the impact of the disease on daily activities and slow the progression of the pathology. Therefore, it is very important that the patient understands the complexity of the disease and actively contributes to adherence to treatment. Therefore, the objective of this study is to raise the importance of adequate adherence to treatment in Rheumatoid Arthritis as a way of minimizing clinical symptoms, improving quality of life and reducing the progression of the disease, as well as identifying the age group and sex most affected by the disease.

KEYWORDS: Rheumatoid Arthritis; Joints; Inflammation; Disease.

1. INTRODUÇÃO

A artrite reumatoide é uma doença reumatológica autoimune de caráter crônico, caracterizada como uma poliartrite (por acometer cinco ou mais articulações em um período de seis ou mais semanas) periférica, simétrica, que leva a uma inflamação do tecido sinovial causando deformidade e destruição das articulações acometidas por um processo de erosão do conteúdo ósseo e cartilaginoso.

A patogenia ocorre devido a uma resposta inadequada do sistema imunológico em indivíduos que são geneticamente predispostos associado a fatores de riscos ambientais, a ativação das células T auxiliares CD4 vai desencadear a liberação local de mediadores inflamatórios e a produção de citocinas inflamatórias, como consequência, terá uma destruição da cartilagem pela sinovite, infiltração celular e erosão do osso subcondral.

As manifestações clínicas podem ter início em qualquer idade, sendo mais comum acontecer na quarta e quinta década de vida, é importante ressaltar que o comportamento da doença é variável em cada indivíduo, alguns portadores iniciam o quadro com sintomas brandos de curta duração e em alguns casos as manifestações são intensas e ocorrem de forma progressiva, comprometendo diretamente a qualidade de vida e limitando as atividades diárias do paciente.

Os sintomas se desenvolvem nas pequenas articulações das mãos (metacarpofalangeanas e interfalangeanas proximais), pés (metatarsofalangeanas e interfalangenas), punhos, tornozelos, cotovelos e joelhos. O esqueleto axial raramente é afetado, normalmente isso ocorre em estágios mais avançados da doença, nesses casos pode-se ter a subluxação atlanto axial que é considerada uma urgência médica. Além disso, cerca de 40 % dos pacientes terão manifestações articulares como os nódulos reumatóides, comprometimento pulmonar como o derrame pleural, episclerite, vasculites, pericardite, anemia por doença crônica e neuropatia periférica.

Como consequência do comprometimento das articulações diartrosiárias as manifestações são sistêmicas como rigidez matinal, fadiga, perda de peso, dor e inchaço nas articulações bilateralmente variando com períodos de

remissão e atividade da doença, visto que essa oscilação causa uma instabilidade na qualidade de vida do paciente.

O diagnóstico da artrite reumatoide tem como base os sintomas do paciente, achados articulares presentes no exame físico associado a exames complementares com resultados alterados, como o fator reumatoide e/ou anticorpo anti-peptídeo citrulinado cíclico (antiCCP) que são testes sorológicos com uma boa sensibilidade e os testes de prova inflamatória que é a velocidade de hemossedimentação/VHS e a reação em cadeia de polimerase/PCR. Associado a isso, considera-se os critérios de classificação ACR – *European League Against Rheumatism (EULAR) 2010* que possuem o objetivo de auxiliar no diagnóstico, visto que leva em consideração o número de articulações acometidas, a duração dos sintomas, alteração nos testes sorológicos e nos reagentes de fase aguda.

O tratamento deve ser iniciado logo após o diagnóstico com o uso de drogas modificadoras de doença reumática (DMARDs) como o metotrexato, hidroxicloroquina, leflunomida e sulfassalazina. Somado a isso, há o tratamento não farmacológico e o uso de drogas adjuvantes como os anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) e os glicocorticoides, para que com o uso conjunto das terapias seja possível ter melhora do quadro clínico do paciente e possibilitar um prognóstico satisfatório.

Contudo, é importante fazer o diagnóstico precoce ao paciente, visto que o principal intuito do tratamento é a prevenção e controle do dano articular, minimizando a perda da função, diminuindo a dor para maximizar a qualidade de vida dos portadores de artrite reumatoide e o objetivo geral da terapia é a remissão completa da doença em até 6 meses do início do tratamento. Ao iniciar o tratamento é essencial fazer o acompanhamento dos índices de atividade da doença por meio do score DAS 28 em que é calculado levando em conta as variáveis clínicas e laboratoriais proporcionando uma avaliação global do paciente em relação a sua doença.

2. METODOLOGIA

O tipo de estudo desenvolvido adotou uma abordagem comparativa, utilizando o método quantitativo, de natureza exploratória e caráter retrospectivo,

por meio do método hipotético-dedutivo, com base em dados quantitativos disponibilizados em prontuários médicos de pacientes diagnosticados com Artrite Reumatoide em um centro de atendimento especializado no Oeste do Paraná.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise de prontuários eletrônicos disponibilizados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná (CISOP) na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, no período compreendido entre os anos de 2022 a 2023, com o intuito de fornecer entendimentos esclarecedores a partir da coleta de informações relevantes.

A pesquisa tem como finalidade analisar a quantidade de pacientes que tiveram uma boa adesão ao tratamento da Artrite Reumatoide que foi proposto pelo médico reumatologista. Além disso, avaliar a prevalência da Artrite Reumatoide de acordo com o sexo e a faixa etária. Ademais, compreender as principais queixas relatadas pelos pacientes durante o retorno das consultas.

Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz da cidade de Cascavel-PR e aprovado pelo CAAE número 79560324.1.0000.5219.

Por se tratar de uma pesquisa que utilizará prontuário médico e exames, os riscos envolvidos são muito baixos, restringindo-se a uma possível exposição dos dados dos pacientes. Para a minimização desses riscos, os pesquisadores comprometem-se em manter as informações dos prontuários médicos em sigilo, e a não revelar qualquer informação que possa denegrir ou constranger o paciente.

3. RESULTADOS

Durante a análise dos prontuários no período de 2022 a 2023, foi possível identificar um grupo composto por 83 pacientes diagnosticados com Artrite Reumatoide. Entre esses indivíduos, cerca de 53 pacientes (63,8 %) aderiram ao tratamento proposto pelo médico reumatologista, o restante, 30 pacientes (36,1 %) não tiveram adesão as medicações por não terem uma resposta significativa aos remédios receitados.

Alem disso, por meio dos dados obtidos foi possivel observar que, a grande maioria, cerca de 64 pacientes (77,1 %) era do sexo feminino, em contraste, apenas 19 pacientes (22,8 %) era do sexo masculino.

Outro dado importante foi a faixa etária mais prevalente da doença, na qual, somente 7 pacientes (8,4 %) possuiam idade inferior a 34 anos, a maioria dos pacientes consistentes em 41 indivíduos (49,3 %) encontram-se entre 35 a 59 anos, e a quantia de 35 pacientes (42,1 %) possuam idade igual ou superior a 60 anos.

Durante as consultas constatou-se que 29 pacientes (34,9 %) estavam com a doença em remissão e não apresentavam queixas clínicas. Entretanto, a maioria apresentava sintomas clínicos da doença, correspondente a 54 pacientes (65 %), entre esse grupo de sintomáticos, 10 pacientes (18,5 %) tinham deformidades articulares, 40 pacientes (74 %) relatavam ter dores diárias nas articulares e apenas 4 pacientes (7,4 %) possuam manifestações extraarticulares com acometimento pulmonar e ocular.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que o tratamento da Artrite Reumatoide é indispensável, por ser uma doença reumatológica crônica, o paciente precisa fazer o uso contínuo e correto das medicações para que tenha uma melhora na qualidade de vida, na diminuição da morbidade e na remissão da doença.

Conclui-se então, que apesar da grande parte dos pacientes terem uma boa adesão ao tratamento, os sintomas clínicos prevalecem na maioria dos pacientes em decorrência de ser uma doença progressiva e crônica. Por isso, percebe-se que os portadores da Artrite Reumatoide sofrem grande impacto na qualidade de vida, bem como limitações no desempenho das atividades diárias, seja pela presença de deformidades, por dores articulares ou por manifestações sistêmicas. Vale ressaltar que a faixa etária mais acometida são de adultos ativos profissionalmente e isso compromete diretamente a performance e a funcionalidade no meio de trabalho.

Por fim, uma minoria dos pacientes possui dificuldades em fazer o seguimento do tratamento por não terem uma melhora significativa dos sintomas

usando as medicações, essa falha da adesão ao tratamento contribui para que a doença continue evoluindo e, por consequência, as manifestações dos sintomas sejam desfavoráveis e compromete a qualidade de vida. É importante ressaltar que por se tratar de uma doença crônica e progressiva, a adesão ao tratamento terá uma contribuição para modificar o prognóstico da doença.

REFERÊNCIAS

GOELDNER, I. et al. **Artrite reumatoide**: uma visão atual. *Bras Patol Med Lab* [Internet]. 2011 Oct 20 [cited 2023 Nov 4];47(5):495-503. Available from: <https://www.scielo.br/j/a/yD9q5TbmKmRhcKZ39rV рK6D/?format=pdf&lang=p>

MARQUES, D. B. **Artrite reumatoide**: uma análise da doença no Brasil e da qualidade de vida de seus pacientes [Trabalho de Conclusão de Curso on the Internet]. São Paulo: Universidade De São Paulo; 2020 [cited 2023 Nov 1]. 29 p. Available from: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/54ac782f-6b2d-42eaa1d4-adba632e8544/3058855.pdf> Curso de Farmácia-Bioquímica.

RODRIGUES, W. F. et al. **Artrite reumatoide**: fisiopatologia, diagnóstico e tratamento. *Revista Eletrônica de Saúde Multidisciplinar da Faculdade Mineirense* [Internet]. 2017 Mar 10 [cited 2023 Nov 4];IV:37-57. Available from: https://www.fampfaculdade.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Art.-3_artritereumatoide-fisiopatologia-diagn%C3%A3stico-e-tratamento.pdf

AUGUSTO, M. F. et al. **Fisiopatologia e tratamento da artrite reumatoide**: uma revisão narrativa. *Revista Eletrônica Acervo Médico* [Internet]. 2022 May 22 [cited 2023 Nov 4];9:1-6. Available from: <https://acervomais.com.br/index.php/medico/-article/view/10106/6154>

Ministério da Saúde, secretaria da ciência, inovação e insumos estratégicos em saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Artrite Reumatoide**. CONITEC - Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no SUS [Internet]. 2020 Jun 10 [cited 2023 Nov 4]:1-194. Available from: https://www.gov.br/conitec/ptbr/mídias/consultas/relatórios/2020/relatório_artrite_reumatoide_cp_21_2020.pdf

COSTA JP.; BECK ST. **Avanços no diagnóstico e tratamento da artrite reumatóide**. Periódico Saúde Santa Maria [Internet]. 2011 Mar 02 [cited 2023 Nov 4];37:65-76. Available from: <file:///C:/Users/Adrieli/Downloads/beatriz-revsauder,Artigo+7.pdf>

AYIN, A. A.; PINHO, R. S.; KOYANNA, R. V. **Perfil clínico e epidemiológico e comorbidades dos pacientes com artrite reumatoide atendidos no centro de especialidades médicas do centro universitário do Pará**. Revista Sociedade Brasileira de Clínica Médica [Internet]. 2022 Feb 20 [cited 2023 Nov 4]:69-77. Available from: <file:///C:/Users/Adrieli/Downloads/864-Texto%20do%20artigo1762-11020230510.pdf>

BORILLE, A.; VIDAL, E.; PEDER, L. D.; SILVA, C. M. **Artrite reumatoide**: diagnóstico e tratamento. 14 Encontro Científico Cultural Interinstitucional [Internet]. 2016 Jun 10 [cited 2023 Nov 4]:1-5. Available from: <https://www.fag.edu.br/upload/ecci/anais/5b8d78cb8bc6e.pdf>

VAZ, A. E. et al. **Perfil epidemiológico e clínico de pacientes portadores de artrite reumatoide no hospital de medicina em Goiânia**. Revista Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto [Internet]. 2013 Apr 24 [cited 2023 Nov 4];2:53-

141. Available from: file:///C:/User/Downloads/62458-Texto%20do%20artigo-81498-1-10-2013.pdf

FAG. Manual de Normas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos 2015. Cascavel: FAG, 2015.

CAPÍTULO 05

ALÉM DA RACIONALIDADE DE 'SER' INTELIGENTE: A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL QUANTO PROCESSO DE INFORMAÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO NA INTERAÇÃO SOCIAL

Nilton s. Formiga

Universidade Potiguar/Ecosistema Ânima,
LABAVAPSI- Laboratório de Avaliação Psicológica, Natal, RN, Brasil
E-mail: nsformiga@yahoo.com

Andrea cristina fermiano fidelis

Universidade Potiguar/Ecosistema Ânima, Natal, RN, Brasil.
E-mail: acris.fidelis@gmail.com

António jorge fernandes

Universidade Potiguar - Ecossistema Ânima, Brasil.
E-mail: antonio.fernandes@unp.br

Gabriella aguiar pereira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Maternidade Escola Januário Cicco, Brasil.
E-mail: gabyaguiar@hotmail.com

Ionara dantas estevam

Universidade Potiguar - Ecossistemas Ânima, Brasil
E-mail: ionaradantas@gmail.com

Micaele daline apolonio da fonseca

Universidade Potiguar - Ecossistema Ânima, Natal, RN, Brasil
E-mail: micaele_daline@hotmail.com

Samira celeste rocha de souza

Universidade Potiguar - Ecossistema Ânima, Natal, RN, Brasil
E-mail: samirarocha@uern.br

RESUMO: No meio acadêmico há uma discussão sobre se a inteligência espiritual deve ser considerada parte dos estudos da inteligência humana ou se se trata de uma abordagem filosófica. Para esclarecer essa questão, foi realizada uma pesquisa teórica, fundamentada em bases científicas, sobre dois conceitos centrais: espiritualidade e inteligência. O estudo revela que as controvérsias em torno da inteligência espiritual refletem questionamentos semelhantes aos enfrentados por essas duas áreas ao longo do tempo. No caso da espiritualidade, discute-se se ela deve ser reduzida a crenças religiosas; em relação à inteligência, debate-se se ela é geral ou múltipla, hereditária ou aprendida. As conclusões indicam que a inteligência espiritual é uma capacidade cognitiva inerente a todos os indivíduos, que requer estímulos externos para se desenvolver.

PALAVRAS-CHAVE: inteligência; inteligência espiritual; espiritualidade, artigo teórico.

1. INTRODUÇÃO

O termo “espiritualidade” está profundamente ligada aos conceitos e preconceitos que cada indivíduo associa aos temas da fé e da religião. Sempre que o termo é mencionado, ele evoca representações pessoais e culturais, levando as pessoas a atribuírem valores, juízos e interpretações que nem sempre coincidem com a intenção do autor.

Com o surgimento da teoria da Inteligência Espiritual, algo semelhante ocorreu: a teoria foi amplamente discutida à luz das crenças religiosas (ou da ausência delas) de cada pessoa, o que acabou distorcendo seu entendimento teórico e suas aplicações práticas, introduzindo um viés interpretativo que não estava originalmente previsto.

A associação da inteligência com a espiritualidade ganhou destaque com a publicação do livro *"Frames of Mind: The Theory of Multiple Intelligences"* (1983), do psicólogo Howard Gardner. Uma das inteligências inicialmente descritas por Gardner, a inteligência espiritual, chamou a atenção do meio acadêmico e dos estudiosos da psicologia da religião, evoluindo para uma abordagem autônoma, desvinculada da teoria das múltiplas inteligências.

Com o crescente interesse pelo tema, este, suscitou um debate acadêmico: a inteligência espiritual é realmente um tipo de inteligência ou seria apenas uma expressão idiomática ou filosófica para designar o conhecimento espiritual?

Esta discussão foi tema de uma edição especial do *International Journal for the Psychology of Religion* em 2000, com destaque para os trabalhos de Gardner e Emmons. Até hoje, a Inteligência Espiritual gera debates intensos entre aqueles que a veem como uma capacidade cognitiva inerente aos seres humanos e aqueles que a consideram apenas uma abordagem filosófica, adquirida ao longo da vida.

Para abordar a teoria da inteligência espiritual e se posicionar sobre essa questão, é essencial retroceder e apresentar os dois conceitos que a antecedem e sustentam: as abordagens sobre inteligência e espiritualidade.

A espiritualidade será explorada por meio de discussões filosóficas, teológicas e psicológicas que influenciaram a compreensão da inteligência espiritual. Já a inteligência será analisada à luz de teóricos seminais e seus conceitos, com o objetivo de refletir se a inteligência espiritual pode ser

considerada uma dimensão da inteligência humana. Assim, diferentes perspectivas serão apresentadas, permitindo ao leitor formar sua opinião e decidir se a Inteligência Espiritual deve ou não ser reconhecida como parte da inteligência humana.

2. A ESPIRITUALIDADE: DA INTEPRETAÇÃO MÍSTICA A NECESSIDADE DE UMA RAZÃO DA ALMA

O lexema "espiritualidade" tem sua origem no latim "spirare," que significa "respirar" ou "alma" (breath/soul). Sua expressão semântica está carregada de conceitos e preconceitos que refletem as experiências de vida e as perspectivas de cada indivíduo em relação à fé, religião e ao mundo espiritual (Kwon, 2008).

Enquanto alguns rejeitam tudo o que não é tangível e visível, vendo a espiritualidade como uma mera ilusão humana, outros, criados em tradições religiosas, carregam em sua memória traços espirituais que influenciam, consciente ou inconscientemente, suas crenças, valores e atitudes diante dessas questões (Raco, Tanod, 2014).

Sendo assim, o tema da espiritualidade tem ganhado cada vez mais espaço na academia. O número de trabalhos publicados sobre o assunto cresce ano após ano. Inicialmente discutido nas esferas da Filosofia e Teologia, o tema tem inspirado pesquisas em áreas como Psicologia, Saúde, Educação e Negócios (Giesenbergs, 2007).

Essa tendência de crescimento é evidente no aumento de publicações científicas dedicadas à espiritualidade na plataforma Scopus. Entre 2000 e 2005, o número de documentos publicados anualmente com a palavra "spiritual" era inferior a 2 mil. Entre 2006 e 2010, essa média subiu para 2.650 publicações anuais, alcançando mais de 4 mil em 2015 e ultrapassando 5 mil documentos por ano até 2022.

Apesar do crescente interesse, definir espiritualidade continua sendo um desafio. Segundo Bauman (2009), a falta de consenso entre os autores nas áreas de filosofia, psicologia, enfermagem e negócios contribui para a confusão que compromete o entendimento sobre o assunto.

Carr (1986) e Koenig *et al.* (2012) argumentam que essa dificuldade decorre das diferentes perspectivas culturais dos pensadores. A compreensão

do que é espiritual é influenciada pelos valores pessoais, familiares, intelectuais, históricos e culturais de cada indivíduo e grupo social, resultando em significados variados em diferentes contextos.

Os conceitos mais frequentemente usados para definir a espiritualidade geralmente se referem à ideia de que o ser humano possui uma consciência profunda e ampliada da realidade. Essa consciência orienta a busca por sentido e significado na própria vida e na vida de todos os seres do planeta. As ideias associadas à espiritualidade estão ligadas ao desenvolvimento ou reconhecimento de dimensões transcendentais e imateriais da existência, aos valores mais elevados e à relação com um ser divino, que pode ser chamado de várias formas, como Deus, Alá, Shiva, Universo ou Verdade Absoluta (Dein *et al.*, 2012).

Termos como transcendência, vida íntima e profunda consciência da realidade são frequentemente utilizados para descrever essas ideias (Dein *et al.*, 2012; Emmons, 2000a; Farran *et al.*, 1989; Giesenbergs, 2007; Reinert, Koenig, 2013; Schnitker, Emmons, 2013; Zimmer *et al.*, 2016). Embora as crenças, rituais e expressões comportamentais variem, a espiritualidade desempenha um papel importante na vida dos indivíduos, influenciando suas ações em questões morais e valores relacionados à vida (Peterson & Seligman, 2004).

Entre as diversas abordagens sobre espiritualidade, há uma corrente que prefere usar o termo "busca do sagrado" para capturar sua essência (Hill *et al.*, 2000). Para esses autores, o ser humano reconhece em si uma dimensão "sagrada" ou "divina" que o impulsiona a buscar respostas para sua existência. Essa dimensão está presente em todos os aspectos da vida que representam valores virtuosos e dignos, como a maternidade, relacionamentos amorosos, trabalho, decisões éticas e atitudes caridasas. Assim, espiritualidade e religião se conectam, com a religião sendo vista como a forma organizada e institucionalizada de viver de acordo com o que é considerado "sagrado."

Hill *et al.* (2000) ressaltam que "o sagrado" é percebido de maneiras tão variadas quanto as expressões culturais existentes na humanidade. Entretanto, a espiritualidade é vista como o núcleo central da consciência humana, que impulsiona o ser a encontrar o que é santificado nas experiências de cada grupo social (McGhee, Grant, 2017; Pargament, 2012). Essa perspectiva do "sagrado"

está alinhada com a visão de que a espiritualidade é uma dimensão inata do ser humano (Farran *et al.*, 1989).

A expressão "estado de ser" indica uma visão integrada do ser humano, na qual todos os aspectos do indivíduo—físico, social, psicológico e espiritual—formam um todo indivisível. Esse estado unificado simboliza o verdadeiro "Eu," de onde emanam todas as ações, decisões e comportamentos humanos (Ashmos, Duchon, 2000).

Na teologia, a espiritualidade é discutida como a busca do homem para encontrar Deus. Este campo de estudo sugere que todas as experiências de vida conduzem o indivíduo "de volta à casa," ou seja, ao reconhecimento da centelha divina dentro de si, despertando-o para uma vida plena e virtuosa. Santo Agostinho, um dos mais influentes teólogos do Ocidente, reforça que a espiritualidade é um lugar de fé onde a ignorância humana se entrelaça com a sabedoria divina. Segundo ele, apenas com Deus o ser humano pode verdadeiramente se reconhecer e encontrar (Torrel, 2008).

A perspectiva filosófica e teológica de Paul Tillich, citada por Emmons (2000a) e Hoffman, Ellis (2020), aborda a espiritualidade através do conceito de *ultimate concern* (preocupação última). Este termo representa a motivação humana de buscar respostas para o significado da vida, qualificando todas as outras questões e dando sentido a todas as respostas. Tillich argumenta que apenas o ser humano se pergunta sobre a razão e o propósito divino da existência. Essas questões existenciais são urgentes e necessitam de explicações (Schnitker, Emmons, 2013).

Os autores que estudam Tillich concluem que essas respostas só podem ser encontradas quando estão alinhadas com a verdadeira fé. A busca pelo *ultimate concern* só pode ser realizada dentro de uma perspectiva sagrada, revelando o desejo de encontrar o "Eu transcendente," que conecta o ser humano ao que há de mais valoroso dentro de si (Smith, 2010). No processo de questionar a essência da vida, o homem busca Deus dentro de si; ao encontrar Deus, encontra a si mesmo, sua verdadeira expressão e ser (Emmons, 2000a, 2005; Hoffman, Ellis, 2020; Schnitker, Emmons, 2013; Smith, 2010).

Filósofos contemporâneos ocidentais [por exemplo: C. M. Bauman (2009) e Z. Bauman e Haugaard (2008)], apontam para uma deterioração da espiritualidade humana, resultando em uma perda de identidade pessoal e um

crescente vazio existencial. Z. Bauman (2009) discute esse cenário ao identificar uma visão egoísta e personalizada da espiritualidade nos tempos atuais, que ele chama de "tempos líquidos".

Nessa lógica, os indivíduos moldam o sagrado à sua própria imagem e semelhança, desenvolvendo uma relação de conveniência com o divino, onde Deus é visto como um solucionador de crises pessoais, sem exigir nada em troca. A ideia de pecado é minimizada, e a espiritualidade se torna uma ferramenta para atender interesses pessoais, sem a necessidade de comportamentos compassivos ou altruístas (Z. Bauman, 2006, 2009).

Na psicologia, Emmons (2000a, 2005) retoma o trabalho de Tillich sobre *ultimate concern*, associando fé e espiritualidade como fatores essenciais para a felicidade e o bem-estar subjetivo. Na psicologia da religião, discutida por Emmons (2005), são os objetivos traçados em resposta às questões sagradas que ajudam os indivíduos a suportarem momentos difíceis e os desafios da existência. A busca por *ultimate concerns* leva à qualidade de vida e à saúde integral (Emmons, 2000a, 2005; Schnitker, Emmons, 2013).

As discussões teóricas sobre espiritualidade tendem a se agrupar em três perspectivas principais: visão original intrínseca, visão existencial e visão religiosa (Houghton, Neck, Krishnakumar, 2016; Matheis, Tulsky, Matheis, 2006). A visão original intrínseca considera a espiritualidade como uma expressão da consciência interna do indivíduo, conectada a um senso de unidade consigo e com a comunidade, além das crenças e valores aprendidos.

A visão existencial descreve a busca do ser humano por uma vida com propósito e significado, integrada com o que ele acredita ser essencial em sua existência. A visão religiosa discute a espiritualidade através de uma confissão religiosa específica, com suas doutrinas, valores e crenças, como no Catolicismo, Islamismo ou Hinduísmo (Krishnakumar, Neck, 2002).

A visão religiosa é um ponto de controvérsia entre os estudiosos do tema, já que alguns veem religião, religiosidade e fé como sinônimos de espiritualidade (Lazenby, 2010; Reinert, Koenig, 2013; Schnitker, Emmons, 2013). A intercambialidade entre religião e espiritualidade cria uma tensão, tornando difícil estabelecer um conceito claro (Giesenber, 2007; Hill *et al.*, 2000). Embora religião e espiritualidade estejam intimamente ligadas, uma pessoa pode ser espiritual sem aderir a uma confissão religiosa específica (Reinert, Koenig, 2013).

De acordo com Carr (1986), a religião é a forma como a espiritualidade se manifesta dentro da cultura. Belzen (2004) observa que a religião é um fenômeno cultural, dogmático e ritualístico, servindo como um guia de conduta moral. Já Malony (2005) sugere que a espiritualidade é a capacidade de um indivíduo de experimentar o transcendente, enquanto a religião é uma descrição limitada dessa experiência.

Farran *et al.* (1989) distinguem a espiritualidade como um "estado do ser" e a religiosidade como um "estado do fazer," diferenciando esses dois conceitos. Na perspectiva de Giesenbergs (2007) e outros, a espiritualidade é uma parte profunda da consciência humana que afeta o senso de valor, crenças e moralidade, enquanto a religião é a face que interpreta o sagrado e operacionaliza ações baseadas em conceitos espirituais (Giesenbergs, 2007; Houghton, Neck, Krishnakumar, 2016; Reinert, Koenig, 2013; Zimmer *et al.*, 2016).

Sob a ótica intrínseca e existencial, a religião é vista como uma redução da espiritualidade, incapaz de abranger toda a complexidade do termo. Krishnakumar e Neck (2002) explicam essa diferença, afirmando que a espiritualidade é a expressão do que é mais interno e profundo em um ser humano, enquanto a religiosidade é expressa por influências externas, facilmente identificadas por ações observáveis como ir a templos, orar ou meditar.

Os autores existenciais acreditam que, embora a espiritualidade tenha conexão com a religião, ela se estende além e antecede a religião (Koenig *et al.*, 2012). O espiritual é uma expressão do sagrado, transcendente e imaterial, com o objetivo de integrar todas as experiências da vida humana na construção de sentido e propósito, rejeitando verdades absolutas e dogmas (Sheldrake, 1992).

Valores, ética, moral e comportamento virtuoso não são, por si só, espiritualidade, mas indicam a parte transcendente e imaterial do ser humano, conhecida na tradição ocidental como Deus, Alá, ou Poder Superior, e na tradição oriental como Verdade Última, Vishnu, Krishna ou Buda (Hill *et al.*, 2000; Reinert, Koenig, 2013).

Do ponto de vista existencial, a questão central da espiritualidade é o sentido e propósito da vida. O ser humano tem uma motivação, muitas vezes inconsciente, de encontrar um significado positivo para sua existência. Essa busca é individual e pessoal, não podendo ser imposta externamente por uma

confissão religiosa, conhecimento ou filosofia. No entanto, a experiência de vida e a expertise podem contribuir para a expansão da consciência e, consequentemente, para a construção de um sentido e propósito na existência (King, Decicco, 2009; Reinert, Koenig, 2013).

3. A ESPIRITUALIDADE, ACADEMIA E CIÊNCIA: UMA LINHA DE PESQUISA SEM TEMPLO RELIGIOSO

A espiritualidade tem se associado a diversas áreas de investigação científica, incluindo saúde, psicologia, gestão e outras (Belk *et al.*, 1989; Kauanui *et al.*, 2008; Reinert, Koenig, 2013; Stead, Stead, 2014; Zimmer *et al.*, 2016). Esses estudos exploram a busca por significado na vida e como os indivíduos reconhecem seu valor pessoal ao olhar para dentro de si (Houghton *et al.*, 2016). Esse processo introspectivo influencia a maneira como cada pessoa gerencia sua realidade, escolhendo caminhos de vida que tenham maior significado (Zohar, Marshall, 2000).

Na área da saúde, as pesquisas sobre espiritualidade concentram-se no perfil dos enfermeiros (Pinto, Pais-Ribeiro, 2007) e nas necessidades espirituais de pacientes em estado grave ou terminal (C. M. Bauman, 2009; Delgado, 2005). Em psicologia, o foco é nos comportamentos positivos, como bem-estar subjetivo, compaixão e felicidade (Adams, Hyde, 2008; Davis *et al.*, 2013; Emmons, 2005), além das relações entre religião, fé e qualidade de vida (Emmons, 2005; Pargament, 2012).

No campo da gestão e negócios, as teorias dividem-se em áreas como espiritualidade no trabalho (Ashmos, Duchon, 2000; Milliman *et al.*, 2003; Rego, Cunha, 2010; Souto, Rego, 2006), liderança positiva (Godwin *et al.*, 2017; Sultoni *et al.*, 2017), responsabilidade social e ética nas organizações (McGhee, Grant, 2017; Ungvári-Zrínyi, 2014), produtividade e empreendedorismo (Stead, Stead, 2014; Vivek, Amrith, 2017), e sustentabilidade (Hall *et al.*, 2010).

O estudo pioneiro de Mitroff e Denton (1999) sobre empresas e espiritualidade impulsionou pesquisas que buscam identificar o propósito no trabalho, focando na reflexão sobre valores éticos que orientam as estratégias empresariais. Essas estratégias influenciam a gestão de pessoas, recursos e o

impacto dos serviços no meio ambiente e na comunidade (Ahmed *et al.*, 2016; McGhee, Grant, 2017).

Pesquisas sobre liderança e espiritualidade mostram que líderes espiritualizados tendem a valorizar menos os ganhos financeiros imediatos, focando em negócios orientados para o bem social e ambiental, com uma visão de longo prazo (Karakas, 2010; Stead, Stead, 2014; Vivek, Amrith, 2017). Da mesma forma, o trabalho é visto como uma oportunidade positiva para encontrar sentido e propósito na vida, contribuindo para o bem comum e melhorando a identidade pessoal, a satisfação no trabalho, o comprometimento e as relações com clientes e colegas (Ashmos, Duchon, 2000; Rego, Cunha, 2010).

A teoria da inteligência espiritual também se baseia na espiritualidade, sugerindo que experiências e comportamentos espirituais criam um feedback positivo, reforçando e desenvolvendo habilidades relacionadas à inteligência espiritual (King, Decicco, 2009; Zohar, Marshall, 2000). Apesar de se inspirar em conceitos filosóficos e teológicos da espiritualidade, a inteligência espiritual se distingue por integrar a capacidade cognitiva da inteligência em seu constructo.

4. O ANTES E O DEPOIS DO HOMEM RACIONAL: A INTELIGÊNCIA

O estudo da inteligência é um tema central na história da Psicologia, amplamente pesquisado e debatido (Almeida *et al.*, 2009; Costa, Faria, 2018; Fagan, 2000; Gardner, Hatch, 1989; McElya, 2017; O'Neil, 2012). No senso comum, inteligência é frequentemente associada à sabedoria, esperteza, vasto conhecimento em diversos assuntos ou à facilidade de aprendizado, refletida em boas notas na escola (Beaujean, Benson, 2019).

Entretanto, na ciência, o conceito de inteligência é fonte de intensas discussões, com divergências entre os estudiosos sobre sua definição (Costa, Faria, 2018; Geisinger, 2019; Mayer *et al.*, 2008; Paivio, 2014; Woods *et al.*, 2019). O debate abrange questões como a existência de uma inteligência única ou múltiplas inteligências (Sternberg, 1999), a influência da hereditariedade versus o ambiente (Geisinger, 2019; Paivio, 2014), o impacto da cultura (Cianciolo *et al.*, 2012; Sternberg, 1999) e se a inteligência é uma estrutura biológica ou um conjunto de capacidades funcionais aprendidas (McElya, 2017; Paivio, 2014; Sternberg, 1999).

Neste contexto de controvérsias, surgem conceitos como a inteligência emocional (IE) e a inteligência espiritual (IESP). Embora o objetivo deste capítulo não seja explorar o tema em profundidade, ele visa apresentar diferentes abordagens sobre a inteligência, estabelecendo a base para incluir a inteligência espiritual como uma expressão da inteligência humana. Para isso, será apresentada uma breve linha do tempo destacando os principais autores e conceitos relacionados ao estudo da inteligência.

5. UMA HISTÓRIA LINEAR DA CIÊNCIA DA INTELIGÊNCIA

O estudo da inteligência busca esclarecer o complexo fenômeno relacionado ao modo como os seres humanos pensam, compreendem, adaptam-se, aprendem e utilizam de forma eficiente seus recursos pessoais e naturais diante das demandas da vida. Diversas teorias procuram responder se a inteligência é um processo estrutural composto por habilidades ou se é organizada como um conjunto de capacidades funcionais adaptativas (McElya, 2017).

Charles Spearman, um dos primeiros grandes pesquisadores nesse campo, propôs em 1904 um modelo de inteligência baseado em estudos empíricos e estatísticos, conhecido como a teoria geral da inteligência. Esse modelo é composto por dois fatores: a inteligência geral, chamada de fator 'g', e a inteligência específica, denominada fator 's'. O fator g representa a capacidade central da mente, responsável pela organização e estruturação do conhecimento humano em formas abstratas de pensamento, sendo a base de qualquer processo intelectual. O fator s, por sua vez, refere-se a operações mentais específicas, como habilidades em matemática ou linguagem (Beaujean, Benson, 2019). Para Spearman, o fator g é o conceito central, pois ele sozinho tem o poder de prever o potencial intelectual do indivíduo (Cianciolo, Sternberg, 2008). Até hoje, muitos teóricos defendem a ideia de uma inteligência única proposta por Spearman (Kovacs, Conway, 2019; McElya, 2017).

Em 1905, os franceses Alfred Binet e Théodore Simon propuseram que a inteligência é um conjunto de habilidades cognitivas complexas, e não um processo mental único (King, 2008). Eles desenvolveram o primeiro teste de avaliação de inteligência, que media aptidões como raciocínio, vocabulário, memória e conhecimentos práticos. Esse teste foi aplicado a crianças em idade

escolar com o objetivo de identificar dificuldades de aprendizado e ajudar aquelas com baixo desempenho a progredir. A partir disso, surgiu o conceito de idade mental, baseado na observação de que todas as crianças desenvolvem seu potencial cognitivo de maneira similar, mas em diferentes ritmos de maturação (Gardner, Hatch, 1989).

Binet e Simon argumentaram que a inteligência não é uma característica inata (hereditária) e não deveria ser usada para rotular as pessoas. Em vez disso, deveria ser utilizada para identificar áreas cognitivas que precisam ser mais bem desenvolvidas em cada indivíduo (Gardner, Hatch, 1989).

Em 1916, o psicólogo norte-americano Lewis Terman traduziu e adaptou a escala de Binet e Simon para os Estados Unidos, criando o teste conhecido como Stanford-Binet. Terman introduziu o conceito de Quociente de Inteligência (QI), originalmente desenvolvido por Stern em 1912, popularizando-o como uma medida amplamente utilizada em escalas de inteligência. O QI define escores que representam a capacidade cognitiva de um indivíduo, categorizando-o em grupos que variam desde deficiência intelectual até superdotação (Woods *et al.*, 2019).

A partir da década de 1920, a teoria da inteligência geral proposta por Spearman e a abordagem classificatória baseada no Quociente de Inteligência (QI) começaram a enfrentar críticas substanciais (Kovacs, Conway, 2019). Em resposta, surgiram novas concepções que buscavam ampliar o entendimento sobre a inteligência.

Uma dessas concepções foi apresentada por Thorndike em 1936, que ampliou o conceito de inteligência para além das capacidades racionais, introduzindo a ideia de inteligência social. Thorndike argumentou que a inteligência social, que envolve o uso eficiente das habilidades cognitivas nas interações interpessoais, é fundamental para a resolução de problemas cotidianos, integrando o uso adequado das emoções e a convivência social positiva (Mayer *et al.*, 2008).

Por outro lado, em 1938, Thurstone propôs que a inteligência é composta por múltiplas habilidades, que ele chamou de "habilidades primárias." Essas habilidades incluem compreensão verbal, fluência de palavras, facilidade numérica, visualização espacial, memória associativa, velocidade perceptiva e raciocínio. Segundo Thurstone, essas habilidades são distintas e independentes

umas das outras, formando uma visão mais diversificada da inteligência (Beaujean, Benson, 2019).

As ideias de Thorndike e Thurstone inspiraram o desenvolvimento de novas teorias que questionaram a suficiência da teoria geral da inteligência para explicar os processos cognitivos humanos. Suas contribuições também desafiaram a noção de que a inteligência é inata, hereditária e imutável, sugerindo que a experiência pessoal, o contexto social e a cultura desempenham um papel importante no desenvolvimento das capacidades cognitivas (Beaujean, Benson, 2019).

Outro marco no estudo da inteligência veio com as teorias de Piaget e Vygotsky, popularizadas a partir da década de 1960. Esses autores defendiam que a inteligência é um potencial a ser desenvolvido por meio das experiências vividas por cada indivíduo. Piaget, observando o desenvolvimento infantil, formulou a teoria do desenvolvimento cognitivo, que é dividida em quatro estágios: sensório-motor, pré-operacional, operacional concreto e pensamento abstrato/formal.

Para Piaget, a inteligência é um processo adaptativo e biológico de aquisição de conhecimento, que ocorre através de dois processos: assimilação, que ajusta novos conhecimentos a estruturas cognitivas preexistentes, e acomodação, que reorganiza esses conhecimentos para entender novas realidades. Esses processos constroem esquemas mentais cada vez mais complexos, ampliando continuamente a capacidade cognitiva do indivíduo (Costa, Faria, 2018; Huitt, Hummel, 2003).

Nos anos 1980, Howard Gardner propôs uma nova perspectiva com a teoria das múltiplas inteligências. Gardner argumentou que as formas tradicionais de medir a inteligência, centradas em habilidades de linguagem e matemática, eram insuficientes para capturar a variedade de capacidades humanas.

A teoria das múltiplas inteligências identifica diferentes tipos de inteligência, como musical, linguística, visuo-espacial, corporal-cinestésica, lógico-matemática, intrapessoal, interpessoal, naturalística e existencial. Gardner também reconheceu que novas formas de inteligência poderiam ser descobertas no futuro. Ele destacou que, embora a inteligência tenha uma base biológica, ela

é influenciada pela cultura e pode ser desenvolvida ao longo do tempo (Gardner, Hatch, 1989; Gardner, 2000).

Outro importante pesquisador, Robert Sternberg, formulou a teoria triárquica da inteligência, que abrange três tipos de habilidades: analítica, criativa e prática. A habilidade analítica envolve a capacidade de analisar, avaliar e comparar informações; a habilidade criativa está relacionada à invenção e exploração de novas ideias; e a habilidade prática é a aplicação do conhecimento na resolução de problemas diários. Sternberg argumentou que o sucesso na vida não depende apenas de um alto QI, mas também de outras capacidades cognitivas que explicam a realização pessoal e a prosperidade (Sternberg, 1999; McElya, 2017).

A teoria de Sternberg e as múltiplas inteligências de Gardner foram desafiadas pelo modelo Cattell-Horn-Carroll, desenvolvido no final dos anos 1990, que reforça a ideia de uma inteligência geral, racional e única. Esse modelo, considerado uma evolução da teoria de Spearman, distingue dois tipos de inteligência: fluida, ligada às capacidades biológicas inatas para resolver novos problemas, e cristalizada, que se baseia nas experiências pessoais e no conhecimento adquirido ao longo da vida (Beaujean, Benson, 2019; Kovacs, Conway, 2019).

Atualmente, o debate sobre a natureza da inteligência continua, dividindo os teóricos entre aqueles que valorizam as habilidades formais de pensamento abstrato e os que veem a cognição como uma capacidade expandida que vai além das capacidades racionais (Cianciolo *et al.*, 2012; Emmons, 2000a; Gardner, Hatch, 1989; Mayer *et al.*, 2004; Sternberg, 2003).

6. O QUE É INTELIGÊNCIA? ALGUMAS DEFINIÇÕES NECESSÁRIAS

Nos últimos 100 anos, a inteligência tem sido estudada sob diferentes perspectivas (Almeida *et al.*, 2009; Kovacs, Conway, 2019). Alguns pesquisadores acreditam na base biológica da inteligência e focam suas pesquisas na identificação das regiões cerebrais envolvidas nos processos mentais associados à inteligência (Kirby, Das, 1990; Paivio, 2014).

Outros se concentram na teoria da cognição, que combina aspectos do desenvolvimento das habilidades intelectuais (inatas ou adquiridas) com a

influência do meio ambiente e da cultura (Cianciolo *et al.*, 2012; Sternberg, 1988). Há também os psicometristas, que desenvolvem teorias por meio de testes e escalas, uma abordagem amplamente adotada na academia, focada nas diferenças individuais e na performance das habilidades cognitivas (Almeida *et al.*, 2009; Kovacs, Conway, 2019).

Dentro dessas abordagens coexistem dois principais entendimentos sobre a inteligência: um que a vê como um processo funcional de adaptação ao ambiente, e outro que a considera uma estrutura mental composta por várias habilidades (Paivio, 2014). Com isso, alguns autores definem inteligências de diferentes perspectivas: Segue as principais definições: para Spearman (1984) a inteligência é “as the ability to identify relations among objects, comprehend their implications, and then draw inferences to novel content;” Para Binet (2008) “Intelligence as the ability to identify relations among objects, comprehend their implications, and then draw inferences to novel content;” Já Piaget (1998) entende como “um termo genérico para indicar formas superiores de organização ou equilíbrio de estruturas cognitivas usadas para adaptação ao ambiente físico e social;” Gardner (1983) acredita que a inteligência é “as the capacity to solve problems or to fashion products that are valued in one or more cultural settings and detailed a set of criteria for what counts as a human intelligence;” Sternberg (2003) “Intelligence comprises the mental abilities necessary for adaptation to, as well as shaping and selection of, any environmental context;” e finalmente Kovacs, Conway (2019) entendem inteligência como “an inter-individual differences construct that can be explained in terms of intra-individual psychological processes.”

Embora não haja um consenso científico sobre a definição exata de inteligência, algumas ideias comuns podem ser identificadas entre os diferentes autores e correntes de pensamento mencionados acima. A primeira é que a inteligência é um processo cognitivo. A cognição abrange habilidades mentais complexas utilizadas para responder e se adaptar às diversas demandas da vida (McElya, 2017).

Ela também envolve um conjunto de capacidades mentais que controlam os pensamentos com o objetivo de alcançar metas específicas. O processo cognitivo utiliza todos os sentidos para compreender, catalogar, interpretar, distinguir, aprender, reter, memorizar, recordar e transformar conhecimentos e

experiências. Todo o ato de pensar é realizado pela cognição humana (Fagan, 2000; Kirby, Das, 1990).

A segunda questão abordada destaca a polarização das discussões sobre a inteligência, que se dividem entre a visão de uma inteligência geral e a percepção de múltiplas inteligências (Almeida *et al.*, 2009; Kovacs, Conway, 2019; Sternberg, 1999).

Aqueles que defendem a ideia de uma inteligência única, como Kovacs e Conway (2019), baseiam-se em resultados estatísticos, observando que as pessoas tendem a apresentar valores médios semelhantes em diferentes escalas de inteligência, mesmo ao avaliar habilidades específicas. Isso sugere que o potencial cognitivo segue um padrão individual.

Os defensores da inteligência única argumentam que as capacidades específicas de inteligência são influenciadas pelo contexto cultural e pelas experiências pessoais, o que pode estimular o desenvolvimento de certas habilidades em detrimento de outras. Portanto, o potencial de aprendizagem seria único e estável, não justificando a classificação de outros tipos de inteligência (Almeida *et al.*, 2009; Beaujean, Benson, 2019; Kovacs, Conway, 2019).

Os críticos dessa perspectiva de inteligência única apontam que as escalas de medida de inteligência apenas avaliam comportamentos analíticos e racionais, revelando o que foi aprendido, mas não como o processo cognitivo ocorre (Fagan, 2000; Sternberg, 2003).

Por outro lado, a perspectiva das múltiplas inteligências expande o conceito de inteligência para incluir processos cognitivos que vão além da razão e da lógica. Nessa visão, a inteligência é centrada na capacidade de resolver problemas, destacando a importância de o ser humano usar suas habilidades cognitivas para adaptar-se e sobreviver às demandas da vida (Emmons, 2000b; Gardner, 2000).

Os defensores das múltiplas inteligências utilizam os critérios propostos por Gardner (1983) para definir o que constitui uma inteligência. Esses critérios incluem: a capacidade de isolar uma área cerebral responsável por uma habilidade específica; a identificação de indivíduos com uma presença ou ausência excepcional de uma habilidade; a existência de uma operação central ou conjunto de operações para essa habilidade; uma história evolutiva plausível;

um padrão de desenvolvimento característico; resultados de investigações psicológicas experimentais; a possibilidade de medição por técnicas psicométricas; e a suscetibilidade à codificação em um sistema de símbolos.

Outra contribuição de Gardner (1983, 2000) foi a distinção entre os conceitos de domínio e inteligência. Um domínio refere-se a uma expertise adquirida através do conhecimento, enquanto a inteligência é a capacidade cognitiva humana utilizada para resolver problemas e criar soluções. Essa diferenciação ajuda a distinguir entre um processo cognitivo (inteligência) e informação aprendida (domínio). A comparação entre inteligência e um sistema operacional de computador facilita o entendimento desses conceitos, onde a inteligência seria o sistema operacional, e a informação usada pelos programas seria o domínio. A forma como cada indivíduo utiliza predominantemente essa informação reflete o tipo de inteligência de cada um (Gardner, 1983).

Com base nessa discussão teórica, os autores abordados neste capítulo, propõem um conceito de inteligência que será adotado como referência: a inteligência é um processo cognitivo complexo que interpreta a realidade interna e externa por meio das capacidades humanas. Ela é um potencial biológico, intrínseco, que pode ser desenvolvido e influenciado pelas experiências de vida. A inteligência define como cada indivíduo percebe, interpreta e interage com o mundo. Este trabalho busca compreender a inteligência humana como um processo que recebe informações (domínios) da cultura e do ambiente, ressignificando-as para originar comportamentos, posições intelectuais e valores pessoais.

7. O ESPÍRITO SOPRA ONDE QUER NA NOSSA CABEÇA? A INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL QUANTO CONSTRUTO DE INTELIGÊNCIA

Os estudiosos que consideram a inteligência humana como multifacetada aplicam critérios rigorosos para determinar se um conceito pode ser classificado como uma inteligência. Geralmente, eles avaliam se a proposta atende aos seguintes critérios: primeiro, apresenta um conjunto de capacidades cognitivas distintas de traços de personalidade e comportamentos habituais; em seguida, envolve o uso de habilidades mentais para adaptar-se ao ambiente e resolver

problemas; e por fim, desenvolve-se ao longo da vida e com a experiência (King, Decicco, 2009; Mayer *et al.*, 2004, 2008; Sternberg, 1999).

Gardner (1983, 2000) acrescenta a esses critérios a necessidade de evidências neurológicas e a possibilidade de mensuração através de métodos experimentais e estatísticos.

A discussão sobre a inclusão da inteligência espiritual como uma inteligência começou com a questão de se ela atende a esses critérios. Emmons (2000a, 2000b) argumenta que a inteligência espiritual cumpre todos os critérios de Gardner, e, portanto, deve ser considerada uma forma de inteligência.

No entanto, autores como Mayer (2000), Gardner (2000), Edwards (2003) e Vaughan (2002) apresentam críticas a essa visão. Mayer (2000) sugere que a inteligência espiritual, conforme descrita por Emmons, pode ser mais bem compreendida como um campo da consciência. Vaughan (2002) apoia Emmons, argumentando que a consciência faz parte da experiência fenomenológica da inteligência espiritual.

Para esses autores, a relação entre consciência e inteligência espiritual é estabelecida pela reflexão profunda e compreensão das questões existenciais, permitindo ao indivíduo transcender preocupações mundanas e atribuir um significado sagrado à sua vivência. Edwards (2003), por outro lado, considera a inteligência espiritual uma inteligência autônoma, mas questiona se há realmente uma diferença entre o conhecimento espiritual e uma capacidade cognitiva independente.

A diferença entre conhecimento (domínio) e inteligência é um ponto crucial na discussão entre Gardner (2000) e Emmons (2000a, 2000b). Gardner (2000) vê a inteligência como a forma de processar informações, enquanto o domínio é uma expertise específica. Utilizando a metáfora do computador, a inteligência é comparada ao sistema operacional e o domínio à informação.

Dessa forma, a inteligência espiritual, quando tratada como uma inteligência, é vista como uma forma de ser, pensar e agir, que considera a relação do ser humano com o transcendente, o imaterial e o divino (Collins, 2010). Como domínio, o conhecimento espiritual pode influenciar as decisões e comportamentos, mas não é necessariamente uma capacidade cognitiva. Gardner (2000) classifica a inteligência espiritual como um domínio, enquanto Emmons (2000b) a vê como uma habilidade humana, uma verdadeira

inteligência, que usa o conhecimento espiritual para resolver problemas cotidianos.

A definição da espiritualidade como uma forma de inteligência é importante porque a eleva ao status de ciência, ao invés de ser vista apenas como uma área de conhecimento intelectual. Considerar a inteligência espiritual como um potencial biológico implica que ela faz parte da natureza física humana, mesmo que em níveis menos expressivos. Zohar e Marshall (2000) apoiam essa visão, apresentando pesquisas neurológicas para identificar o 'ponto de Deus' no cérebro.

Além disso, a inteligência espiritual como habilidade cognitiva implica em sua influência na resolução de problemas. Essa questão é central para a psicologia, pois a resolução de problemas envolve a consideração de diversos fatores, incluindo metas pessoais, informações disponíveis e implicações das decisões (Gage, 2016).

A abordagem da inteligência espiritual como uma forma de inteligência permite que ela seja discutida como uma capacidade humana de pensar e resolver problemas, e não apenas como um campo de conhecimento. Nos debates acadêmicos sobre a inteligência espiritual, tanto a perspectiva de domínio quanto a de inteligência são amplamente discutidas, levando a opiniões divergentes.

Contudo, para os autores deste artigo, a inteligência espiritual é uma abordagem cognitiva e, portanto, uma forma de inteligência humana, uma capacidade inata com potencial para desenvolvimento. Apesar das interpretações variáveis sobre espiritualidade e preconceitos pessoais, ela é descrita e desenvolvida além da redução religiosa e das crenças individuais dos autores.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, K.; HYDE, B. (2008). **Children's grief dreams and the theory of spiritual intelligence**. *Dreaming*, 18(1), 58–67. <https://doi.org/10.1037/1053-0797.18.1.58>.
- AHMED, A. *et al.* (2016). **Holistic human resource development**: Balancing the Equation through the Inclusion of Spiritual Quotient. *Journal of Human Values*, 22(3), 165–179. <https://doi.org/10.1177/0971685816650573>.
- ALMEIDA, L. S. *et al.* (2009). **Inteligências múltiplas de Gardner**: é possível pensar a inteligência sem um factor g? *Psychologica*, 5, 41–55. https://doi.org/:http://dx.doi.org/10.14195/1647-8606_50_3.
- AMRAM, Y.; DRYER, C. (2008a). **The Integrated Spiritual Intelligence Scale (ISIS)**: Development and preliminary validation. In 116th Annual Conference of the American Psychological Association.
- ANTUNES, R. R. S. A. P.; OLIVEIRA, J. (2018). **Spiritual Intelligence Self-Assessment Inventory**: Psychometric properties of the Portuguese version of SISRI-24 Spiritual. *Journal of Religion, Spirituality & Aging*, 30(1), 12–24. <https://doi.org/10.1080/15528030.2017.1324350>.
- ASHMOS, D. P.; DUCHON, D. (2000). **Spirituality at work A Conceptualization and Measure**. *Journal of Management Inquiry*, 9(2), 134–145.
- BAUMAN, C. M. (2009). **The specter of “Spirituality”- on the (in)utility of an analytical category**. *Religion and Education*, 36(2), 54–67. <https://doi.org/10.1080/15507394.2009.10012443>.
- BAUMAN, Z. (2006). **Children make you happier ... and poorer**. *International Journal of Children's Spirituality*, 11(1), 5–10. <https://doi.org/10.1080/13644360500503233>.
- BAUMAN, Z. (2009). **Education in the Liquid-Modern Setting**. *Power and Education*, 1(2), 157–166.
- BAUMAN, Z.; HAUGAARD, M. (2008). **Liquid modernity and power: A dialogue with Zygmunt Bauman**. *Journal of Power*, 1(2), 111–130. <https://doi.org/10.1080/17540290802227536>.
- BEAUJEAN, A. A.; BENSON, N. F. (2019). **The One and the Many**: Enduring Legacies of Spearman and Thurstone on Intelligence Test Score Interpretation. *Applied Measurement in Education*, 32(3), 198–215. <https://doi.org/10.1080/08957347.2019.1619560>.
- BELK, R.; WALLENDORF, M.; SHERRY, J. F. (1989). **The sacred and the profane in consumer behavior**: Theodicy on the Odyssey, 16(June).

BELZEN, J. A. (2004). **Spirituality, culture and mental health: Prospects and risks for contemporary psychology of religion.** Journal of Religion and Health, 43(4), 291-316.

BUTTERWORTH, E. (1983). **Spiritual economics:** The prosperity process. Unity School of Christianity.

CARR, N. (1986). **The social impact of Christian theology and pedagogy:** A plea for change. Journal of Christian Education, (2), 19-32.

CHAN, A. W. Y.; SIU, A. F. Y. (2016). **Application of the Spiritual Intelligence Self-Report Inventory (SISRI-24) Among Hong Kong University Students.** International Journal of Transpersonal Studies, 35(1), 1–12. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.24972/ijts.2016.35.1.1>.

CIANCIOLI, A. T. *et al.* (2012). **Tacit Knowledge, Practical Intelligence, and Expertise.** In The Cambridge Handbook of Expertise and Expert Performance (pp. 613–632). <https://doi.org/10.1017/cbo9780511816796.035>.

COLLINS, M. (2010). **Spiritual Intelligence:** Evolving Transpersonal Potential Toward Ecological Actualization For a Sustainable Future. World Futures, 66(5), 320–334. <https://doi.org/10.1080/02604020903423527>.

COSTA, A.; FARIA, L. (2018). **Implicit theories of intelligence and academic achievement:** A meta-analytic review. Frontiers in Psychology, 9(JUN), 1–16. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.00829>.

CROWTHER, M. R. *et al.* (2002). **Rowe and Kahn's model of successful aging revisited:** Positive spirituality - The forgotten factor. Gerontologist, 42(5), 613–620. <https://doi.org/10.1093/geront/42.5.613>.

DAVIS, D. E. *et al.* (2013). **Research on religion/spirituality and forgiveness: A meta-analytic review.** Psychology of Religion and Spirituality, 5(4), 233–241. <https://doi.org/10.1037/a0033637>.

DEIN, S.; COOK, C. C. H.; KOENIG, H. (2012). **Religion, Spirituality, and Mental Health.** The Journal of Nervous and Mental Disease, 200(10), 852–855. <https://doi.org/10.1097/NMD.0b013e31826b6d1e>.

DELGADO, C. (2005). **A discussion of the concept of spirituality.** Nursing Science Quarterly, 18(2), 157–162. <https://doi.org/10.1177/0894318405274828>.

EDWARDS, A. C. (2003). **Commentary:** Response to the Spiritual Intelligence Debate: Are Some Conceptual Distinctions Needed Here?. The international journal for the psychology of religion, 13(1), 49-52.

EMMONS, R. A. (2000a). **Is spirituality an intelligence?** Motivation, cognition, and the psychology of ultimate concern. The International Journal for the Psychology of Religion, 8619(April), 3–26. <https://doi.org/10.1207/S15327582IJPR1001>.

EMMONS, R. A. (2000b). **Spirituality and intelligence:** Problems and Prospects. *The International Journal for the Psychology of Religion*, 10(1), 57–64. <https://doi.org/10.1207/S15327582IJPR1001>.

EMMONS, R. A. (2005). **Striving for the sacred:** Personal goals, life meaning, and religion. *Journal of Social Issues*, 61(4), 731–745. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2005.00429.x>.

FAGAN, J. F. (2000). **A theory of intelligence as processing:** Implications for Society. *Psychology, Public Policy, and Law*, 6(1), 168–179. <https://doi.org/10.1037/1076-8971.6.1.168>.

FARRAN, C. J. *et al.* (1989). **Development of a model for spiritual assessment and intervention.** *Journal of Religion and Health*, 28(3), 185–194.

FIDELIS, A. C. F.; FORMIGA, N. S.; FERNANDES, A. J. (2022). **A Inteligência espiritual e reajuste do trabalho em brasileiros e portugueses de unidades hospitalares.** RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218, 3(4), e341382-e341382.

GAGE, T. (2016). **Leadership intelligence:** Unlocking the potential for school leadership effectiveness. *South African Journal of Education*, 36(4), 1–9. <https://doi.org/10.15700/saje.v36n4a1328>.

GARDNER, H. (1983). **Frames of mind:** The theory of multiple intelligences.

GARDNER, H. (2000). **A case against spiritual intelligence.** *The international journal for the psychology of religion*, 10(1), 27–34. <https://doi.org/10.1207/S15327582IJPR1001>.

GARDNER, H.; HATCH, T. (1989). **Multiple intelligences go to school:** Educational implications of the theory of multiple intelligences. *Educational Researcher*, 18(8), 4–10. <https://doi.org/10.2307/1176460>.

GEISINGER, K. F. (2019). **Empirical considerations on intelligence testing and models of intelligence:** updates for educational measurement professionals. *Applied Measurement in Education*, 32(3), 193–197. <https://doi.org/10.1080/08957347.2019.1619564>.

GIESENBERG, A. (2007). **The phenomenon of preschool children's spirituality.**

GODWIN, J. L. *et al.* (2017). **Self-leadership, spirituality, and entrepreneur performance:** a conceptual model. *Journal of Management, Spirituality & Religion*, 6086(June), 64–78. <https://doi.org/10.1080/14766086.2015.1122546>.

HALAMA, P.; STRIZENEC, M. (2004). **Spiritual , existential or both?** Theoretical considerations on the nature of “higher” intelligences. *Studia*, 46(3), 239–253.

HALL, J. K.; DANEKE, G. A.; LENOX, M. J. (2010). **Sustainable development and entrepreneurship:** Past contributions and future directions. *Journal of*

Business Venturing, 25(5), 439–448.
<https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2010.01.002>.

HANEFAR, S. B.; SA'ARI, C. Z.; SIRAJ, S. (2016). **A synthesis of spiritual intelligence themes from islamic**. Journal of Religion and Health, 55(6), 2069–2085. <https://doi.org/10.1007/s10943-016-0226-7>.

HILL, P. C. *et al.* (2000). **Conceptualizing religion and spirituality: Points of commonality, points of departure. journal for the theory of social behaviour**, 30(1), 51–77. <https://doi.org/10.1111/1468-5914.00119>.

HOFFMAN, L.; ELLIS, M. S. (2020). **Encyclopedia of psychology and religion**. In Encyclopedia of Psychology and Religion (pp. 0–4).
<https://doi.org/10.1007/978-3-642-27771-9>.

HOUGHTON, J. D.; NECK, C. P.; KRISHNAKUMAR, S. (2016). **The what, why, and how of spirituality in the workplace revisited: A 14-year update and extension**. Journal of Management, Spirituality & Religion, 6086(June 2017), 1–29. <https://doi.org/10.1080/14766086.2016.1185292>.

HUITT, W.; HUMMEL, J. (2003). **Piagets theory of cognitive development**. In Educational Psychology Interactive (pp. 1–5).
<https://doi.org/10.1016/j.bbmt.2006.12.455>.

HYDE, B. (2004). **The plausibility of spiritual intelligence**: spiritual experience, problem solving and neural sites. International Journal of Children's Spirituality, 9(1), 39–52. <https://doi.org/10.1080/1364436042000200816>.

KARAKAS, F. (2010). **Spirituality and performance in organizations: A Literature Review**. Journal of Business Ethics, 89–106.
<https://doi.org/10.1007/s10551-009-0251-5>.

KAUANUI, S. K. *et al.* (2008). **Exploring entrepreneurship through the lens of spirituality**. Journal of Management, Spirituality & Religion, 5(2), 160–189. <https://doi.org/10.1080/14766080809518698>.

KING, D. B.; DECICCO, T. L. (2009). **A viable model and self-report measure of spiritual intelligence**. Internanational Journal of Transpersonal Studies, 28(1), 68–85.

KING, D. B.; MARA, C. A.; DECICCO, T. L. (2012). **Connecting the spiritual and emotional intelligences**: Confirming an intelligence criterion and assessing the role of empathy. International Journal of Transpersonal Studies, 1(31), 11–20.

KING, D. B. (2008). **Rethinking claims of spiritual intelligence**: a definition, model, and measure. thesis master degree. <https://doi.org/10.11113/jt.v56.60>.

KIRBY, J. R.; DAS, J. P. (1990). **A cognitive approach to intelligence**: Attention, coding and planning. Canadian Psychology/Psychologie Canadienne, 31(4), 320–333.

- KOVACS, K.; CONWAY, A. R. A. (2019). **A unified cognitive/differential approach to human intelligence: Implications for IQ Testing.** Journal of Applied Research in Memory and Cognition, 8(3), 255–272. <https://doi.org/10.1016/j.jarmac.2019.05.003>.
- KWON, S. (2008). **Well-being and spirituality from a korean perspective:** Based on the study of culture and subjective well-being. Pastoral Psychology, 56(6), 573–584. <https://doi.org/10.1007/s11089-008-0134-1>.
- LAZENBY, J. M. (2010). **On “spirituality,” “religion,” and “religions”:** A concept analysis. Palliative and Supportive Care, 8(4), 469–476. <https://doi.org/10.1017/S1478951510000374>.
- LINZER, N. (2006). **Spirituality and ethics in long-term care.** Journal of Religion & Spirituality in Social Work, 25(1), 87-106 20p. https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1300/J377v25n01_06.
- MALONY, H. N. (2005). **A response.** Journal of Pastoral Care & Counseling, 59(5_suppl), 449-451.
- MATHEIS, E. N.; TULSKY, D. S.; MATHEIS, R. J. (2006). **The relation between spirituality and quality of life among individuals with spinal cord injury.** Rehabilitation Psychology, 51(3), 265.
- MAYER, J. D. (2000). **Spiritual intelligence or spiritual consciousness?** The international journal for the psychology of religion, 10(1), 47–56. <https://doi.org/10.1207/S15327582IJPR1001>.
- MAYER, J. D.; SALOVEY, P.; CARUSO, D. R. (2004). **Emotional intelligence and the intelligence of emotions.** Psychological Inquiry, 15(3), 216–222. <https://doi.org/10.1207/s15327965pli1503>.
- MAYER, J. D.; SALOVEY, P.; CARUSO, D. R. (2008). **Emotional intelligence: New ability or eclectic traits?** American Psychologist, 63(6), 503–517. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.63.6.503>.
- MCELYA, M. (2017). **7. Knowns and unknowns.** The Politics of Mourning, 261–306. <https://doi.org/10.4159/9780674974050-008>.
- MCGHEE, P.; GRANT, P. (2017). **The transcendent influence of spirituality on ethical action in organizations.** Journal of Management, Spirituality & Religion, 6086(June), 1–19. <https://doi.org/10.1080/14766086.2016.1268539>.
- MILLIMAN, J.; CZAPLEWSKI, A. J.; FERGUSON, J. (2003). **Workplace spirituality and employee work attitudes An exploratory empirical assessment.** Journal of Organizational Change Management, 16(4), 426–447. <https://doi.org/10.1108/09534810310484172>.
- MITROFF, I. I.; DENTON, E. A. (1999). **A study of spirituality in the workplace.** Sloan Management Review, 40(4), 83–92.

O'NEIL, T. (2012). **Multiple Intelligences: The concept of distributed intelligence in Gardner's theory of multiple intelligences.** Psychology of Education.

PAIVIO, A. (2014). **Intelligence, dual coding theory, and the brain.** Intelligence, 47, 141–158. <https://doi.org/10.1016/j.intell.2014.09.002>.

PARGAMENT, K. I. (2012). **Searching for the sacred: Toward a nonreductionistic theory of spirituality.** In APA handbook of psychology, religion, and spirituality (Vol 1): Context, theory, and research. (Vol. 1, pp. 257–273). <https://doi.org/10.1037/14045-014>.

PETERSON, C.; SELIGMAN, M. E. (2004). **Character strengths and virtues: A handbook and classification** (Vol. 1). Oxford University Press.

PINTO, C.; PAIS-RIBEIRO, J. L. (2007). **Construção de uma escala de avaliação da espiritualidade em contextos de saúde.** Arquivos de Medicina, 21(2), 47–53.

RACO, J. R.; TANOD, R. H. M. (2014). **Understanding spirituality as experienced by catholic entrepreneurs.** World Review of Entrepreneurship Management and Sustainable Development, 10(1), 40–51. <https://doi.org/10.1504/WREMSD.2014.058052>.

REGO, A.; CUNHA, M. P. (2010). **Workplace spirituality and organizational commitment: an empirical study.** Journal of Organizational Change Management, 21(1), 53–75.

REGO, A. et al. (2012). **Authentic leadership promoting employees' psychological capital and creativity.** Journal of Business Research, 65(3), 429–437. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2011.10.003>.

REINERT, K. G.; KOENIG, H. G. (2013). **Re-examining definitions of spirituality in nursing research.** Journal of Advanced Nursing, 69(12), 2622–2634. <https://doi.org/10.1111/jan.12152>.

SCHNITKER, S. A.; EMMONS, R. A. (2013). **Spiritual striving and seeking the sacred: Religion as meaningful goal-directed behavior.** International Journal for the Psychology of Religion, 23(4), 315–324. <https://doi.org/10.1080/10508619.2013.795822>.

SINGH, S.; CORNER, P. D.; PAVLOVICH, K. (2016). **Spirituality and entrepreneurial failure.** Journal of Management, Spirituality & Religion, 13(1), 24–49. <https://doi.org/10.1080/14766086.2015.1029961>.

SISWANTI, D. N.; KHAIRUDDIN, R.; HALIM, F. (2018). **The effect of spiritual intelligence.** Emotion and social competence to the leadership competence the effect of spiritual intelligence. Emotion and social competence to the leadership competence. Journal of Physics: Conference Series, 1028(1).

- SKRZYPIŃSKA, K. (2020). **Does spiritual intelligence (SI) exist?** A theoretical investigation of a tool useful for finding the meaning of life. *Journal of Religion and Health*, (0123456789). <https://doi.org/10.1007/s10943-020-01005-8>.
- SMITH, J. Z. (2010). **Tillich's remains...** *Journal of the american academy of religion*, **78**(4), 1139–1170. <https://doi.org/10.1093/jaarel/lfq087>.
- SOUTO, S.; REGO, A. (2006). **Espiritualidade nas organizações, positividade e desempenho.** In 30º Encontro da ANPAD (pp. 1–16).
- STEAD, J. G.; STEAD, W. E. (2014). **Building spiritual capabilities to sustain sustainability-based competitive advantages.** *Journal of Management, Spirituality & Religion*, **11**:2, 143–158. <https://doi.org/10.1080/14766086.2013.832359>.
- STERNBERG, R. J. (1988). **Applying cognitive theory to the testing and teaching of intelligence.** *Applied Cognitive Psychology*, **2**(4), 231–255. <https://doi.org/10.1002/acp.2350020402>.
- STERNBERG, R. J. (1999). **Successful intelligence:** Finding a balance. *Trends in Cognitive Sciences*, **3**(11), 436–442. [https://doi.org/10.1016/S1364-6613\(99\)01391-1](https://doi.org/10.1016/S1364-6613(99)01391-1).
- STERNBERG, R. J. (2003). **A Broad view of intelligence the theory of successful intelligence.** *Consulting Psychology Journal*, **55**(3), 139–154. <https://doi.org/10.1037/1061-4087.55.3.139>.
- SULTONI, A. H. (2017). **The effect of leadership styles on workplace spirituality, teamwork and project performance.** *International Journal of Applied Business and Economic Research*, **15**(5), 117–130.
- UNGVÁRI-ZRÍNYI, I. (2014). **Spirituality as motivation and perspective for a socially responsible entrepreneurship.** *World Review of Entrepreneurship, Management and Sust. Development*, **10**(1), 21–23. <https://doi.org/10.1504/WREMSD.2014.058049>.
- VAUGHAN, F. (2002). **What Is spiritual intelligence?** *Journal of Humanistic Psychology*, **42**(2), 16–33.
- VIVEK, S.; AMRITH, V. (2017). **Spirituality and productivity - A relationship perspective.** *PURSHARTHA*, **X**(1).
- WOODS, I. L. *et al.* (2019). **What is in a name? A historical review of intelligence test score labels.** *Journal of Psychoeducational Assessment*, **37**(6), 692–705. <https://doi.org/10.1177/0734282918786651>.
- WOYCIEKOSKI, C.; HUTZ, C. S. (2009). **Inteligência emocional: Teoria, pesquisa, medida, aplicações e controvérsias.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, **22**(2), 1–11.

ZIMMER, Z. *et al.* (2016). **Spirituality, religiosity, aging and health in global perspective:** A review. *SSM - Population Health*, 2, 373–381.
<https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2016.04.009>.

ZOHAR, D.; MARSHALL, I. (2000). **QS inteligência espiritual.** Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record.

ZSOLNAI, L.; ILLES, K. (2017). **Spiritually inspired creativity in business.** *International Journal of Social Economics*, 44(2), 195–205.
<https://doi.org/10.1108/IJSE-06-2015-0172>.

CAPÍTULO 06

ESTUDO COMPARATIVO DOS MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS NA COLETA SELETIVA

Giovani Manso Ávila

Doutor em Engenharia de Transportes pela COPPE/UFRJ

Instituição: Programa de Engenharia Urbana/UFRJ

Endereço: Cidade Universitária, CT, Bloco H sala 209 RJ/RJ Brasil

E-mail: giovani@poli.ufrj.br

Moises Leão Gil

Mestre em Engenharia Urbana pelo Programa de Engenharia Urbana/UFRJ

Instituição: Programa de Engenharia Urbana/UFRJ

Endereço: Cidade Universitária, CT, Bloco H sala 209 RJ/RJ Brasil

E-mail: moiseslgil@hotmail.com

RESUMO: Este artigo visa avaliar a eficiência econômica e ambiental e os impactos no tráfego urbano de modelos de coleta e transporte de materiais recicláveis porta-a-porta, por meio da análise dos três modelos em execução no Brasil, a saber: caminhão compactador, caminhão baú e veículo de motor à combustão não tripulado, associado a um ponto de apoio. Devido à escassa literatura encontrada relacionada ao transporte de coleta seletiva, esta análise pretende contribuir como subsídio à tomada de decisão por parte dos órgãos e instituições responsáveis pela gestão de resíduos sólidos municipais e no planejamento do melhor meio de transporte para este fim, levando em consideração as características locais. O trabalho corrobora com a tese de que o planejamento adequado para a otimização de recursos, eficiência e qualidade na prestação de serviços é fundamental para a implementação e manutenção dos programas de coleta seletiva, tendo em vista o atendimento à Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

PALAVRAS-CHAVE: Transporte; Veículos; Resíduos Sólidos; Coleta Seletiva.

ABSTRACT: This article aims to analyze the economic and environmental efficiency and impacts on urban traffic models for collection and transportation of recyclable materials door-to-door, through a comparative study of three models running in Brazil, namely: truck compactor, box truck and motor vehicle combustion, unmanned, associated with a point of support. This study is important to give subsidy for decision making by the bodies responsible for managing municipal solid waste and planning the best model of transport for this purpose, according to the local characteristics. The work confirms the thesis that proper planning for resource optimization, efficiency and quality in service delivery is a key activity to the implementation and maintenance of selective collection programs, in a way to keep compliance with the National Policy on Solid Waste.

KEYWORDS: Transport; Vehicles; Solid Waste; Selective Collect.

1. INTRODUÇÃO

Com o crescente aumento populacional, resultado da vida em comunidade, e a voraz ocupação dos espaços, evidenciado de forma desenfreada a partir do século XVIII com a revolução industrial, aflora um dos mais graves problemas ambientais: o aumento constante de resíduos sólidos nas cidades. Tomando como base está premissa, poder-se-ia considerar o lixo como um dos mais antigos focos abordados em trabalhos de natureza social, econômica e ambiental.

A problemática do lixo urbano decorreu da associação entre a precária ou total inexistência de infraestruturas adequadas às cidades e à falta de consciência ecológica, conduzindo a um quadro de caos (Silva *et al.*, 2001).

Dentro do saneamento básico, que é composto pelos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de manejo de águas pluviais e de resíduos sólidos, parece existir uma importância maior para o sistema de abastecimento de água, relegando a segundo plano o sistema de coleta e tratamento dos esgotos urbanos, seguido da limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e do manejo das águas pluviais urbanas.

Os problemas ocasionados pela disposição inadequada de resíduos sólidos estão relacionados a poluição visual, poluição de corpos d'água e águas subterrâneas, poluição atmosférica, degradação de ecossistemas, doenças relacionadas à saúde pública, entupimento de galerias de escoamento pluvial e problemas de ordem social.

No Brasil, o crescimento populacional desenfreado acarretou também num aumento de mão de obra, porém, sem postos de trabalhos suficientes para suprir esta demanda, expondo às pessoas desempregadas a situações desumanas, encontrando no lixo uma forma de sustento próprio e de suas famílias (Martins *et al.*, 2004).

Essa questão torna imprescindível pautar o tema, tanto no âmbito legislativo quanto das políticas públicas. Bringhenti (2004) atenta para o fato da destinação dos resíduos sólidos, significar uma ameaça à saúde pública e ao meio ambiente. Nesse sentido, faz-se necessário um bom planejamento para seu gerenciamento, com base em conhecimentos de engenharia sanitária, economia, administração, e

demais áreas afins, utilizando técnicas mais adequadas de manejo e evitando custos elevados que inviabilizem a sua execução.

Dessa maneira, o presente estudo pretende relacionar a infraestrutura de transporte adequada na coleta seletiva, às características de cada cidade, através da comparação dos custos envolvidos, capacidade e abrangência de cada uma das infraestruturas analisadas.

1.2 Reciclagem e coleta seletiva

Quadros de crise financeira, limitação de recursos naturais, associados ao prejuízo do meio ambiente e à saúde pública, devido à disposição inadequada dos resíduos, fizeram com que a sociedade se conscientizasse quanto à necessidade da reciclagem. Com isso, o retorno dos resíduos recicláveis à cadeia produtiva como matéria-prima para a produção de novos produtos estabeleceu-se por necessidades eventuais, como em épocas de crise e escassez, vivenciadas durante as duas últimas grandes guerras (Wells, 1995 *apud* Periotto, 2013).

Primeiros registros de programas de coleta seletiva e reciclagem são datados no período da segunda guerra mundial, onde países europeus e os Estados Unidos faziam campanha para que a população destinasse as sucatas metálicas e de papel para reciclagem, afim de abastecer a indústria bélica de matéria prima (Santos, 1995 *apud* Ribeiro, 2000).

Martins (2002), *apud* Besen (2006), aponta que nos países desenvolvidos a gestão dos resíduos sólidos passou por 3 momentos específicos: o primeiro, durante os anos 70, centrado na destinação final; o segundo, durante os anos 80, na redução e reciclagem; e o terceiro, depois da década de 90, com o estabelecimento de leis e normas para a implantação da coleta seletiva, reciclagem e aproveitamento energético.

No Brasil, com o advento da lei 12.305/2010, Política Nacional dos Resíduos Sólidos, todos os municípios da federação ficam obrigados a encerrar seus lixões e destinar os seus resíduos, que não forem passíveis de reciclagem, para aterros sanitários. A lei também prevê a implantação e expansão progressiva da coleta seletiva solidária municipal com a participação de organizações de catadores de materiais recicláveis. A coleta seletiva solidária é

um instrumento de gestão ambiental que deve ser implementado visando à recuperação de material reciclável para fins de reciclagem (Brasil, 2010).

Segundo Ribeiro e Besen (2011), a coleta seletiva desempenha uma função fundamental na gestão integrada dos resíduos sólidos sob diversos modos: promove a prática da segregação dos resíduos sólidos diretamente no gerador para posterior aproveitamento, fomenta a prática de ações de redução de consumo e desperdício através da educação ambiental, promove a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis e propicia um melhor resíduo orgânico para a compostagem.

Contudo, um dos principais gargalos para que a reciclagem se torne eficiente é a etapa de coleta dos materiais recicláveis. Devido ao planejamento e ao fato dos materiais

recicláveis possuírem um volume elevado em relação ao seu peso, muitas vezes a coleta acaba não sendo economicamente viável.

Grimberg e Blauth (1998) apontam que no Brasil existem duas modalidades básicas de coleta seletiva: a de porta-a-porta, onde agentes de limpeza e/ou agentes ambientais percorrem as ruas juntamente com o veículo coletor, recolhendo os materiais recicláveis previamente separados e dispostos na frente dos domicílios e estabelecimentos comerciais; e os Pontos de Entrega Voluntária (PEV's), no qual a população se desloca até locais estrategicamente definidos para dispor o material segregado em casa. Entretanto, os mesmos autores observam que é difícil de mensurar a adesão da comunidade à coleta seletiva através dos PEV's, bem como o risco de vandalismo que pode apresentar-se desde o depósito de lixo orgânico e/ou animais mortos nos coletores até na danificação e destruição dos mesmos.

Quanto a coleta seletiva porta-a-porta, embora necessite de maior infraestrutura e apresente custos mais elevados para coleta e transporte, proporciona uma maior comodidade à população, que resulta numa maior participação da sociedade nos programas de coleta seletiva, além de possibilitar um melhor controle e fiscalização por parte dos órgãos responsáveis pela execução do serviço, permitindo a tomada de medidas específicas para que se tenha uma maior participação popular (Grimberg, Blauth, 1998).

2. OBJETIVOS

O presente artigo visa avaliar a eficiência econômica e ambiental, de modelos de coleta e transporte de materiais recicláveis porta-a-porta por meio da análise dos três modelos em execução no Brasil, a saber: caminhão compactador, caminhão baú e veículo de motor de combustão não tripulado associado a um ponto de apoio. Este último modelo, que tem como base o veículo de motor de combustão não tripulado associado a um ponto de apoio vem sendo utilizado recentemente por cidades de pequeno, médio porte e grande porte, a exemplo do município de Caetité/BA, Jacobina/BA, João Monlevade/MG e Belo Horizonte/MG.

3. BRASIL E A COLETA SELETIVA

A coleta seletiva ainda é tema recente no Brasil, sendo a maior parte das iniciativas e ações nesse sentido, ainda informais, realizadas por organizações de catadores de materiais recicláveis. No país tem-se apenas 16,66% dos 5.561 municípios operando programas de coleta seletiva, o que corresponde a 927 experiências implantadas e em funcionamento, conforme demonstra uma pesquisa sobre o tema, desenvolvida pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE, 2014).

O Ministério das Cidades, através do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), divulga anualmente o "Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos", que em sua décima terceira edição referente ao ano de 2014, aponta que de um total de 3.765 municípios pesquisados, 1.322 informaram realizar qualquer tipo de coleta seletiva, seja por PEV ou porta-a-porta. Contudo, não foi feita uma avaliação da abrangência da coleta seletiva nesses municípios, podendo ser apenas em uma localidade, em parte do município, ou em toda a cidade. Destes 1.322 municípios, 1.178 disseram que realizam a coleta seletiva porta-a-porta, atendendo a um total de 52 milhões de habitantes, valor bem superior ao apresentado pelo CEMPRE (2014), que apresentou a quantidade de 28 milhões de pessoas atendidas com coleta seletiva no país.

3.1 Veículos utilizados

A coleta seletiva pode ser realizada com o uso de diversos equipamentos, desde veículos de tração animal/humana, passando por caminhões de carroceria aberta e compactadores, estes capazes de diminuir o volume inicial dos resíduos em um terço (Roth *et al.*, 1999). A ABNT (1993), através da NBR 12980, apresenta dois desses veículos: Caminhões com carroceria sem compactação, que se tratam de carrocerias retangulares metálicas com abertura traseira e/ou lateral e sua descarga ocorre por basculamento; e Caminhão com compactador, que são veículos com carroceria fechada, dotados de elementos mecânicos que possibilitam a compactação do material em seu interior, sendo que sua descarga pode ser feita por ejeção ou basculamento.

Recentemente, novas tecnologias vêm sendo desenvolvidas visando reduzir impactos no tráfego e no meio ambiente, diminuir custos e otimizar o processo da coleta seletiva de materiais recicláveis. Em 2007, através do programa de energias renováveis da Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional - ITAIPU, foi lançado um veículo elétrico não tripulado para coleta seletiva movido a puxão, com capacidade para até 1000 kg e baixa velocidade de operação, alcançando até 8 km.h^{-1} (Lazzari, 2010). Contudo, apesar de apresentar autonomia de 30 km com a carga completa, o veículo não foi muito bem aceito por organizações de catadores que pela experiência de uso, alegaram que o veículo vai perdendo potência no final da carga, acabando por completo antes de chegar à base novamente, causando grandes dificuldades para sua locomoção, pois vazio, o mesmo pesa em torno de 400 kg e não existem pontos para reabastecimento com facilidade.

Por volta de 2009, a empresa TECSCAN, criou o “Coletortec”. Trata-se de um veículo de motor de combustão não tripulado movido a gasolina, com gaiola de carga com

capacidade de aproximadamente 3 m^3 e até 500 kg. A velocidade desse veículo é de 4 e 6 km.h^{-1} (velocidade média de uma pessoa comum andando) e autonomia média de 30 km.l^{-1} (TECSCAN, 2017). A possibilidade de abastecimento com gasolina acabou sendo um diferencial em relação ao veículo elétrico da ITAIPU, pois é possível carregar um tanque extra de combustível junto

ao veículo, ou abastecê-lo no posto mais próximo, podendo retornar para a base sem maiores problemas.

4. METODOLOGIA

Levando em consideração que existem poucos trabalhos na literatura que abordam o transporte de coleta seletiva no Brasil, o presente trabalho apresenta uma pesquisa exploratória de caráter quali-quantitativo, baseada nas informações recolhidas dos meios de transporte utilizados para realização dessa coleta, com foco no caminhão sem compactação (carroceria gaiola ou baú), caminhão compactador e veículo não tripulado com motor de combustão associado a um ponto de apoio - Ecoponto (fotos 1 e 2).

Fotos 1 e 2: Ecoponto e catadores com carrinho de coleta mecanizado no município de Jacobina/Ba.



Fonte: O próprio autor (2016).

É importante mencionar que devido à dificuldade da obtenção de dados, as áreas de influência escolhidas não são as mesmas para cada caso, o que pode gerar algumas diferenças principalmente nos custos e rotas, entretanto, a intenção do trabalho é mostrar as características dos veículos e a forma da coleta, observando os distintos casos de estudo e áreas escolhidas

Foi realizado um levantamento de dados primários e secundários, posteriormente, foram definidos os parâmetros a serem analisados, tais como; abrangência da coleta, levando em consideração a capacidade dos equipamentos e o tamanho das rotas; ocupação de espaços das vias públicas, com vistas nos impactos no tráfego decorrentes dos diferentes meios.

A abrangência da coleta foi definida com base nas rotas e nas capacidades dos dispositivos dos meios de transportes analisados. Para isso, foram avaliados dados de coleta de três organizações de catadores e da Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB do município do Rio de Janeiro/RJ. Cada uma opera com um veículo estudado, a saber: Cooperativa Popular Amigos do Meio Ambiente Ltda – COOPAMA, que recebe o material da coleta seletiva da COMLURB, feita com o uso do caminhão com compactador; Associação dos Trabalhadores da Limpeza e de Materiais Recicláveis de João Monlevade – ATLIMARJOM, que realiza a coleta seletiva no município de João Monlevade/MG com o uso do caminhão com carroceria tipo Baú; Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis Recicla Jacobina, que opera a coleta seletiva em Jacobina/BA utilizando o veículo não tripulado com motor de combustão.

A obtenção das informações, referente as rotas dos veículos, foi realizada de duas formas:

1- Por meio do aplicativo “Minha Rota”, disponível de forma gratuita para aparelhos Smartphone; usado para os dados do veículo não tripulado com motor de combustão da Recicla Jacobina e do caminhão baú da ATLIMARJOM. As rotas de cada veículo foram medidas pelo período de uma semana e o material coletado durante o roteiro mensurado foi posteriormente pesado;

2- Por meio do formulário “Boletim diário de operações”, para conseguir os dados da rota do caminhão compactador da Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB, que destina o material a COOPAMA. Neste formulário o motorista informa os horários e quilometragem do veículo nas seguintes situações: ao sair da garagem, no primeiro e demais pontos de coleta (vias e/ou estabelecimentos específicos), no último ponto de coleta, ao chegar na balança rodoviária e ao depositar na COOPAMA.

Figura 1 e 2: Rotas do caminhão da ATLIMARJOM (17,1 km) e do veículo não tripulado com motor de combustão da Recicla Jacobina (3,6 km), respectivamente, mensuradas com o aplicativo “minha rota”.



Fonte: O próprio autor (2016).

Com relação a capacidade dos dispositivos de armazenamento, cabe ressaltar que segundo o Ministério do Meio Ambiente (2012), a densidade aparente dos materiais recicláveis é de $0,25 \text{ ton.m}^{-3}$, enquanto para os resíduos misturados e compactados, é atribuído o valor de $0,6 \text{ ton.m}^{-3}$.

As informações referentes à capacidade foram obtidas dos fabricantes, por meio de cotações, acesso ao endereço eletrônico dos mesmos, e dos dados coletados das organizações de catadores acompanhadas neste estudo. Assim, foram comparados os valores de capacidade máxima com valores coletados das organizações de catadores estudadas. Outro aspecto considerado foi a depreciação dos veículos num período de um ano.

Os custos operacionais foram calculados com o uso da planilha de simulação dos custos de operação do transporte rodoviário de cargas, disponibilizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT que foi elaborada com base na Resolução ANTT nº 4.810, de 19 de agosto de 2015 (ANTT, 2015). A planilha divide os custos operacionais em dois: custos fixos e custos variáveis.

Os custos fixos têm como parâmetros os custos do caminhão e dispositivo, a depreciação do veículo e do equipamento, remuneração mensal do capital aplicado no veículo, custo da mão de obra do motorista (com base no piso salarial da categoria), tributos e seguro do veículo. Os custos variáveis levam em consideração os custos de manutenção, combustível, lubrificantes, lavagem e pneus.

Da mesma maneira, foi analisado em paralelo o custo da força de trabalho dos agentes de coleta, onde a composição da equipe varia de acordo com o meio utilizado, sendo considerada da seguinte forma no presente estudo: caminhão com compactador e caminhão com carroceria tipo baú compostas por um motorista e três agentes de coleta; veículo não tripulado com motor de combustão, dois agentes de coleta.

A planilha da ANTT foi preenchida com dados coletados em campo e pesquisa de mercado, calculados com base na quilometragem rodada por mês, obtidos por meio da mensuração das rotas, levando em consideração, também, o tempo gasto por rota. Cabe lembrar que devido as diferentes capacidades, há diferença na distância percorrida entre os diferentes meios.

5. RESULTADOS

A seguir serão apresentados os resultados das informações coletadas de cada um dos três meios apresentados. A Tabela 1 apresenta uma comparação das dimensões e capacidades levantadas para cada meio de transporte.

Tabela 1: Comparação das dimensões e capacidades levantadas para cada meio de transporte estudado.

		Veículo		
		Caminhão compactador	Caminhão sem compactação	Veículo motorizado não tripulado
Capacidade	Peso nominal (kg)	9.000	4.860	500
	Peso aparente (kg)	3.170	500	200
	Volume (m ³)	15	26	3
Dimensões	Comprimento (m)	7,9	7	1,5
	Altura (m)	3,4	3,4	2
	Largura (m)	2,5	2,1	1,2
Tempo médio por rota		6h37m	1h51m	2h27m
Km médio rodado por rota		76,0	19,5	4,1

Fonte: Elaborada pelo próprio autor (2016).

Com relação a capacidade de cada equipamento, as informações obtidas pelos fabricantes do compactador, baú e veículo motorizado não tripulado foram

de 9.000 kg, 4.860 kg e 500 kg, respectivamente. Contudo, os valores obtidos das organizações de catadores apresentaram uma média de 3.140 kg por viagem do compactador, 700 kg por viagem do baú e 200 kg por viagem do veículo motorizado não tripulado.

Com relação ao tempo por viagem, o caminhão compactador leva na faixa de 8 horas por viagem, resultando em apenas uma viagem por dia. Já as viagens do caminhão baú e o veículo motorizado não tripulado duram na faixa de 2 horas, possibilitando que sejam feitas de 2 a 3 viagens por dia. A Tabela 2 apresenta uma comparação dos custos dos fixos e variáveis para cada meio de transporte utilizado.

Tabela 2: Comparação dos custos dos fixos e custos variáveis para cada meio de transporte utilizado.

		Veículo			Veículo motorizado não tripulado
		Caminhão compactador	Caminhão sem compactação		
Custos Fixos	Veículo	R\$ 177.500,00	R\$ 140.000,00	R\$ 16.700,00	
	Depreciação*	R\$ 44.375,00	R\$ 35.000,00	R\$ 4.175,00	
	Dispositivo de armazenamento	R\$ 70.000,00	R\$ 14.800,00	R\$	-
	Depreciação dispositivo	R\$ 17.500,00	R\$ 3.700,00	R\$	-
	Motorista	R\$ 3.562,48	R\$ 3.562,48	R\$	-
	Tributos	R\$ 7.290,38	R\$ 5.790,38	R\$	-
	Seguro veículo	R\$ 6.100,00	R\$ 4.500,00	R\$	-
	Seguro dispositivo	R\$ 3.000,00	R\$	-	R\$
	Custo fixo mensal	R\$ 15.594,15	8.538,98		444,36
Custos Variáveis	Manutenção/Km	R\$ 0,96	R\$ 1,48	R\$	1,77
	Combustível/km	R\$ 1,61	R\$ 0,82	R\$	0,11
	Lubrificante/km	R\$ 0,02	R\$ 0,02	R\$	-
	Lavagem/km	R\$ 0,20	R\$ 0,20	R\$	-
	Pneu/km	R\$ 0,22	R\$ 0,20	R\$	0,40
	Custo variável por km	R\$ 3,01	R\$ 2,72		2,28

Fonte: Elaborada pelo próprio autor (2016).

Os custos fixos utilizados como parâmetros são: veículo, dispositivo de armazenamento, depreciação, motorista, tributos e seguros. Pode-se evidenciar que o veículo motorizado não tripulado não apresenta custos do dispositivo de armazenamento e do motorista, pois o mesmo já vem com o dispositivo de

armazenamento instalado e não é necessário o profissional habilitado para conduzir o veículo, conforme apresentado na foto 1, diferente dos caminhões, onde o dispositivo de armazenamento não é um opcional de fábrica e precisa ser adquirido por separado de outro fabricante. Já os custos variáveis considerados foram: manutenção por quilometro, combustível por quilometro, lubrificante por quilometro, lavagem por quilometro e pneu por quilometro.

Quanto ao consumo de combustível por mês, os dados coletados das 3 organizações de catadores apresentaram os seguintes quantitativos: o caminhão com compactador percorre na faixa de $76 \text{ km.viagem}^{-1}$; o caminhão com baú viaja em torno de $19,5 \text{ km.viagem}^{-1}$; e o veículo motorizado não tripulado circula por volta de $4,1 \text{ km.viagem}^{-1}$.

Considerando uma jornada mensal de 24 dias de trabalho, que caminhão compactador faz apenas uma viagem por dia, enquanto o caminhão baú e o veículo motorizado não tripulado fazem 3 viagens por dia, teremos o caminhão compactador percorrendo 1824 km.mês^{-1} , o baú 1404 km.mês^{-1} e o veículo não tripulado km.mês^{-1} . Cabe ressaltar que o veículo motorizado não tripulado inicia a coleta ao sair do Ecoponto, enquanto o caminhão compactador percorre aproximadamente 76 km para realizar a coleta, destinar o material para a cooperativas e retornar à garagem.

As informações obtidas dos fabricantes e das organizações de catadores indicam um consumo médio de quilometro por litro do caminhão compactador de 2 km.l^{-1} , caminhão baú de 4 km.l^{-1} e do veículo motorizado não tripulado de 35 km.l^{-1} . Os valores dos combustíveis encontrados foram de R\$ 2,79 para o diesel e R\$ 3,79 para a gasolina.

A tabela 3 apresenta uma simulação com os custos totais por tonelada, a cada 10 quilômetros e por viagem. Verifica-se que o veículo motorizado não tripulado apresenta os menores custos nos três casos, seguido pelo caminhão compactador e caminhão sem compactação.

Tabela 3: Simulação dos custos totais por tonelada, 10 quilômetros rodados e viagens.

		Veículo					
		Caminhão compactador	Caminhão sem compactação	Veículo motorizado não tripulado			
Custos Totais	Tonelada	R\$ 208,49	R\$ 418,94	R\$ 70,96			
	10 Km	R\$ 86,14	R\$ 150,39	R\$ 35,48			
	Viagens	R\$ 654,65	R\$ 293,26	R\$ 42,58			

Fonte: Elaborada pelo próprio autor (2016).

O veículo motorizado não tripulado apresentou R\$ 70,96.ton⁻¹, para cada 10 quilômetros R\$ 35,48.km⁻¹ e R\$ 42,58.viagem⁻¹. Em relação ao custo por tonelada o caminhão compactador apresentou o valor de R\$ 208,49.ton⁻¹ e o caminhão sem compactação R\$ 418,40.ton⁻¹. Quanto aos custos para cada 10 quilômetros, o caminhão compactador exibiu o valor de R\$ 86,14.km⁻¹ e o caminhão baú R\$ 150,39.km⁻¹. Ao analisar a simulação de custos por viagem, vemos que o caminhão sem compactação se mostra menos oneroso que o caminhão compactador, com o custo de R\$ 293,26 por viagem e o compactador R\$ 654,65 por viagem.

6. DISCUSSÕES

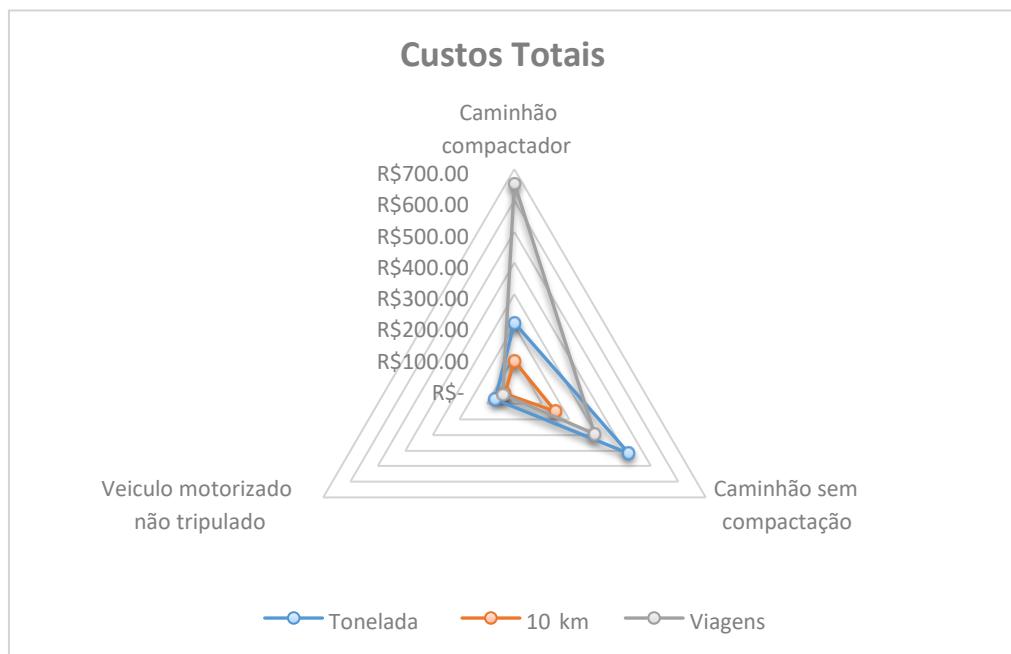
Conforme apresentado na Tabela 1, o veículo com o dispositivo compactador apresentou uma maior capacidade de coleta, com valores em torno de 3.140 quilos por viagem, seguido do caminhão com carroceria tipo baú, com 500 quilos e veículo motorizado não tripulado, com 200 quilos por viagem. Entretanto, vale observar que segundo dados da COOPAMA, a taxa de perda do material reciclável chega a 10,5% devido a compactação do material. Nota-se, também, que nenhum dos dispositivos conseguiram alcançar sua capacidade máxima de carga, sendo o volume um fator limitante para o planejamento da coleta.

Observa-se também que os caminhões, devido a seu porte, causam interferências negativas significativas no tráfego, o que não acontece com o veículo motorizado não tripulado; que apresenta uma largura equivalente à metade da dos caminhões, com possibilidade de subir em parte no meio fio, não

causando impactos significativos no trânsito. Também é importante ressaltar que os caminhões apresentam certas restrições, como impossibilidade de acessar áreas específicas, dificuldades de realizar manobras em ruas sem saída e circulação restrita em algumas regiões.

Com relação ao custo total, a tabela 3 e figura 3 apresentam a simulação dos valores dos três meios estudados.

Figura 3 - Comparação dos custos totais por tonelada, 10 quilômetros rodados e viagem dos três meios.



Fonte: Elaborada pelo próprio autor (2016).

Conforme observado anteriormente, o veículo motorizado não tripulado apresenta custos inferiores nas simulações. Entretanto, de uma forma geral, ao analisar os custos totais, observa-se que a capacidade e, consequentemente, abrangência da coleta do caminhão compactador acaba sendo superior quando comparada com os demais meios, sendo seis vezes superior em relação ao caminhão baú e quinze vezes superior ao do veículo motorizado não tripulado.

Verifica-se que o custo mais elevado se dá principalmente, devido aos custos dos equipamentos e os custos de manutenção e combustível, tendo em vista que o caminhão faz na faixa de 2 km.l^{-1} , o caminhão baú 4 km.l^{-1} e o veículo não tripulado 35 km.l^{-1} .

Levando em consideração, as diferenças das áreas de estudo assim como outros parâmetros envolvidos no transporte da coleta seletiva, resulta difícil indicar apenas um dos veículos como melhor meio de transporte, não sendo esse o foco deste trabalho, no entanto, a avaliação de cada caso com a finalidade de adequação para outras regiões, representa um suporte para um planejamento futuro.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento adequado visando a otimização de recursos, eficiência e qualidade na prestação de serviços são fundamentais para a implementação e manutenção dos programas de coleta seletiva, tendo em vista o atendimento à Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

Uma análise dos fatores relativos a aspectos locais, densidade populacional, renda e gravimetria é essencial para a definição do meio mais adequado para ser utilizado.

Embora apresente menores custos e menos impacto ao tráfego urbano, o veículo não tripulado com motor de combustão proporciona uma baixa capacidade de armazenagem, fazendo-se necessário um ponto de apoio local (Ecoponto) para transbordo do material coletado, sendo uma boa opção para regiões de difícil acesso para caminhões e áreas de ocupação urbana mais horizontais, mas não sendo uma boa alternativa para uma região de alta densidade demográfica.

Já o caminhão baú, apesar de ter custos significativos, tem uma capacidade média de transporte e um custo de manutenção relativamente inferior ao do compactador, além de possuir uma autonomia maior, o que pode representar uma alternativa em regiões com densidades demográficas maiores, no entanto, é importante analisar as condições de tráfego.

O veículo compactador apresenta melhor eficiência com relação a abrangência da coleta, sendo consideravelmente superior aos demais meios estudados. Contudo, o uso deste meio requer investimentos elevados, além de apresentar alto custo operacional, tanto no referente ao consumo de combustível, quanto de manutenção, conforme também apontado por MILANEZ (2002).

O uso do caminhão compactador apresenta-se como uma boa alternativa para regiões de densidade demográfica elevada, onde ocorre uma alta geração de resíduos por área. Entretanto, segundo os dados da COOPAMA, onde a perda deste material chega a 10,5%, são necessárias análises mais precisas no que se refere a qualidade em que esse material chega nas áreas de triagem, pois a premissa da coleta seletiva é o retorno deste produto à cadeia produtiva, mitigando os impactos negativos causados pela inadequada gestão e disposição incorreta desses materiais no meio ambiente, reduzindo, assim, a extração de matéria prima da natureza.

Desta maneira, o presente estudo é importante no subsídio de informações para a tomada de decisão por parte dos órgãos e instituições responsáveis pela gestão de resíduos municipais no planejamento, para assim determinar qual seria a melhor opção de meio de transporte a ser utilizado de acordo com as características locais.

REFERÊNCIAS

ABNT, Fórum Nacional de Normatização: NBR 12.980 – Coleta, Varrição e Acondicionamento de resíduos sólidos urbanos- Terminologia. Rio de Janeiro, 1993.

ANTT, Resolução Nº 4.810, de 19 de agosto de 2015. Estabelece metodologia e publica parâmetros de referência para cálculo dos custos de frete do serviço de transporte rodoviário remunerado de cargas por conta de terceiros. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/41427/ANTT_publica_metodologia_para_calcu_lo_dos_custos_de_frete_do_transp_e_rodoviario.html> Acesso em 27 ago. 2019.

BESEN, G. R. **Programas municipais de coleta seletiva em parceria com organizações de catadores na Região Metropolitana de São Paulo: desafios e perspectivas.** 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DNIT, Publicação. IPR-740. Manual de Projeto Geométrico de Travessias Urbanas, 2010.

BRASIL, Planos de Gestão de resíduos sólidos. Manual de orientação– Apoiando a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: do nacional ao local. Ministério do meio ambiente, 2012. _____. Nº, L. E. I. 12.305/2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, v. 2.

BRINGHENTI, J. **Coleta Seletiva de resíduos sólidos urbanos:** aspectos operacionais e da participação da população. 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CEMPRE. Pesquisa CICLOSOFT. Brasil: CEMPRE; 2014. Disponível em: <URL: <http://www.cempre.com.br>> [27/08/2019].

CUNHA, V.; CAIXETA FILHO, J. V. **Gerenciamento da coleta de resíduos sólidos urbanos:** estruturação e aplicação de modelo não-linear de programação por metas. Gestão & Produção, v. 9, n. 2, p. 143-161, 2002.

GRIMBERG, E.; BLAUTH, P. **Coleta seletiva:** reciclando materiais, reciclando valores. In: Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores. Pólis, 1998.

LAZZARI, M. A. **Avaliação ambiental de um veículo elétrico coletor de resíduos sólidos urbanos recicláveis.** 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

MARTINS, L. A. T. P. et al. **Cooperativa de trabalho:** experiência do reciclista solidário de Piracicaba. In: Cooperativa de trabalho: experiência do reciclista solidário de Piracicaba. UNIMEP, 2004.

MCIDADES. SNSA. SNIS, 2016. Diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos – 2014.^[1] Brasília. Disponível em: <URL: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuossolidos/diagnostico-rs-2014>>. Acesso em 27 ago. 2019.

MILANEZ, B. **Resíduos sólidos e sustentabilidade:** princípios, indicadores e instrumentos de ação. 2002. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia.

PERIOTTO, A. J.; FURLAN, L. A. **Um estudo sobre a gestão de resíduos sólidos no município de cidade Gaúcha-PR.** Caderno de Administração, v. 20, n. 2, p. 66-82, 2013.

RIBEIRO, H.; RIZPAH BESEN, G. **Panorama da coleta seletiva no Brasil:** desafios e perspectivas a partir de três estudos de caso. InterfacEHS-Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 2, n. 4, 2011.

LIMA, S.C.; RIBEIRO, T. F. **A coleta seletiva de lixo domiciliar:** Estudos de casos. Caminhos de Geografia, v. 2, p. 50-69, 2000.

ROTH, B. W.; ISAIA, E. M. B. I.; ISAIA, T. **Destinação final dos resíduos sólidos urbanos.** Ciência e Ambiente, v. 18, n. 1, p. 25-40, 1999.

SCHIRMER, W. N. et al. **Avaliação de implantação da coleta seletiva em municípios de pequeno porte—estudo de caso da cidade de IRATI (PR).** Tecno-Lógica, v. 13, n. 1, p. 46-51, 2009.

SILVA, E. C. et al. **Lixo x sobrevivência:** uma análise socioeconômica e ambiental do. In: Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 21. Feira Internacional de Tecnologias de Saneamento Ambiental, 4. ABES, 2001. p. 1-10

TECSCAN. R. **Equipamentos industriais para reciclagem.** Produtos. Coletortec. Disponível em: <<http://www.tecscan.com.br>> Acesso em: 27 ago. 2019.

CAPÍTULO 07

SALVOS PELA FÉ OU PELO CAFÉ? FATORES QUE INFLUENCIAM NÃO-CRISTÃOS A FREQUENTAREM UMA IGREJA EVANGÉLICA PELA PRIMEIRA VEZ

Claudia Rosa Acevedo

Graduada em Economia pela USP e Doutorada em Administração de Empresas pela FGV - SP. Atualmente é professora no curso de Marketing da EACH-USP e do Programa de Mestrado e Doutorado do PROMUSP da USP.
E-mail: acevedocampanario@usp.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7970180882025380>

Gabriel Piccoli

Bacharel em Marketing pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP
E-mail: gabriel.piccoli.esteves@usp.br

Bruno Catão

Bacharel em Marketing pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP
E-mail: bruno.catao@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6140841273433541>

RESUMO: O estudo visa analisar os fatores e motivações que levam não-cristãos a frequentar uma igreja evangélica pela primeira vez. Utilizando a equação de valor, que é comum no marketing, a pesquisa avalia os benefícios e riscos percebidos por esses indivíduos. Com uma amostra de 116 participantes, os resultados mostram que o principal fator de influência é o convite de familiares e amigos, e não motivações momentâneas como busca por cura ou bênçãos financeiras. Observou-se também que pessoas com maior escolaridade e renda pessoal tendem a frequentar menos igrejas evangélicas, ao contrário daqueles com menos escolaridade e renda, que frequentam mais igrejas pentecostais. Além disso, as igrejas pentecostais são eficazes em atrair novos visitantes, mas perdem muitos desses indivíduos rapidamente. Por outro lado, igrejas históricas têm dificuldade em atrair novos visitantes, mas mantêm os frequentadores de forma mais consistente.

PALAVRAS-CHAVE: Cristãos; Não-Cristãos; Primeira visita; Igrejas evangélicas; Igrejas históricas; Igrejas pentecostais; Círculo social.

ABSTRACT: The study aims to analyze the factors and motivations that lead non-Christians to attend an evangelical church for the first time. Using the value equation, a common tool in marketing, the research assesses the perceived benefits and risks for these individuals. With a sample of 116 participants, the results reveal that the primary influence is invitations from family and friends, rather than momentary motivations such as seeking healing or financial blessings. The study also found that individuals with higher education and personal income are less likely to attend evangelical churches, whereas those with lower education and income tend to attend Pentecostal churches more. Additionally, Pentecostal churches are effective at attracting new visitors but lose

many of them quickly. In contrast, historical churches struggle to attract new visitors but manage to retain their attendees more consistently.

KEYWORDS: Christians; Non-Christians; First visit; Evangelical churches; Historic churches; Pentecostal churches; Social circle.

1. INTRODUÇÃO

Se analisarmos a definição de marketing de acordo com a American Marketing Association (2017), temos que “marketing” é “a atividade, o conjunto de conhecimentos e os processos de criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que tenham valor para consumidores, clientes, parceiros e sociedade como um todo”.

Em geral, a visão que as pessoas costumam ter do marketing é a de comunicar produtos tangíveis a um mercado consumidor que paga uma quantia monetária pelo acesso àqueles produtos. Contudo, como percebemos pela própria definição, o marketing pode ser relacionado também a produtos não-tangíveis. Ou seja, o marketing também pode ser utilizado para angariar voluntários a uma ONG, por exemplo. Nessa linha, a definição também nos traz o conceito básico de “valor”. Apenas fazendo uma contextualização rápida, Kotler e Keller (2012) pontuam que “valor” é “a relação entre a somatória dos benefícios tangíveis e intangíveis proporcionados pelo produto e a somatória dos custos financeiros e emocionais envolvidos na aquisição desse produto”, chegando à seguinte equação:

$$Valor = \frac{\text{Benefícios}}{\text{Custos}}$$

Assim, podemos aplicar essa equação a um caso hipotético de um não-cristão, na qual uma igreja (empresa) que está oferecendo cura física ou bônus financeiros (produtos) a não-cristãos (clientes). Essa igreja utiliza diversas formas de comunicação (ferramentas de marketing) para gerar valor a eles, formas estas que não fazem parte do escopo deste estudo.

Este estudo se debruçará, principalmente, em tentar entender as possíveis motivações e influências para que um não-cristão decida visitar uma igreja evangélica pela primeira vez.

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2.1 Custos e riscos percebidos

Analizando a equação, vamos iniciar pelos custos que potencialmente podem ser percebidos por não-cristãos ao visitarem uma igreja pela primeira vez. Para analisar esses custos, partirei por uma análise de riscos percebidos descritos por Solomon (1998), os quais são: risco físico, temporal, financeiro, de funcionamento, social e psicológico.

2.1.1 Riscos físicos

Podemos considerar que o risco físico não se aplica neste caso, tendo em vista que o ato de passar algumas horas presenciando um culto religioso não fere a integridade física nem causa prejuízos físicos ao visitante.

2.1.2 Riscos temporais

Primeiramente, um único culto religioso pode demorar, em média, 2h, sem considerarmos os tempos de preparação pessoal e o deslocamento até o templo religioso. Ao meu ver, esse não seria um grande risco percebido pelo visitante em potencial. Porém, é possível que o visitante em potencial suponha, ou seja informado por alguém próximo, que é necessário frequentar a igreja regularmente para uma vida cristã genuína, e não apenas a presença em um único culto. Essa frequência geralmente é norteada por cultos dominicais, os quais têm roteiros (liturgias) que não tendem a mudar muito entre denominações evangélicas, e são compostos por momentos de sermões (pregações com base na bíblia, feitos por um pastor), músicas (louvores de exaltação à divindade), avisos gerais (referentes ao funcionamento do templo e às atividades previstas para os próximos dias) e momentos de entrega dos dízimos por parte dos membros da organização. Além desses cultos, podem haver outros eventos semanais, como encontros de oração, ensaios da equipe de músicos e limpeza do templo, por exemplo, dentre outras atividades que variam de acordo com cada organização ou doutrina. Vale mencionar, claro, que novos membros das igrejas

geralmente não estão envolvidos com muitas atividades da igreja, sendo geralmente apenas frequentadores dos cultos dominicais.

Em segundo lugar, o descrente também é convidado, através do discurso religioso, a ter uma vida próxima a Deus não somente no ambiente do templo em si, mas também em seu dia-a-dia, através de devocionais individuais (momento em que a pessoa se dedica ao relacionamento individual com Deus, composto geralmente por orações e leituras bíblicas). Assim, de forma geral, esse tempo despendido é um custo que ocupa outras atividades pessoais do indivíduo, como lazer, trabalho ou repouso, por exemplo. Nesse sentido, reiterando, essa perspectiva de gasto temporal, de forma geral, faz parte dos custos percebidos.

2.1.3 Riscos financeiros

Além dos custos temporais, temos os custos financeiros. O principal deles, comum à grande maioria das igrejas existem (senão todas), devido a uma orientação bíblica, é o dízimo. Ele é mencionado inicialmente no livro de Gênesis, capítulo 14, versículo 20 da Bíblia Sagrada. Basicamente, o dízimo é uma prática cristã na qual o membro de uma igreja deve contribuir com a mesma ofertando 10 % de suas receitas, com o intuito de realizar a manutenção física do templo, seja o pagamento de aluguel, energia elétrica, água, manutenção de instrumentos musicais, reformas estruturais ou quaisquer outras demandas necessárias para o bom funcionamento do espaço de culto (Bíblia Sagrada, 2000).

E não há somente os dízimos que entram na conta dos custos financeiros. Geralmente, as igrejas (repito, varia de acordo com a denominação e o bom senso dos líderes) também costumam vender objetos sagrados/abençoados. Além disso, há também:退iros espirituais (também chamados de acampamentos, e ocorrem geralmente a cada ano), necessidades pontuais do templo (como manutenções imprevistas/urgentes) e outras campanhas de arrecadação, na qual os pastores/líderes levantam ofertas dos membros. E, talvez, por essa falta de clareza, unida muitas vezes à má fé de pastores e líderes, temos muitos casos públicos que ferem a imagem da igreja genuinamente descrita na Bíblia.

E, claro, essas contribuições não são necessárias, e não costumam ser exigidas de um visitante que frequenta um templo pela primeira vez. Contudo, assim como no tópico anterior “risco temporal”, é possível que o visitante em potencial suponha, ou seja informado por alguém próximo, de que a contribuição financeira é algo presente na rotina de um membro de uma igreja, o que pode afastar desde o princípio ao culto essa visita por parte do descrente.

2.1.4 Riscos de funcionamento

Podemos entender o risco de funcionamento, nesse caso, como os problemas que potencialmente confrontem as expectativas que o visitante teria ao frequentar um culto evangélico. São eles:

Primeiramente, dificuldade de compreensão dos ensinamentos durante o culto, principalmente pela falta de base de conhecimento sobre a bíblia sagrada, ou por um linguajar viciado em termos específicos do mundo cristão, citado pelo pastor durante o sermão ou presente nas letras das músicas. Termos e expressões específicas da fé evangélica, como "ser salvo", "exegese", "Espírito Santo", podem ser confusos para quem não está familiarizado com eles, sobretudo para aqueles que tenham uma visão mais crítica ou científica do mundo;

Em segundo lugar, rituais e práticas desconhecidas. Atividades como orações em voz alta, cânticos, imposição de mãos, e práticas como a Santa Ceia do Senhor podem parecer estranhas ou desconfortáveis para visitantes que não estão acostumados com esses rituais;

Em terceiro lugar, a dinâmica de comunidade e o relacionamento entre os membros podem fazer o visitante se sentir como um intruso, especialmente se ele não conhece ninguém ou se o culto enfatiza fortemente a comunidade interna;

Em quarto lugar, é comum dos cultos evangélicos que, em algum momento, um líder ou representante da igreja vá ao púlpito (palco) e solicite que todos os visitantes presentes levantem a mão ou fiquem em pé, com o objetivo de que a igreja os cumprimentem e os recebam bem, de forma calorosa, fazendo com que o visitante se sinta importante e reconhecido naquele momento. Contudo, apesar de ser uma boa maneira de criar laços entre a comunidade e o

visitante, essa prática pode gerar um desconforto àqueles que são mais tímidos ou introvertidos.

Além disso, problemas que são incomuns até mesmo para os membros daquela igreja podem acabar afastando os visitantes, como: falta de energia elétrica, falta de acessibilidade do templo para pessoas com deficiência ou falha nos equipamentos sonoros, como mau funcionamento, som demasiadamente alto ou microfonia (apitos/ruídos incômodos causados por interferência entre aparelhos sonoros de grande potência).

2.1.5 Riscos psicológicos

Percebo também um custo “ainda mais intangível”, que é o custo do modo de agir/personalidade. As pregações e músicas podem incluir mensagens sobre moralidade, pecado, condenação ou fim dos tempos, e estas podem ser vistas como ameaçadoras ou julgadoras. O cristianismo, de forma geral, prega uma conversão genuína do indivíduo, seja no modo de pensar ou agir. É uma mudança profunda do ser, que inclui desde mudança de pensamentos e opiniões, quanto mudanças nas atitudes, ações e verbalizações desse modo de viver. Tendo como base a figura cristã de Jesus Cristo, principalmente, dentre outros mandamentos e ensinamentos bíblicos, o indivíduo é convidado a largar atitudes passadas que sejam expressamente seculares, ou seja, não condizente com os dogmas da igreja, e viver como um “novo homem” (Bíblia Sagrada, 2000). Assim, não somente é difícil elucidar essa questão, mas creio ser mais difícil ainda de mensurar o peso desse tipo de custo, que certamente é percebido de formas muito diversas por cada um, a depender do quanto afastada das práticas religiosas o descrente está.

2.1.6 Riscos sociais

Segundo Charles Seet (2000), “ser cristão exige atenção constante, esforço diligente e energia mental e espiritual. É algo em que temos que trabalhar continuamente”. Contudo, esse esforço diligente se dá de forma relativa, em cada doutrina. Algumas organizações mais rigorosas vão incentivar seus membros a não fazer coisas mais rígidas, como tatuar-se, ingerir bebidas

alcoólicas ou ouvir músicas seculares (não-cristãs). Outras, por sua vez, não consideram os tópicos anteriores, mas orientam seus membros a abandonarem práticas sexuais imorais ou mudarem seu linguajar chulo para um que condiz com os ensinamentos cristãos.

No tópico anterior, comentamos sobre os esforços necessários para um cristão seguir à doutrina da religião. Porém, quando analisamos os riscos sociais, estamos falando da percepção de outras pessoas sobre o indivíduo seguir aquela prática em questão. Ou seja, nesse caso, sobre a percepção de não-cristãos ao fato de um cristão ter se predisposto a ir em uma igreja. Portanto, o fato de um descrente ir a um culto religioso pode diminuir seu status perante seus grupos sociais compostos por outros não-cristãos, pois podem estranhar a mudança de personalidade do visitante e duvidarem de suas novas crenças.

2.1.7 Benefícios percebidos

Tendo aqui estabelecidos os custos possivelmente percebidos pelos não-cristãos de se engajarem numa igreja, devo pontuar quais são os possíveis benefícios percebidos. Contudo, após uma vasta revisão bibliográfica de artigos sobre ciências da religião, sobretudo brasileiros, percebo que há uma carência de informações nesse sentido. Através da revisão bibliográfica, não pude encontrar muitos fatores que justificassem as motivações de brasileiros, sobretudo jovens, de visitarem igrejas pela primeira vez. Porém, sobre os benefícios percebidos por cristãos ao frequentarem uma igreja, temos alguns estudos que mencionarei a seguir.

2.1.8 Benefícios psicológicos

Eliúde Félix (2008) menciona a importância da religião para a amenização do sofrimento do indivíduo. Para ele, quando o indivíduo se encontra em um estado profundo de tristeza e sofrimento, o mesmo tende a buscar explicações para se desvincilar de um sentimento de culpa por causar a própria dor. Assim, a principal solução percebida pelo autor para a fuga desse sentimento de culpa é a religião. Ou seja, o indivíduo tem seu sofrimento diminuído pois passa a ter a

percepção de que tudo, inclusive coisas ruins, ocorrem pela vontade de Deus (ou de qualquer divindade que o mesmo encontre um ponto de fuga) (Félix, 2008).

Nessa linha também, Jeffrey Levin (1994) revisou mais de 100 estudos clínicos empíricos que correlacionavam a melhora no quadro clínico do paciente com níveis de engajamento religioso. Assim, concluiu que há uma correlação positiva entre ambas as variáveis, ou seja, reforçando a visão de que um maior relacionamento com uma divindade ajuda no tratamento de doenças ou na melhora do humor geral do indivíduo, diminuindo quadros de depressão e outros transtornos psicológicos (Levin, 1994).

Outro exemplo disso, no Brasil, é o encontrado por Luciano Souza (2012). Em um estudo realizado sobre o bem-estar psicológico de 1621 indivíduos, percebeu-se que “aqueles que relataram praticar sua religiosidade mostraram maior chance de satisfação com a vida quando comparados com os que declararam pouca frequência ou nenhuma religiosidade”.

Na própria Bíblia Sagrada podemos perceber essa necessidade de um povo por uma divindade que o referencie. A passagem mais marcante nesse sentido é a relatada em *Êxodo*. Nessa passagem, Moisés, escolhido por Deus, libertou o povo judeu da escravidão dos egípcios, liderando-os numa caminhada de 40 anos até uma “terra prometida por Deus”. Em determinado momento, Moisés é intimado por Deus a passar um tempo no pico de um monte, pois Deus lhe daria ordens. O povo, vendo que Moisés demorava a descer do monte, além de não estarem recebendo direções divinas, as quais eram dadas através de Moisés, resolveu juntar peças de ouro, derretê-las e a transformaram em um bezerro de ouro. Esse bezerro de ouro, então, foi a referência do povo enquanto Moisés não retornava (Bíblia Sagrada, 2000).

Portanto, podemos concluir que o bem-estar geral do indivíduo é um dos benefícios percebidos, de modo que muitas de suas tristezas (senão todas), podem ser justificadas pela vontade de Deus, mencionada anteriormente.

2.1.9 Benefício psicológico

Nesse sentido, há aqui um ponto interessante. Peter Berger (2011) conclui que, nos momentos em que o indivíduo se encontra em um estado de profundo sofrimento, “a necessidade de significado é tão forte quanto a necessidade de

“felicidade”. Assim, ele pontua que o indivíduo, através da religião, não somente busca reverter situações de sofrimento, nem mesmo evitá-las, mas procura por torná-las ao menos justificáveis, ou seja, tenta atribuir a causa desse momento de tristeza não a uma falha pessoal, que poderia desvalorizar sua imagem perante o grupo social em que faz parte, mas sim a uma vontade divina que está aquém do seu controle (Berger, 2011).

Outro ponto colocado por Ismael Ferreira (2012) é: “em uma sociedade onde há o controle repressivo do governo para com a população, principalmente no âmbito político, a religião surge como uma alternativa de fuga”. Assim, ela é colocada como uma maneira para que essa população se expresse. O autor também coloca que a religião também pode atuar como um consolo, na medida em que a religião justifica o sofrimento do ser humano (Ferreira, 2012).

Além disso, outro benefício encontrado na literatura foi o *sense of purpose*. Segundo Stephen Cranney (2013), aqueles que reportam crer em Deus apresentaram maior senso de propósito (*sense of purpose*) em suas vidas. Em outras palavras, o autor pontua que quanto menos dúvidas os crentes em Deus têm de suas crenças, maior é a probabilidade de eles encontrarem sentido em suas ações e pensamentos (Cranney, 2013).

Pohlmann, Joraschky (2006), por exemplo, colocam que estudantes de teologia apresentaram “mais diferenciado, elaborado e coerente sistema de sentido pessoal (*personal meaning system*) do que estudantes de ciências”.

Assim, tendo aqui estabelecidos alguns possíveis benefícios percebidos por não-cristãos de frequentarem igrejas evangélicas, temos uma questão mais profunda a ser analisada.

2.1.10 Benefícios financeiros

Algumas doutrinas, especialmente as neopentecostais (como a IURD, Igreja Universal do Reino de Deus), tendem a se utilizar desse benefício como seu principal argumento para a aquisição de novos membros.

Segundo Luciana Caied (2005), “os produtos específicos são os desdobramentos dos produtos genéricos, que no caso da IURD são as curas, a prosperidade, o sucesso”.

Na prática, o discurso comumente utilizado, e muitas vezes errôneo, é o de que Deus retribuirá uma quantia ainda maior ao que ofertar dinheiro para a igreja. Ou seja, se citei anteriormente que a questão financeira é um risco potencialmente percebido por um descrente ao visitar uma igreja, esta pode se tornar um benefício, já que o fiel pode ofertar uma quantia para o templo com a expectativa de, num futuro próximo, ser abençoado por Deus e ter um retorno ainda maior. É como uma lógica de investimento, na prática.

2.1.11 Benefícios físicos

Na mesma linha da citação anterior, de Luciana Caied (2005), a cura também é um fator a ser considerado por aqueles que cogitam visitar um templo evangélico. E o funcionamento também é semelhante à lógica de investimentos, ou seja, o descrente percebe que, caso tenha uma vida seguindo as práticas cristãs e abandone suas práticas anteriores, pode ser abençoado e receber uma cura física para algum problema de saúde.

Esse comportamento está frequentemente ligado a crenças religiosas e espirituais que atribuem poder de cura a práticas de fé, orações, rituais e intervenções divinas. Várias religiões e denominações cristãs enfatizam fortemente a cura divina, reforçando essa crença para os que não são frequentadores de uma igreja.

2.1.12 Benefícios sociais

Segundo a teoria de “Cadeia meios-fim” (Means-End Chain), de Gutman (1982), os meios são produtos ou objetos que tendem a explicitar ou facilitar o entendimento dos valores de um indivíduo. Em outras palavras, exemplificando: quando um indivíduo busca um carro com certos atributos, esses atributos tendem a refletir seus valores. Se um indivíduo jovem procura por uma casa que tenha um estilo de arquitetura mais futurista, por exemplo, isso pode significar mais do que simplesmente um gosto estético. Esse atributo é a forma do jovem expressar seus valores, que nesse caso podem ser: uma sensação de pertencimento dado o seu gosto estético, claro; mostrar perante o grupo social da qual faz parte que o jovem é antenado em novidades de arquitetura; mostrar

perante seus grupos sociais que o jovem possui condições financeiras de investir em materiais mais tecnológicos para sua casa; dentre outros possíveis valores que esse jovem tenha. Nesse caso, o atributo do produto transparece seus valores mais intrínsecos, e que geralmente são externalizados por esses atributos, e não por verbalização, por exemplo.

No caso de um jovem que procura visitar uma igreja, por exemplo, também podemos nos utilizar dessa teoria para entender mais profundamente os valores desses jovens. Nesse caso, um jovem que busca por uma igreja que frequentemente faz ações sociais voluntárias a comunidades do entorno pode ter como objetivos, por exemplo: elevar seu status e melhorar sua imagem, mostrando a seu grupo social que o jovem faz boas ações para pessoas mais necessitadas; elevar seu bem estar por acreditar que irá ajudar outras pessoas a terem uma condição de vida melhor; elevar seu bem estar por acreditar que estará ajudando as pessoas com aquilo que gosta de fazer, como tocar um instrumento ou cuidar das finanças do projeto; dentre outros fatores.

3. TERMOS

Não-cristãos: Um não-cristão é uma pessoa que não segue a fé cristã, que se baseia nas doutrinas e ensinamentos de Jesus Cristo. O termo "não-cristão" abrange uma ampla variedade de crenças e filosofias, incluindo outras religiões, bem como pessoas que se identificam como ateístas, agnósticas ou sem religião específica. Também é sinônimo para o termo "descrente".

Templo: estrutura ou edifício dedicado à prática religiosa e à adoração a Deus.

Igreja: se refere ao corpo de fiéis cristãos que compartilham uma crença comum em Jesus Cristo e se reúnem para adoração, ensino e serviço. Comumente confundida com "templo", a igreja não é sinônimo de local, mas sim um grupo de pessoas.

Secular: o termo refere-se a algo que não está relacionado à religião ou à espiritualidade. Pode ser utilizado em diversos contextos para contrastar com tudo o que é sagrado, espiritual ou religioso.

Pentecostal/Igrejas pentecostais: grupo de denominações evangélicas que crê que o livro de Atos fornece um modelo para a igreja contemporânea e,

nesta base, incentiva todos os crentes a experimentar o batismo no Espírito. São marcadas por falar em línguas, e acreditar em “sinais e maravilhas” (Nascimento, 2021). Atualmente, no Brasil, temos como exemplo a Assembleia de Deus, Igreja Quadrangular, Deus é Amor, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus e Igreja Mundial do Poder de Deus.

Igrejas históricas: também conhecidas como igrejas tradicionais ou protestantes, são denominações cristãs que têm suas origens na Reforma Protestante do século XVI, ou que se desenvolveram logo após esse período. Essas igrejas têm uma longa história e tradição, com doutrinas e práticas bem estabelecidas, sobretudo na governança. Diferentemente das igrejas pentecostais acima citadas, essas igrejas não possuem um fundador único, e que centraliza de alguma forma a imagem da denominação. Atualmente, no Brasil, temos como exemplo a Igreja Batista, Igreja Presbiteriana, Igreja Metodista e Igreja Luterana.

4. OBJETIVOS

Como mencionei anteriormente, não há uma vasta base literária para confirmar os potenciais motivos que podem influenciar um não-cristão a frequentarem uma igreja evangélica. Sendo assim, o objetivo geral desse estudo é mapear as principais variáveis que influenciam não-cristãos a tomarem a decisão de irem a uma igreja evangélica pela primeira vez.

Além do objetivo principal anteriormente citado, coloco aqui outras possibilidades de aprendizados que tentarei atingir com esse estudo. São eles:

4.1 Identificar motivações pessoais e sociais

Explorar se os fatores que mais influenciam o não-cristão a tomar essas atitudes são mais pessoais (cura física, necessidade financeira, gosto pela música) ou sociais (influência de amigos, familiares ou colegas, melhora na percepção que outras pessoas tenham sobre si).

4.1.2 Identificar prazos para ganhos dos benefícios esperados

Verificar se as razões que levam não-cristãos a visitar uma igreja evangélica são mais imediatistas (uma dívida financeira ou uma cura para doença terminal) ou mais a longo prazo (uma mudança no modo de viver ou uma melhora na imagem em seu círculo social).

4.1.3 Estudar o Impacto de Eventos e Atividades

Avaliar se uma possível motivação para a primeira visita foram eventos específicos (como cultos especiais, festivais, programas comunitários ou acampamentos) ou atividades regulares da igreja (cultos dominicais).

4.1.4 Comparar entre denominações religiosas

Comparar se as razões que levam não-cristãos a visitar uma igreja evangélica influenciam nas denominações religiosas que eles escolhem visitar, e se eles permanecem nas igrejas que decidiram visitar pela 1^a vez.

4.1.5 Identificar perfil demográfico

Semelhante ao tópico anterior, traçar o perfil demográfico dos não-cristãos que decidem visitar uma igreja evangélica (idade, gênero, nível educacional, classe social) e entender como esses fatores influenciam a decisão.

5. JUSTIFICATIVAS

Estudar os motivos que levam um não-cristão a frequentar uma igreja evangélica pela primeira vez é relevante por várias razões, que podem ser divididas em categorias sociais, culturais, psicológicas e estratégicas. Aqui estão algumas justificativas importantes para enfatizar a importância desse estudo:

5.1 Compreensão das necessidades sociais

A igreja pode servir como um ponto de integração social para indivíduos em busca de comunidade, apoio social e pertencimento a grupo. Entender esses motivos ajuda a compreender como as igrejas podem contribuir para a coesão social.

5.2 Perspectiva Psicológica

Muitas pessoas buscam na religião respostas para questões existenciais, conforto emocional ou apoio em momentos de crise. Analisar esses aspectos pode proporcionar insights sobre como as igrejas podem melhor servir as necessidades emocionais das pessoas.

5.3 Impacto Cultural

As igrejas evangélicas têm uma influência significativa na cultura e nos valores sociais. Entender por que não-cristãos são atraídos para esses espaços pode ajudar a mapear a influência cultural das igrejas na sociedade em geral.

5.4 Movimentos Sociais e Políticos

As igrejas evangélicas muitas vezes desempenham papéis importantes em movimentos sociais e políticos. Conhecer os motivos que atraem novos frequentadores pode ajudar a entender melhor essas dinâmicas.

6. METODOLOGIA

Para uma busca mais eficiente pelos resultados, foi realizada uma pesquisa conclusiva descritiva transversal única, com uma amostra de 116 respondentes através de um formulário online pela plataforma Google Forms. O questionário foi divulgado em grupos de WhatsApp e Facebook com temática cristã, como por exemplo “Jovens Cristãos” ou “Amizades Cristãs”.

O questionário foi desenvolvido em 3 blocos: bloco 1, com 6 questões demográficas sobre o respondente; bloco 2, com 6 questões acerca do relacionamento do respondente com a igreja e seu comportamento ao frequentar uma igreja evangélica pela primeira vez; bloco 3, com 13 questões sobre a personalidade do respondente.

Sobre esse terceiro bloco, foi utilizada uma escala de diferencial semântico, com pontos extremos associados a rótulo bipolares (Malhotra, 2006). A escala utilizada foi proposta por Malhotra (1981), e foi retirada do Handbook of Marketing Scales (Bearden, Netemeyer, 2010).

7. ANÁLISE DE RESULTADOS

7.1 Bloco 1: questões demográficas

Sobre a idade, 38 % dos respondentes tem de 18 a 24 anos, 52 % de 25 a 29 anos, 7 % de 30 a 34 anos e 3 % de 40 anos ou mais.

Sobre sexo biológico, 62 % declarou ser feminino, enquanto 38 % declarou masculino.

Sobre localização, 63 % dos respondentes são de São Paulo. Rio de Janeiro e outros países têm 6 % cada, enquanto Minas Gerais, Paraná, Goiás, Ceará, Piauí, Maranhão, Espírito Santo, Tocantins e Amazonas têm 3 % cada.

Sobre religião atual, 79 % se declarou evangélico, 10 % católico, 7 % como nenhuma e 3 % espírita.

Sobre escolaridade, 10 % possui apenas ensino médio completo, 41 % ensino superior incompleto, 38 % ensino superior completo, 3 % pós-graduação incompleta e 7 % pós-graduação completa.

E sobre renda, há uma boa distribuição, pois 21 % tem renda de até 1 SM (salário mínimo), 28 % de 1 a 2 SM, 31 % de 2 a 3 SM, 10 % de 3 a 5 SM e 10 % de 5 a 10 SM.

7.2 Bloco 2: sobre a 1^a visita

Algo que chama bastante a atenção é a denominação da igreja que os respondentes visitaram pela 1^a vez. Dos 116 respondentes, 49 % declararam que a primeira igreja que visitaram foi a Assembleia de Deus, seguidos pela

Igreja Batista, com 26 % dos respondentes. Se agruparmos todas as igrejas que se enquadram como pentecostal, temos 72 % respondentes. Sendo assim, podemos perceber a grande influência que as igrejas pentecostais, sobretudo a Assembleia de Deus, possuem na introdução de não-cristãos ao evangelho.

Outro ponto interessante é a diferença entre a denominação de igreja que a pessoa visitou pela 1^a vez e que frequenta atualmente. Dos 28 % dos respondentes que afirmaram ter frequentado, em suas primeiras visitas, uma igreja histórica, 88 % deles continuam em uma igreja histórica, sobretudo Batista.

Em contrapartida, dos 72 % que frequentaram igrejas pentecostais, 52 % não frequentam nenhuma igreja atualmente/são de outra religião, 25 % frequentam igrejas históricas e 23 % frequentam igrejas pentecostais. Ou seja, podemos perceber claramente que pessoas que visitam igrejas históricas tendem a permanecer nelas, enquanto pessoas que visitam igrejas pentecostais tendem a não se firmar no evangelho, ou trocam de denominação.

Quando perguntados sobre o evento em que escolheram frequentar uma igreja pela 1^a vez, 79 % dos respondentes afirmaram ter frequentado um culto regular, geralmente realizado aos domingos, e somente 21 % dos respondentes visitaram um culto com temática diferenciada, como um teatro de Natal/Páscoa ou um culto de jovens.

Correlacionando o grau de estudo com a religião atual, temos que de 51 % dos respondentes que afirmaram ter ensino médio completo ou superior incompleto, 87 % frequentam alguma igreja evangélica, enquanto 13 % não mais frequentam. Em contrapartida, de 49 % dos respondentes que têm ao menos um ensino superior completo, 72 % não frequentam nenhuma igreja atualmente, enquanto somente 28 % frequentam alguma igreja.

Correlacionando a renda com a religião atual, temos que de 53 % dos respondentes que afirmaram ganhar até 2 SM, 70 % afirmam frequentar uma igreja evangélica, enquanto 30 % não frequenta nenhuma igreja. Porém, quando analisamos os 47 % que afirmaram ganhar acima de 2 SM, 52 % afirmam não frequentar nenhuma igreja evangélica, enquanto 48 % frequentam

Além disso, quando perguntados sobre os motivos que influenciaram a 1^a visita em uma igreja evangélica, em um questionamento onde poderiam assinalar 1 ou mais opções, 79 % afirmaram terem sido influenciados por parentes ou amigos. Em uma questão onde poderiam livremente discorrer sobre

essa influência para a 1^a visita, 63 % dos respondentes citaram a família como sendo o principal influenciador, seguido de amigos com 26 %.

Também é interessante citar que não houve 1 respondente sequer assinalando as alternativas sobre visitar uma igreja para buscar cura ou benção financeira.

7.4 Bloco 3: sobre personalidade

Quando analisamos a questão 16, com escala de diferencial semântico sendo 1 para “dominante” e 5 para “submisso”, temos uma média de 2,14 para visitantes de igrejas pentecostais, e 3,75 para visitantes de igrejas históricas. Ou seja, podemos analisar que, pelo fato de igrejas pentecostais terem cultos mais enérgicos e dinâmicos, o ambiente pode incentivar os visitantes a se verem como mais dominantes, uma vez que a assertividade e a expressividade são frequentemente valorizadas. Em contrapartida, igrejas históricas tendem a ter uma estrutura de culto mais formal e tradicional, com um foco maior na liturgia e nos rituais. Este ambiente pode fomentar uma atitude de submissão e reverência, refletindo uma abordagem mais conservadora e menos assertiva.

Outro ponto é de que muitas igrejas pentecostais enfatizam a autoridade espiritual e a vitória sobre as adversidades. Isso pode levar os membros a se perceberem como mais dominantes, acreditando no poder pessoal e espiritual para influenciar suas vidas e circunstâncias. Igrejas históricas, por sua vez, enfatizam a humildade, a tradição e a continuidade com as práticas históricas da igreja. Isso pode encorajar uma percepção de submissão, valorizando a obediência e o respeito à autoridade eclesiástica e à tradição.

Quando analisamos a questão 21, com escala de diferencial semântico sendo 1 para “complexo” e 5 para “simples”, temos uma média de 2,33 para frequentadores de igrejas históricas, 3,8 para igrejas pentecostais e 4,16 para não frequentadores de igrejas. Ou seja, podemos analisar que frequentadores de igrejas históricas geralmente são pessoas com reflexão mais estimulada, e analisam mais questões fundamentais que são respondidas pela religião, como origem da vida ou vida pós-morte, por exemplo. Estes são mais incentivados a praticar atividades de autoexame e desenvolvimento pessoal, o que pode contribuir para uma visão de si mesmos como indivíduos complexos. Enquanto

isso, não frequentadores de igrejas se importam menos com esse tipo de questão, se considerando pessoas mais simples.

8. CONCLUSÃO

Após a análise minuciosa dos resultados da pesquisa, podemos tomar algumas conclusões:

A maior variável de influência para que um indivíduo decida frequentar uma igreja evangélica é a influência de pessoas do seu círculo social, como amigos e, principalmente, familiares.

Sendo assim, as pessoas tendem a não buscar questões imediatistas, como cura ou benção financeira, mas buscam preencher lacunas mais sociais, como encontrar ou um grupo de novos amigos ou, principalmente, atender e satisfazer ao convite de um familiar.

Outro ponto interessante é o de que as pessoas tendem, na maioria dos casos, frequentar cultos comuns, como os que regularmente ocorrem aos domingos, e não cultos especiais, como cultos de jovens ou apresentações teatrais de Páscoa/Natal.

Também pudemos notar que a formação educacional e a renda têm forte influência na decisão do visitante em permanecer na igreja. Dessa forma, indivíduos com maior grau de escolaridade e maior renda tendem a não frequentar igrejas, enquanto indivíduos com menos grau de escolaridade e menor renda tendem a frequentar mais igrejas pentecostais.

Esta, inclusive, é uma pauta interessante para um próximo estudo, visto que esse estudo em questão buscou, principalmente, analisar as questões da primeira visita, que podemos comparar à aquisição de um cliente, demarcada em camadas mais superiores do funil de marketing, e não ao engajamento e permanência do cliente, demarcada em camadas inferiores do funil de marketing.

Por fim, os dados mais relevantes que acredito ter obtido com essa pesquisa se referem à diferença entre igrejas históricas e pentecostais no que se refere à primeira visita e à permanência do indivíduo.

Como pudemos notar, igrejas pentecostais, como Assembleia de Deus, tem uma influência muito grande na aquisição de novos visitantes ao grupo de igrejas evangélicas, enquanto igrejas históricas têm falhado nesse papel. Em

contrapartida, igrejas históricas, com a Igreja Batista, mantém muito mais frequentadores do que igrejas pentecostais.

Portanto, acredito ser válido: um estudo futuro para entender as qualidades e boas práticas das igrejas pentecostais na aquisição de novos convertidos, bem como as falhas e omissões das igrejas históricas; e um estudo futuro para entender as qualidades e boas práticas das igrejas históricas na manutenção de frequentadores, bem como as falhas e omissões das igrejas pentecostais.

REFERÊNCIAS

American Marketing Association. **Definitions of Marketing**. Disponível em: <<https://www.ama.org/the-definition-of-marketing-what-is-marketing/>>. Acesso em: 24 maio.

BEARDEN, W. O.; NETEMEYER, R. G. **Handbook of marketing scales**: Multi-item measures for marketing and consumer behavior research. Sage publications, 1999.

BERGER, P. L. **The sacred canopy**: Elements of a sociological theory of religion. Open Road Media, 2011.

Bíblia Sagrada. Nova versão internacional. São Paulo: Vida, p. 40-66, 2000.

CAIED, L. **Marketing religioso**: o marketing da igreja universal do reino de deus. 2005.

CRANNEY, S. **Do people who believe in God report more meaning in their lives?** The existential effects of belief. *Journal for the Scientific Study of Religion*, v. 52, n. 3, p. 638-646, 2013.

DE SOUSA NASCIMENTO, M. L. **O pentecostalismo na história da igreja**: De Jerusalém à Azusa. *Teologia em Revista-Revista Acadêmica da FAESP*, v. 1, n. 02, 2021.

FÉLIX, E. F. S. **A importância da religião em contextos de sofrimento**. 2008.

FERREIRA, I. V. **A religião como necessidade social**. *Revista Cogitationes*, v. 3, n. 7, 2012.

GUTMAN, J. **A means-end chain model based on consumer categorization processes**. *Journal of marketing*, v. 46, n. 2, p. 60-72, 1982.

KELLER, K.; KOTLER, P. **Administração de Marketing**. 14 Ed. São Paulo, Pearson Education do Brasil, 2012.

LEVIN, J. S. **Religion and health**: Is there an association, is it valid, and is it causal? *Social science & medicine*, v. 38, n. 11, p. 1475-1482, 1994.

MALHOTRA, N. K. **A scale to measure self conceptions, person concepts, and product concepts**. *Journal of Marketing Research*, v. 16, p. 456-464, 1981.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

PÖHLMANN, K.; GRUSS, B.; JORASCHKY, P. **Structural properties of personal meaning systems**: A new approach to measuring meaning of life. *The Journal of Positive Psychology*, v. 1, n. 3, p. 109-117, 2006.

SEET, C. **A Christian in a non Christian world.** Far Eastern Bible College Press, p. 5, 2000.

SOLOMON, M. R. **Consumer behavior:** buying, having and being. 3. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

SOUZA, L. D. M. *et al.* **Bem-estar psicológico de jovens de 18 a 24 anos:** fatores associados. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 28, n. 6, p. 1167-1174, 2012.

CAPÍTULO 08

THE BAMBOO FIFE: THE MUSICIAN WHO CRAFTS HIS INSTRUMENT

Silvia Sasaoka

Doctor in Design (Product Planning)

Institution: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Address: Bauru, São Paulo, Brazil

E-mail: silvia.sasaoka@gmail.com

Gabriel Fernandes dos Santos

Doctor in Design (Product Planning)

Institution: Universidade Federal Fluminense, Escola de Engenharia, Campus Praia Vermelha

Address: Niterói, Rio de Janeiro, Brazil

E-mail: gfsantos@id.uff.br

Marco Antônio dos Reis Pereira

Doctor in Agronomy (Irrigation and Drainage)

Institution: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Address: Bauru, São Paulo, Brazil

E-mail: pereira@feb.unesp.br

ABSTRACT: This study assessed the craft work of the bamboo flute –Pífano- by an artisan musician who makes this instrument of special tunings. The purpose of this research is to observe the path, the musician takes in the construction of the senses of his making, its relation with a raw material as bamboo, the innovation and the way of production of the bamboo pífano. Under a critical eye, it resists to a current Brazilian craft production context, more focused on economic practice than cultural and artistic issue. A methodology adopted is based on a bibliographical review and direct interviews with the musician and pifano artisan. The procedure adopted by the artisan musician to conceive his instrument can be characterized as a design practice, through the systematization of production of empirical and traditional knowledge in order to disseminate the knowledge and preserve a musical culture.

KEYWORDS: design, crafts, bamboo pífano.

RESUMO: Este estudo analisou o trabalho artesanal de flautas de pífanos de bambu de afinações especiais, produzidos por um músico artífice. O objetivo desta investigação foi observar o caminho que o músico percorre na construção de sentidos do seu fazer, sua relação com a matéria prima, o seu processo inventivo e o modo de produção do pífano de bambu. O exercício deste olhar, resiste ao contexto de produção atual do artesanato brasileiro, muito mais focado na prática econômica do que cultural e artística. Os métodos adotados foram a revisão bibliográfica e aplicação de entrevista com o músico artífice. O

procedimento adotado pelo músico artífice para realização de seu instrumento caracteriza-se como uma prática de design, por meio da sistematização da forma de produção de um saber empírico e tradicional a fim de disseminar o conhecimento e preservar uma cultura musical.

PALAVRAS-CHAVE: design, artesanato, pífano de bambu.

1. INTRODUCTION

This work is anchored in the vision of Margolin (2013), which understands design as an activity practiced by people who under different conditions have produced things to meet their daily needs in all parts of the world. Design is a fundamental tool that can drive change and solve needs. It integrates several areas of knowledge acting in the field of creative processes, in modes of production and communication. In the context of contemporary complex society, design extrapolates the function of drawing, designing, planning and producing, drawing on human sensitivity and using strategies of systemic approaches to the construction of values and meanings. In this way, design can be understood and practiced as a didactic resource for the teaching and learning of craftsmen.

The bamboo handicraft market is growing progressively all over the world, however, the Brazilian scenario presents dichotomous challenges for its producers. On the one hand, there is little demand for bamboo products due to the lack of knowledge of this material by the consumer public and, on the other hand, the national crafts sector suffers from the high level of competence of the Asian crafts sector. Thus, the present research had as premise to reflect on the differentiating aesthetic, technical and cultural paradigms that could contribute to the process of creating bamboo crafts.

From the perspective of aesthetic fruition, the difference is attributed by external values to the objects created by the craftsman. These values are based on cultural and personal references, access to information and the repertoire of knowledge of the producer and the appreciator. However, the intrinsic elements of the judgment of the object/product such as the material used, the treatment of the raw material and the techniques developed, are also carriers of value and recognition of quality by themselves.

The bamboo material contributes to this reflection and practice by its secular presence in the human culture of subsistence in the construction of shelters, in the making of musical and utilitarian instruments until the development of industrialized products. Bamboo culture has played an important role in the rural economy in tropical and subtropical Asia for hundreds of years (Hsuing, 1988 *apud* Pereira, Beraldo, 2008). There are an estimated 4,000 different uses of bamboo in China. In Brazil, bamboo is mainly used in the

production of paper, in construction, in crafts of baskets, in fishing rods, in furniture, in utensils, in the production of shoots and in some musical instruments.

This research presents the basic structuring of an idea of value of the quality of the artisanal work of bamboo in its inventiveness and, especially, in the aesthetic dimension of this material and its practice. The object studied was the musician José Cláudio Lino, who is the artificer of his own instrument - the pixano, inserted in the contemporary Brazilian cultural context. The objective of the research was to observe the musician and artificer in his relation to the uses and nature of this object created by him, his mode of production and his experience in the search for a sound quality, the shape and function of the instrument, specific to the bamboo.

This qualitative study was carried out by means of a field survey with on-site observation in the residence and workshop of the musician and piphan builder. The residence and workshop of the musician investigated are located in the city of Botucatu and the bamboo collection area that this makes for its production of fiphans, is located in the rural zone, south of the same city in the interior of São Paulo. For the conduct of the investigations were adopted the methods of bibliographic review and open interview with the musician and artificer. From this experience, it was possible to collect data with the use of audiovisual records, being analyzed both the process developed by the musician and artificer for the production of bamboo fifans and the musical instrument itself conceived. This has allowed the construction of an understanding of the aesthetic phenomenon and the path that the musician and artisan travels in the construction of the senses of his handcrafted doing. And once the form of production of empirical and traditional knowledge has been systematized, both its dissemination and its preservation become tangible. For the specific purposes of this research, in order to demarcate a precise differential between the two forms of manual making dealt with here, one identifies the bamboo craftsman, as a creator and producer of an artistic or utilitarian object, whose professional activity guarantees its source of income. And the artistic musician, who also employs his technical and manual skills in the materialization of his idea or project, as a means to make viable an instrument to achieve a musical quality - the fruit of an esthetic. Thus, he remains a musician and not a craftsman.

2. THE OBJECT OF STUDY - THE MUSICIAN, ARTIFICIAL OF HIS MUSICAL INSTRUMENT

In this study was observed a musician who became an artist of his own instrument, José Cláudio Lino, born in Campinas in the year 1952. He graduated in mechanical engineering from the University of São Paulo in São Carlos, but soon decided that he would be a musician. He entered the Dr. Carlos de Campos Conservatory of Music in Tatuí, São Paulo, and since then he has been professionally playing saxophone, flute and piano. Lino has been a composer, arranger and music teacher for 40 years, as well as directing youth orchestras on social projects in the city of Botucatu.

Lino began his research between 2007 and 2008, when he participated in a workshop in his city with the band of fifpanos "Flautim Matuá" of Campinas. Most recently, Lino was awarded in December 2017, with the "Masters of Popular Culture" award 2017, recognition promoted by the Ministry of Culture. In this award, Lino was selected among 200 masters of the 1600 inscribed, due to his work carried out with: workshops of building fifpanos; publication of the Practical Method of Bamboo Pífanos (2008); taught courses of fifpanos in social projects and in schools; the work of composition and arrangement for the Bamboo Band that resulted in the production of the CD Pife Camaleão.

The idea of the musician who is the artist himself of his instrument is anchored in Sennett (2009), which argues that all people have the vocation to become good craftsmen, when dedicated to work, developing their technical and manual skills. The same author goes on to say that, once engaged, people can come to achieve their autonomy, satisfaction with know-how and personal fulfillment. In this sense, the author concludes that all "[...] we can achieve a more human material life if we at least understand how things are done" (SENNETT, *Op. cit.*, p. 18).

The number of academic studies on the pixano is scarce, and especially under the focus of the morphological, botanical and technological qualities of the bamboo suitable for pixanos (Magalhães, 2009). Starting from his participation in workshops, Lino experimented with various ways of producing pions until arriving at a point of improvement that allowed him to develop such an instrument with the bamboo harvested in his city. As a result, Lino achieved a special line of

uniquely tuned fiphans, which differentiated them from the larger scale tuning of the northeastern fiphan.

The initial motivation for this incremental change in the production process of the bamboo pixano occurred when he was teaching music at the Waldorf Aitiara School, located in the Demétria quarter, a rural area in the southern zone of Botucatu. Bamboo-covered paths are found there. The Waldorf methodology encourages students to build their learning through artistic and musical practices. As a music teacher, Lino wanted to introduce the piano into the band of students who played different instruments such as accordion, piano, flute and guitar, among others. He created the Bamboo Band formed from a course taught in the school, and which currently has six members who perform professionally. It was necessary to make adjustments in the tuning of the traditional pifano that has a system of tuning, musical scale and sound of its own, different from the Western and erudite system. In this process, Lino became a craftsman while developing a new piano, whose nozzle resembles the transverse flute and has a particular tuning, achieved by modifying the diameter of the holes in the bamboo, in search of specific sonorities and musical tones.

Tuning is a central topic for every instrumentalist or singer in his musical practice (Freire, 2016). The same author explains that "the subjectivity of the musician manifests itself in the small adjustments in the frequencies of the notes on his instrument, which need to be modified to bring them into line with the frequencies of the notes of other instruments" (Freire, *Op. cit.*, p. 4). In Lino's process for producing the pixano, by means of experiments, punching the bamboo in different sizes, the tuning of the pixano became compatible with that of the electronic tuner — which today replaces the old tuning fork. Lino explains that the sound of the pions can vary because it is in the nature of bamboo to have different thicknesses and diameters, which gives a particular sonority to each instrument. In this way, the piphanos will always have their own sounds, thus differentiated by the fact that there are no identical bamboos.

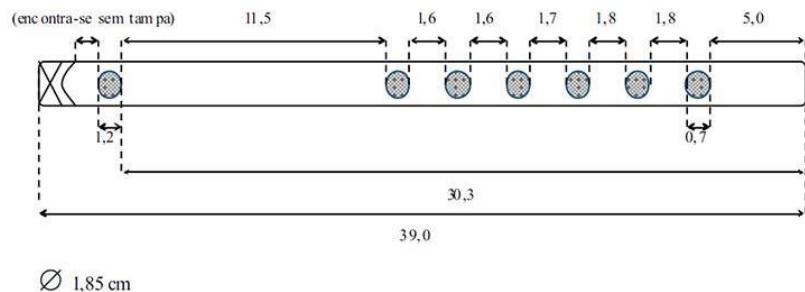
3. THE ARTISANAL AND MUSICAL OBJECT - THE TRADITIONAL PIPHANUS

The pion is a flute made of bamboo, taquara, or taboca, as the plant is commonly known in the Northeast. This material is found in the local nature itself, not requiring complex processes for making the pixano, which explains the presence of this instrument in many musical formations (Magalhães, 2009). Between the years 1500-1600, the fifa was introduced into Brazil probably by the Portuguese Jesuits and military and reached the northeastern backlands carried by indigenous mixed populations (Magalhães, 2010).

The traditional Northeastern pixano is linked to the context of the musical culture of empirical and oral experience. Musical creation is understood as invention and cannot be inserted into the models of composition and authorship of technical and formal knowledge (Old, 2008). Therefore, musicians do not use sheet music to play. Pifano is present in almost all the northeastern states, through the presence of numerous bands that perform historically in public squares, processions, novenas, carnivals, weddings and parties. It is common to find in these musical formations the pixano in pairs, accompanied by zabumba, deaf box and plate. In the formation of these bands there are no harmonic instruments such as guitar and piano or others.

The traditional pixan consists of seven holes, one for blowing and six for picking, as shown in Figure 1. Some bamboo flutes are capped with the very morphological structure of the bamboo, more specifically the thatched diaphragm.

Figure 1 - Plant of a traditional bamboo fife by Geraldo Nazário.



4. Fabricação: César [?]

A cervo: Jadir Canela

Material: Bambu

Cor: Tom natural de bambu

Nota fundamental: sib3↓

Observações: Possui entalhes ornamentais, anéis de metal nas duas extremidades, crucifixo preso em uma das delas. Tampado pelo próprio nó do bambu. Flauta utilizada atualmente pela Caixa de Assvio.

Source: Magalhães (2009, p. 129).

It is observed that the holes have the same diameter, changing only the distance between them. In addition to timbre, another important feature of this bamboo instrument is its weight, which allows agility and physical displacement. This particularity came from its historical origin of musical accompaniment in military bands that crossed great distances by land or by sea (Magalhães, 2009). Figure 2 presents the traditional musician, composer and pifeiro João Alfredo Marques dos Santos better known as João do Pife, originally from Caruaru, Pernambuco.

Figure 2 - João do Pife de Caruaru picks up a traditional pixano.



Source: Revista Algomas (2017).

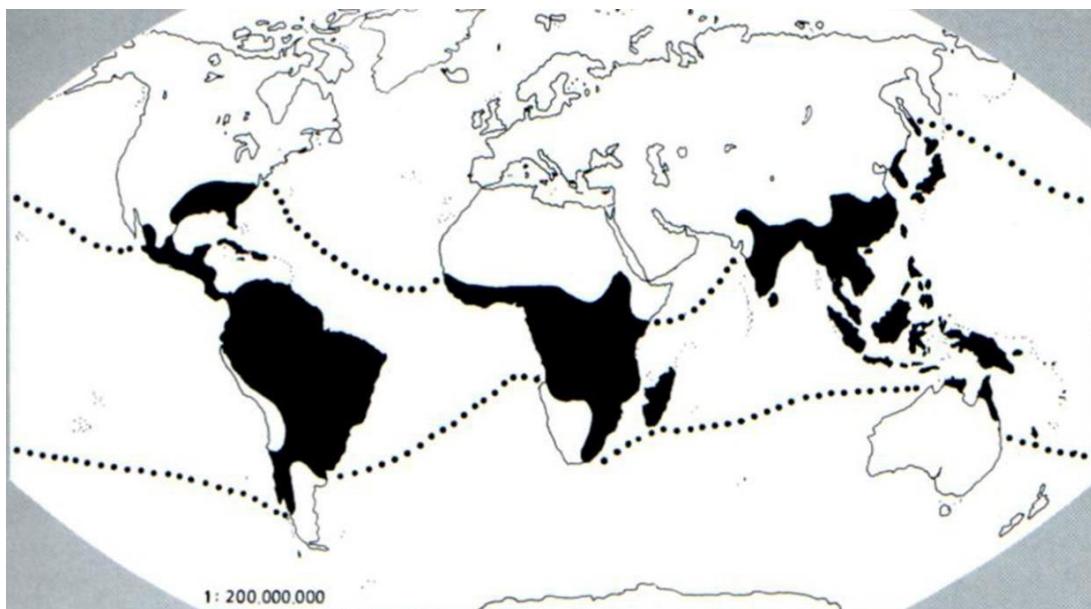
Born in 1943, João do Pife learned to play and produce bamboo pions from his father as a child while working in the field, and still maintains today the Band of Pífanos Dois Irmãos created by his father in 1928. He is currently a master, teaching how to build the instrument based on standard measurements, probably inherited from his ancestors, and how to play his music. This practice is guided by an oral culture to his disciples, in direct coexistence, in which he can express his universe and musical values. However, this experience can be limiting in the dissemination of this knowledge to the wider public.

Lino transcribed several songs by João do Pife among other pifeiros for scores. Due to the lack of musical literature on the instrument, he developed in 2008 the Practical Method of Bamboo Pífanos, taking advantage of his didactic knowledge with the wind instruments. The exercises are written in sheet music, recorded with the piano on CD and can be used as hearing training. It features repertoire of various musical genres.

4. BAMBOO MATERIAL IN THE MAKING OF PIPHANS OF VARIOUS SHADES

Bamboo is a gramineous plant that belongs to the Graminae family and subfamily Bambusoideae. Approximately 1,300 species and 50 genera are estimated, and in Brazil, the number of native bamboos is 232 species (Pereira, Beraldo, 2008). On almost all continents of the planet, except Europe and Antarctica, there are natural occurrences of native bamboos (Kelchner, 2013), as can be visualized in Figure 3.

Figure 3 - Distribution of native bamboos on the planet.



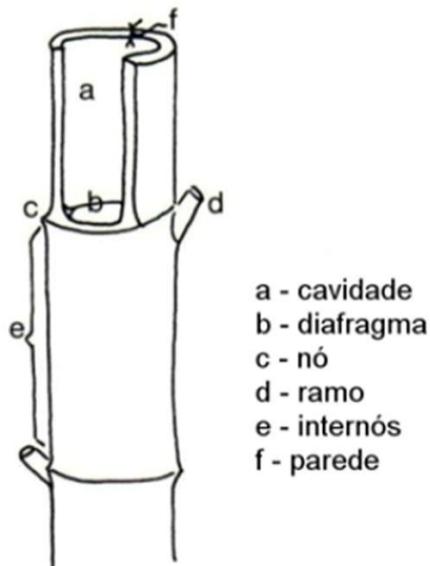
Source: Recht & Wetterwald (1992) apud Pereira & Beraldo (2008).

In tropical and subtropical regions, especially in Asian countries, bamboo is a basic natural resource that plays an important role in people's daily lives, influencing the economic and cultural dimensions, as it is locally available and easily benefited, which favors a wide use, as in the production of housing, furniture and handicrafts (Pereira, Barata, 2008; Wang, Ren, 2009; Hung, Wu, 2010). Brazil stands out among the countries of the Americas for the existence of the greatest diversity of native species of bamboo, being estimated the concentration in the order of 26% in the area of the Amazon forest, 65% in the Atlantic forest and 9% in the region of the cerrado (savanna) (Filgueiras, Gonçalves, 2004). In almost all regions of the country it is possible to cultivate bamboo, except in marshy territories as well as regions punished by droughts as in the biome of the caatinga (Greco, Pinto, Caetano, 2015).

Bamboo stems have an organic conical stem shape and, in most species, hollow, except the stems of species of the genus *Chusquea*, which are practically massive (Ramos, 2015). The basic structure of the bamboo culm has a segmentation of hollow internodes, in most species, being separated by diaphragms in its inner part and that on the outer part are seen as knots, giving this plant flexibility, lightness and high mechanical resistance (Pereira, Beraldo, 2008). From the knots sprout lateral branches that carry the leaves of the stems. These characteristics can present adaptations in the

hundreds of existing species, configuring bamboos of large, medium and small sizes. Figure 4 allows a better view of the basic structure of a bamboo culm.

Figure 4. Section of the basic structure of the bamboo culm.



Source: Janssen (1988) apud Pereira & Beraldo (2008).

In Brazil, the use of bamboo is in accordance with federal law no. Law 12,484, which was promulgated in 2011 by the Ministries of Science and Technology, aiming to establish itself as a policy of encouraging bamboo culture in the country and promoting sustainable growth. Traditional fiffans come from the Northeast region, where the native bamboos most popularly recognized as taquara or taboca prevail.

4.1 Bamboo harvesting

Both the traditional and Lino's tapirs use only part of the culm of a mature bamboo, more specifically a part of the internó of a straight culm. Some fiphans have one end closed by a diaphragm and the other open. The two diaphragms can also be removed and a stopper used to close one end. The harvest area is located on the inner road of the Demétria neighborhood in Botucatu. The species of bamboo that predominates in this location is unknown both to the craftsman and to the authors of this study, Figure 5.

Figure 5 - Bamboo molds on the road of the Demétria neighborhood, Botucatu.



Source: authors

The bamboo used by Lino is medium in size, reaching about twelve meters in height. The diameter of the stems reaches a maximum of about five centimeters and the thickness of the wall is thin, commonly found below 1 centimeter in its thickest part.

4.2 The technique of cutting the internodes

Lino explains that the colms most suitable for his instruments have diameters that vary between 1.5 and 2.2 centimeters. The wall thickness should be at most three millimeters. In order to better understand the influence of the diameters of the bamboo stems on the tone of the sound produced by the produced pixano, the musician and artificer investigated in this study, organized his knowledge in a table, the transcription of which is shown in Table 1.

Table 1 - Ratio between diameters and corresponding shades.

Shades	C (C)	Bb (B flat)	A (There)	G (Sun)	F (F)	E (E)	D
Internal Diameter in mm	14-15	15-16	16-17	18-20	19-20	19-21	20-22

Source: adapted by José Cláudio Lino.

And the longer the length of the internodes, the more severe the tone of the instrument. And to achieve the high pitched tones, you use the low internodes. The part used for bamboo stems for the production of the fiphans is the central part, and can yield from four to five fiphans. In the last harvest that Lino carried out, in November 2017, approximately 25 stems were collected, enough material for about 100 piphanos. In the musician's workshop, the stems are cut to the size of the fiphans, whose rejected bamboo result is between 10 and 20 %. The purpose of this selection is to exclude bamboo parts which do not have adequate wall thickness and/or stem length and/or are not sufficiently straight. Figure 6 shows some of the bamboo stems collected by Lino, as well as the pieces of internodes selected to be produced by the fiphans.

Figure 6 - Bamboo stems that Lino harvested left and selected internode pieces right



Source: authors.

4.3 The treatment technique for bamboo stems

After collecting the bamboo stems, cutting the internodes and selecting the parts suitable for the production of fiphans, Lino gives the treatment in the bamboo parts. Because it is a biological material, the culm of bamboo when untreated can be attacked by fungi and xylophagous insects, which makes its treatment unavoidable for a greater durability of its useful life. This attack occurs due to the main chemical characteristic of bamboo, the presence of starch, located in the plant parenchymal cells (Ruggiero, 2015). The conservation of

bamboo depends on the form of treatment applied to the culm and the purpose of use. With regard to the diversity of existing methods for the treatment of bamboos, two large groups can be found, the natural and the chemical (Pereira, Beraldo, 2008).

The method adopted by Lino fits in as natural, by immersing the stems in standing water. Care with the storage of water containers is noted as extremely important in this method. It is necessary to seal well or change the water regularly, avoiding the formation of breeding sites of disease-transmitting mosquitoes. In this method of treatment, Lino leaves the internodes immersed for a period of two months, but with an exchange of the water every three days. In this way, starch from within the bamboos is eliminated by means of anaerobic biological fermentation (absence of air). Figure 7 shows the bamboo parts during treatment via immersion in standing water, a process produced and conducted by Lino.

Figure 7 - Water immersion treatment.



Source: authors.

After this treatment process, which lasts approximately two months, another two months or more are added for the treated bamboo parts to be dry.

The time variation is influenced by the relative humidity of the air as well as the temperature. When dried, the bamboos gain their golden coloring, characteristic of the material, and are stored in the musician's workshop, Figure 8.

Figure 8 - Storage of parts of treated and dried bamboo internodes.



Source: authors.

Once the pieces of bamboo internodes are dried, Lino starts the production of fiphans with the sanding of the internal walls of the bamboo for the purpose of fluidity and sound reverberation. The musician and craftsman then inserts a stopper to the height of the missing diaphragm, resulting in a flat face needed for good tuning of the fiphan. The first hole is the hole in the nozzle, the center of which must be between 10 and 15 mm from the stopper depending on the size of the pixel. And to facilitate this process, Lino developed his own tool by adapting a

iron bar attached to an electric drill that quickly penetrates the pipe of the flute. The other holes of the instrument, configuring each note of the musical scale, as well as the choice of its relationship with the tonality desired by the musician and artist, are made in a second moment.

4.4 The piphane construction process and the adjustments of the musical tone

Blowing through the mouthpiece confers the resulting note with the electronic tuner. If necessary, cut the open end to reach the desired note. From then on, the manufature of the holes of each note of the musical scale begins. To carry out the drilling of the holes one by one, cylindrical bars of red iron of

various diameters are used, starting with hairs of small diameter up to the largest ones. The choice in this dimension variation is made as a function of the desired tuning. Successively the notes are produced, from the first note of the scale to the sixth hole. The sound result of each pixan is never identical to the other by the very heterogeneous nature of the bamboo material.

The musician emphasizes that the distance between the last two holes required ergonomic adjustments and were altered by him to give comfort to the fingering of the middle and minimum fingers. A musical note is issued from each hole and successively decapping the holes produces a larger scale or diatonic scale in the pitch of the pixan. The most serious note of the scale is obtained with all holes covered. The sharpest notes are achieved by unplugging the holes one by one. The distance between the hurricanes and their relation to the possible shades to be reached are visible in Figure 9, whose pions are by Lino.

Figure 9 - Relationship of the length of the pyphae to the shades



Source: José Cláudio Lino.

The tessitura obtained with the most frequently achievable notes is two and a half octaves. The piano can be used with other fixed tuning instruments such as the piano and/or accordion, among others. This method of execution allows the production of bamboo fiansos with all sizes of holes. In figure 10 it is possible to

observe that the traditional fiphans and those produced by Lino have a similar shape and are distinguished by the different sizes of the holes and the distances between them in the tube.

Figure 10 - Bamboo pebbles with 7 holes.



Source: José Cláudio Lino.

Finally, when the fifans are drilled, sanding is done on the inside of the holes for the removal of the coal resulting from hot iron drilling. The external surface of the pixan is also sanded and finally a thin layer of varnish to give the finish. Lino signs with the pyrograph his pions, using the letter "Z" to identify each instrument with the manufacturing number and the scale referring to the tuning, as shown in Figure 11. Today, the musician and artificer reports having achieved the production of two thousand bamboo fiefs.

Figure 11 - Bamboo pífano signed and identified by Lino.



Source: authors

5. THE BAMBOO MUSICAL INSTRUMENT AND ITS SOUND CHARACTERISTIC

The musical instrument involves physical parameters of the material from which it is made, influencing the perception of height and intensity of the sound produced. The sound qualities or timbres produced by the instrument can be identified by the height that the sound can reach, as well as its intensity levels (Loureiro, Paula, 2006).

Lino concludes that the quality of the instrument he produces can be attributed to his sonority, his tuning and his ergonomics. The tuning given to the pions makes them compatible with other instruments. A fife with these characteristics can be employed in multi-voice arrangements, as was done in the work with the Bamboo Band. In addition, it makes it possible to play more demanding genres such as Chorinho. In this sense, the sound of the bamboo pixano is characterized by the sound of wood and intensifies its melodic and rhythmic attributes capable of accompanying other instruments.

The musician and builder of bamboo fifans has participated in national meetings of pifano players in order to spread the musical writing method for the instrument. At these meetings, he observed that many bands have adopted the fiphan made from PVC vinyl compound material or polyvinyl chloride, due to the current shortage of bamboo plantations in the dry regions of the Northeast and the lack of knowledge about the use of this plant. The specific sound quality of the bamboo cannot be replaced by the PVC fiano, observes Lino, which is why he started to prepare bamboo cuttings, to be sent by post, to the pyfeiros in various states of the Northeast.

6. CONCLUSION

Bamboo is present in a large part of the Brazilian regions. For many years, bambuzal has been part of the environment in which the traditional culture of the piano is propagated, in which musical practice and the production of the instrument are carried out collectively and spontaneously. Currently, this cultural scenario is constantly changing, due to the shortage of bamboo trees in the northeast region, which have been occurring both for lack of handling or

propagation of bamboo and for the intensification of agriculture that ends up eliminating them.

The replacement of bamboo by PVC pifanos is also linked to the question of shifting from a rural popular cultural context to the urban context. The lack of access to bamboo plantations, coupled with the precarious social and economic conditions of the traditional players of piphanos and of a large part of their followers, leads to the search for PVC as an easily available material. PVC pions can reproduce the same notes, melodies and rhythms, but do not have the same sound quality as bamboo fifans. The replacement of the bamboo fiano by PVC causes the loss of knowledge about the traditional manufacturing of the instrument and the relationship with the production processes linked to bamboo. And the traditional cultural practices of this instrument change its cultural and educational basis.

The importance of teaching and learning techniques and methods developed by musician and artist José Cláudio Lino, ensures the dissemination and dissemination of this knowledge. And with this, it fosters interlocution between distances of cultural and musical realities. Among musicians who receive musical learning from oral practice and others who have mastery of formal musical languages with writing codes. The piano made by the musician allows an exchange with other instruments of defined tuning, and its use provides arrangements with several voices. The musician and artificer investigated in this study explores the maximum possibilities of the material and the technical qualities offered by bamboo. The intention coincides with an act of making, or fulfilling a goal, of the craftsman and the artist musician.

The musician builds meaning and meanings in the concrete experience of extracting the sound and music of that object he performed. The possibility of building a unique and particular instrument is given by the builder, for what he knows and dominates. Lino does so professionally, having the premise of meeting the needs of instrumentalist musicians and his own sound research. However, its way of producing is not oriented in such a way as to obtain the maximum profit, adopting automation of quick procedures, for example. Instead, it employs the maximum time and skill required to reach its point of satisfaction and demand, as well as seeking to meet the desired by its customers. Lino currently sells his instruments via the internet, especially to national and

international professional musicians.

A craftsman who reproduces a musical instrument model, but does not know how to use it musically, is restricted to the manufacture and the mode of production. Compared with the musician who is the artificer of his instrument, the craftsman deprives himself of a specialty, while the other perfects the technique and the esthetics of the object, by the constant search for the sonic variations. From the tunings to the length of the internodes, the orifices and the selection of bamboo species, amongst so many other variabilities. In this sense, the methodology developed by Lino in the production of a new product/instrument, contributes to the application of this knowledge in the processes of approximation between design and handicrafts, as well as the transfer of technical and aesthetic knowledge, the valuation of memory, the craft culture, and the symbolic integrating traditional practices with contemporary creative and projectual practices.

Finally, it is important to highlight the need to produce design research that will allow us to advance the construction of knowledge that intersects with the artisanal production of bamboo. Above all, emphasizing the possibility of design as a means for the aesthetic and technical qualification in the work of the bamboo craftsman, in order to build with it new parameters of value, capable of making it, little by little, autonomous in the use of the worked knowledge.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (2011). Lei nº 12.484, de 08 de setembro de 2011. Institui a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu (PNMBC). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 09 set. 2011. p. 01. (<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12484-8-setembro-2011-611401-publicacaooriginal-133564-pl.html>). Acesso em: 20 jul. 2017.
- DOMINGUES, L. Projeto Sesc no Arraial encerra programação no Recife com João do Pife.** Revista algomas, 2017. (<http://www.revista.algomais.com>).
- FILGUEIRAS, T. S.; SANTOS-GONÇALVES, A. P. **Tupi-Guarani:** fonte de informações sobre bambus nativos do Brasil. *Revista Heringeriana*, v. 1, n.º 1, p. 35–41, 2007.
- FREIRE, R. D. **Como será que eu afino?** A relação entre sistemas de afinação e parâmetros de afinação na performance musical. *Revista Música Hodie*, v. 16, n.º 2, p. 232, 2016.
- GRECO, T. M.; PINTO, M. M.; CAETANO, A. F. **Diversity of Bamboo in Brazil.** *Journal of Tropical and Subtropical Botany*, v. 23, n.º 1, p. 1–16, 2015.
- HUNG, K.-C.; WU, J.-H. **Mechanical and interfacial properties of plastic composite panels made from esterified bamboo particles.** *Journal of Wood Science*, v. 56, p. 216-221, 2010.
- KELCHNER, S. A.; BPG (Bamboo Phylogeny Group). **Higher level phylogenetic relationships within the bamboos (Poaceae: Bambusoideae) based on five plastid markers.** *Mol Phylogenetic Evol*, v. 67, n.º 2, p. 404-413, 2013.
- LOUREIRO, M. A.; PAULA, H. B. **Timbre de um instrumento musical:** Caracterização e representação. *Per Musi*, n.º 14, 2006, p. 57-81.
- MAGALHÃES, D. DE L. **Pipiruí e Caixa de Assovio:** Tocadores de pífanos e caixas nas festas de reinado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- MAGALHÃES, D. **Pesquisadores falam do pífano no Brasil.** Swissinfo, 2010. (<http://www.swissinfo.ch>). Acesso em: 30 nov. 2017
- MARGOLIN, V. **Escribiendo una historia mundial del diseño:** diseño y tiempo. In: Conferencia Cmd Diseño y Tiempo, 2013. ([Http://imdi-cmd.blogspot.com.br/2013/09/conferencia-cmd-2013-diseno-y-tiempo_2644.html](http://imdi-cmd.blogspot.com.br/2013/09/conferencia-cmd-2013-diseno-y-tiempo_2644.html))
- PEREIRA, M. A. R.; BARATA, T. Q. F. **Bamboo as sustainable material used in design and civil construction: species, management, characterization and applications.** *Key Engineering Materials*, v. 634, p. 339-350, 2015.

PEREIRA, M. A. R.; BERALDO, A. L. **Bambu de corpo e alma**. 1. ed. Bauru: Canal 6 Editora, 2008.

SENNETT, R. **The Craftsman**. 1 edition ed. New Haven: Yale University Press, 2009.

VELHA, Cristina Eira. **Significações sociais, culturais e simbólicas na trajetória da Banda de Pífanos de Caruaru e a problemática histórica do estudo da cultura de tradição oral no Brasil (1924-2006)**. 2009. 307 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

(<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25112009-154629/pt-br.php>). Acesso em: 17 jan. 2018.

WANG, X.-Q.; REN, H.-Q. **Surface deterioration of moso bamboo (*Phyllostachys pubescens*) induced by exposure to artificial sunlight**. Journal of Wood Science, v. 55, n.º 1, p. 47–52, 2009.

CAPÍTULO 09

OS CAMINHOS DO URBANISTA - O PAPEL DO URBANISMO NA FORMAÇÃO DE ESPAÇOS DE MEDO E ESPAÇOS DE PAZ

Ana Karoline Gonçalves Costa

Especialista em Planejamento Urbano e Gestão Ambiental de Cidades/Universidade Cândido Mendes.

Graduada em Arquitetura e Urbanismo/UEMA

Instituição: Universidade Estadual do Maranhão

E-mail: anakarolinegcosta@gmail.com

Ivamberto da Conceição Lima Pereira

Especialista em Assessoria Técnica para o Habitat Urbano e Rural/UEMA

Graduado em Arquitetura e Urbanismo/UEMA

Instituição: Universidade Estadual do Maranhão

E-mail: ivamberto98@gmail.com.br

Marluce Wall de Carvalho Venâncio

Doutora em Urbanismo/PROURB-FAU/UFRJ Graduação Arquitetura e

Urbanismo/UFRJ Mestre em Desenvolvimento Urbano Professora Associada

Instituição: Universidade Estadual do Maranhão

E-mail: marlucewall@gmail.com

RESUMO: A violência urbana é a cada dia um problema recorrente nas cidades. A população vive amedrontada e, para se proteger do perigo da cidade, se refugiam em suas residências que gradativamente se assemelham a penitenciárias de segurança com tantos aparatos de segurança. Nesse cenário, o urbanismo tem dois caminhos: se fechar ao construir edificações protegidas de todo o perigo, disseminar a sensação de insegurança e anular os espaços públicos ou se abrir e proporcionar espaços de convivência e restaurar a paz nos centros urbanos. Ao passo que o urbanismo segregá e as desigualdades sociais aumentam, o futuro das cidades se torna cada vez mais sombrio. As narrativas distópicas mostram que esse pode ser um caminho sem volta. Mas caso o urbanismo mude sua perspectiva e trabalhe para recuperar a urbanidade aos poucos perdida, surgirão cidades sustentáveis capazes de criar espaços de paz, benevolentes e de bem-estar social, o que será comprovado com os exemplos de intervenções urbanas em Medellín, comunidades da Venezuela e uma praça em São Luís.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanidade; Espaços de medo e espaços de paz; Futuro das cidades.

ABSTRACT: Urban violence is a recurring problem in cities every day. The population lives in fear and, to protect themselves from the danger of the city, take refuge in their homes that gradually resemble security prisons with so many security apparatuses. In this scenario, urbanism has two paths: to close when constructing protected buildings of all danger, to spread the sense of insecurity

and to cancel the public spaces or to open up and providespaces of coexistence and to restore peace in the urban centers. As urbanism segregates and social inequalities increase, the future of cities becomes increasingly gloomy. Dystopic narratives show that this can be a path without a return. However, if urbanism changes its perspective and works to regain urbanity gradually lost, sustainable cities will emerge capable of creating spaces of peace, benevolent and social welfare, which will be proved by the examples of urban interventions in Medellín, communities of Venezuela and a square in São Luís.

KEYWORDS: Urbanity; Spaces of fear and spaces of peace; Future of cities.

RESUMEN: La violencia urbana es cada día un problema recurrente en las ciudades. La población vive temerosa y, desprotegida del peligro de la ciudad, para protegerse se refugian en sus residenciales que gradualmente se asemejan a las cárceles de seguridad con tantosaparatos de seguridad. En este escenario, el urbanismo tiene dos caminos: se cierra alconstruir edificaciones protegidas de todo peligro, diseminar la sensación de inseguridady anular los espacios públicos o abrirse y proporcionar espacios de convivencia y restaurar la paz en los centros urbanos. Mientras que el urbanismo segregá y las desigualdades sociales aumentan, el futuro de las ciudades se vuelve cada vez más sombrío. Las narraciones distópicas muestran que ese puede ser un camino sin retorno. Pero si el urbanismo cambia su perspectiva y trabaja para recuperar la urbanidad poco a poco perdida, surgirán ciudades sostenibles capaces de crear espacios de paz, benevolentes y de bienestar social, lo que será comprobado con los ejemplos de intervenciones urbanas en Medellín, Venezuela y una plaza en San Luis.

PALABRAS CLAVE: Urbanidad; espacios de miedo y espacios de paz; Distopía; Futuro delas ciudades.

1. INTRODUÇÃO

Nas sociedades atuais, os números da violência assustam, espalham insegurança e mudam hábitos nas cidades. A sensação de segurança em muitos casos, está relacionada ao seu desenho urbano e o modo como as pessoas ocupam o seu território, assim como as novas edificações contribuem para matar a urbanidade. Esse desenho urbano, definido por Vicente Del Rio (1990), é o campo disciplinar que trata a dimensão físico-ambiental da cidade, enquanto conjunto de sistemas físico-espaciais e sistemas de atividades que interagem com a população através de suas vivências, percepções e ações cotidianas. Isso está diretamente ligado à urbanidade, que segundo Rheingantz (2011), representa um conjunto de relações inseparáveis entre o meio construído e a sociedade. Para alcançar o bem-estar dos cidadãos, a cidade deve proporcionar urbanidade aos mesmos.

Diante dessa constante realidade de medo presente nas cidades brasileiras, incluindo São Luís, este artigo tem o objetivo de contribuir para o debate acerca de como o planejamento das cidades e, consequentemente, o desenho urbano implantado, contribui para o aumento da insegurança e violência e como, por outro lado, pode ser um instrumento eficaz na diminuição da criminalidade e na propiciação da sensação de segurança e bem-estar do cidadão. Para isto, o trabalho visa contextualizar, de maneira geral, a realidade de algumas cidades contemporâneas e entender como o medo está presente na vida das pessoas. Categorizar e analisar, com base no acervo teórico levantado, quais elementos da arquitetura de São Luís interferem na questão da sensação de segurança urbana. Entender, por meio de narrativas distópicas, a possível futura realidade das cidades a partir do urbanismo usado atualmente e, por fim, compreender como a arquitetura e o urbanismo podem resgatar o convívio das cidades, consequentemente, a segurança para seus habitantes.

2. O URBANISMO DA ATUALIDADE: O CAMINHO PARA CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE MEDO

As cidades vêm se transformando com ações e mudanças ocorridas ao longo dos anos e, o resultado disso tudo, é a que vivemos hoje, a cidade

contemporânea. O resultado de ações e transformações ocorridas ao longo dos anos, sua fragmentação e desigualdade econômica e social refletem diretamente no modo de vida das pessoas em muitos dos direitos antes ditos como essenciais para a sociabilidade na cidade, fragilizam-se e perdem o sentido. As formas que a cidade assume, sua urbanidade, estão vinculadas aos modos diferentes de vivê-la.

No processo de urbanização, as pessoas saíram do campo para os centros urbanos em busca de uma vida melhor. Com o crescente êxodo rural no Brasil, segundo Caldeira (2000), uma grande parcela da população não conseguiu se firmar formalmente no centro da cidade e encontra-se marginalizada, muitas vezes, em péssimas condições de vida e vivendo de trabalhos informais ou sem nenhuma ocupação. A manutenção das desigualdades sociais e da pobreza no mundo são reflexos da má distribuição das recursos e riquezas entre as pessoas. E devido aos efeitos negativos dessa segregação social e espacial nas cidades, os espaços antes de vivência e civilidade tornam-se vazios e obsoletos, abrindo espaço para possíveis atividades ilícitas. O aumento da violência não pode ser explicado por privações materiais ou dificuldades econômicas. Uma sociedade que não valoriza a vida não pretende que os excluídos do emprego assim como da escola e da vida familiar valorizem a vida também. A violência também é resultado da forte progressão do individualismo de massas (De Mello; Novais, 2009, p. 54).

Pouco a pouco, as pessoas estão mudando o modo como se relacionam com o outro na sociedade. Devido ao caráter individualista disseminado atualmente, os hábitos de vizinhança e gestos de convivência como sentar em uma praça, conversas com os vizinhos, viver em comunidade estão se perdendo. Com o crescente sentimento de medo, as ruas ficam desertas, a população se amedronta e a urbanidade enfraquece acada dia. As paisagens das cidades mudam influenciadas pelo medo e trazem à tona arquiteturas cada vez mais veladas e enclausuradas. O que permite a proliferação de violência urbana do lado de fora, que sem nenhuma vigilância, cresce a cada dia e assola as sociedades brasileiras.

A cada dia surgem mais fobópoles (Souza, 2008) pelo mundo. As cidades estão cada vez mais dominadas pelo medo e pela criminalidade, tornando-se, muitas vezes, reféns desse sentimento torturante gerador da ágorafobia. Frente a

situação atual das cidades, o urbanismo tem dois caminhos a escolher: o urbanismo que se defende, aquele que se exclui do meio urbano, escondendo-se atrás de muros e proporciona a criação de espaços fantasma e de medo; e o urbanismo que renasce a cidade, que se abre para a troca de experiências entre os cidadãos através de espaços de convivência pacífica e segura. Infelizmente, podemos notar com maior frequência, elementos arquitetônicos sendo usados como medida de segurança, formas de proteção que visam separar o ambiente seguro da casa do ambiente turbulento e criminoso da cidade do lado de fora. Em São Luís, considerada a sexta cidade mais violenta do país segundo o ranking internacional publicado pelo Conselho Cidadão pela Seguridade Social (2016), a fortificação das residências já é real e, muitas vezes, ainda insatisfatória:

O muro é alto. As cercas são eletrificadas. Câmeras vigiam o tempo todo a área e as sirenes denunciam a presença de intrusos. O que parece um presídio de segurança máxima, na verdade é apenas uma casa em um bairro de classe média alta em São Luís, onde seus moradores, querendo ser livres da violência, se trancam e só põem os pés na rua quando é estritamente necessário. Mesmo assim, muitas vezes a ação dos bandidos consegue burlar o aparato caro e trabalhoso instalado nas residências (Jornal O Estado do Maranhão, 16 de novembro de 2014)

A imagem dos condomínios em propagandas que usam palavras como segurança, lazer, comodidade e proteção contra a violência urbana atrai muitos compradores. Um dos exemplos mais emblemáticos de São Luís é o *Jardins*. Autodenominado como bairro, apresenta o slogan “chegou o momento de você viver em um bairro todo seu”. Nas publicidades, apresenta-se como o primeiro “condomínio bairro” ao oferecer um bairro totalmente planejado, com dupla segurança 24 horas, portarias independentes, áreas verdes e boulevards arborizados, além de diversas áreas de lazer e diversão em um bairro só seu.

Seria essa a solução dos problemas de segurança na cidade? A ideia desses empreendimentos é ter tudo perto de você, dentro de sua cidadela, para não precisar sair para o mundo caótico da cidade contemporânea e, assim, criar sua própria comunidade. E, como se vê, é um negócio muito rentável para as construtoras. Segundo Bauman (2003), essa coletividade não possui os verdadeiros laços de uma comunidade, onde há relações entre pessoas, mas

somente um abrigo, um ambiente seguro separado, isolados por muros protetores e portões vigiados.

Ainda segundo Bauman (2009), a fragmentação do Estado social e o individualismo dasociedade moderna propicia a sensação de insegurança, pois a elite vê no marginalizado um potencial criminoso. O medo do desconhecido assusta e, a decadência da comunidade se perpetua, desintegrando os laços humanos outrora existentes e que talvez não haja estímulos capazes de unir o que foi rompido (Bauman, 2003).

Mas, quais os impactos desses empreendimentos no cotidiano da cidade? Nota-se que, conforme as pessoas escondem-se atrás de muros, os espaços de convivência na cidade vão morrendo. Os ambientes saudáveis de tempos atrás perdem a força e são abandonados a cada dia. O que é grave. Pois o único meio de preservar a segurança nas ruas é com a mistura constante e literal de pessoas, cultivando a diversidade do local (Jacobs, 1961).

É interessante falar dos tipos de violência indiretas, de como a vida em um mundo fechado, sem contato, interfere na vida jovens e crianças sem influências externas. Como lidar com as futuras tensões sociais no que diz respeito a futuro contatos e possíveis barreiras e preconceitos?

O muro é, primariamente, para demarcar o perímetro de um terreno e possibilitar a diferença entre o público e o privado. Ultimamente, os muros também têm a função de vedar a visão de fora para dentro assim como fechar aqueles que não se misturam com os marginalizados em seus oásis particulares. O que se observa hoje são muros cada vez maiores que remetem a verdadeiras muralhas medievais protegendo os de dentro contra os de fora e, em muitos casos, complementados com cercas elétricas. Outra relação que se faz é a semelhança entre a arquitetura residencial (Figura 1) e arquitetura carcerária como o presídio de Pedrinhas em São Luís (Figura 2), por exemplo.

Figura 1 – Casa Residencial no bairro do São Francisco, São Luís



Fonte: Autores, 2017

Figura 2 – Presídio de Pedrinhas, São Luís



Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2016/03/brasil-descumpre-medidas-para-complexo-de-pedrinhas-diz-relatorio.html>

Em busca de segurança, casas viram fortalezas com caráter prisional, eliminando a permeabilidade e contato com as ruas, quebrando a relação de comunidade com o vizinho. Os muros assustam as pessoas, geram insegurança e destroem a urbanidade, mas, infelizmente, muros e cercas viraram a regra e não a exceção.

As guaritas e câmeras de vigilância fazem parte de um arsenal de elite para segurança e combate à criminalidade urbana, pois propiciam um controle e monitoramento de entrada de “outros” na área protegida: os estranhos e marginalizados. Os espaços públicos sofrem com o controle e monitoramento

exacerbados. A cidade vigiada vê sua espontaneidade e diversidade diluir no momento em que aparatos de segurança como as câmeras de vídeo fazem parte do espaço de convívio. Os espaços públicos tornam-se vítimas da chamada “síndrome da cidade vigiada” (Pechman, 2002)

O papel do urbanismo que busca a autodefesa e o auto encarceramento não tem dado resultados positivos para a urbanidade nas cidades. Os elementos de segurança criam espaços do medo, espelham a ágorafobia e culmina em espaços fantasmas. Como aumentar a segurança sem diminuir a liberdade dos cidadãos?

As distopias podem mostrar um pouco dessa realidade. Com a presente sensação de medo na cidade, as tentativas de segurança pessoal são inúmeras e crescem a cada dia. Porém, essas são tentativas individuais e privadas que, muitas vezes, ajudam a espalhar ainda mais a sensação de insegurança fomentada pelo aumento da violência urbana. O que vemos atualmente é um urbanismo voltado ao enclausuramento, criando territórios fechados ditos como oásis aos que podem manter um alto padrão de habitação. Com o cenário atual preocupante, não é difícil imaginar o futuro das cidades. Futuro esse já evidenciado em muitas cidades pelo mundo.

3. O ABSURDO DA REALIDADE: O FUTURO ATRAVÉS DAS DISTOPIAS

Partindo da ideia de uma realidade atual não muito animadora, é natural imaginar um futuro insatisfatório para os centros urbanos, um futuro distópico.

O termo Distopia surge como um antônimo de Utopia (não-lugar). Para entender a distopia, é importante, primeiramente, caracterizar a utopia e diferenciá-los.

O termo Utopia surge pela primeira vez em uma obra do escritor inglês Thomas More (1516), que descreve uma sociedade perfeita dentro de uma ilha, politicamente correta, justa, onde todos são iguais e a pobreza não existe. A utopia está diretamente ligada à fantasia e ao desejo de uma realidade contrária ao mundo real, é um olhar muito otimista sobre a realidade como gostaríamos que fosse. A distopia, por sua vez, é um pensamento filosófico que apresenta o futuro pessimista da cidade onde a sociedade cria modo de vida insuportável para seus habitantes por meio de opressão, violência, domínio intelectual de um governo

totalitário e regido por poucos e um urbanismo que cria um sentimento desagradável ao ver e habitar tal cidade.

O interessante da distopia é aparentar ser uma sociedade perfeita, organizada, mas no fundo ser defeituosa e opressora. Uma das primeiras características das sociedades distópicas é o fato de serem governadas por regimes totalitários, um poder tirânico ditatorial, onde seus líderes são cultuados através do controle e alienação da população pela disseminação de símbolos e ideologias.

Com todo esse poder autoritário, as sociedades distópicas se apresentam estratificadas com classes sociais bem definidas. A divisão pode ser feita por condicionamento desde o nascimento ou por teste de nivelamento: quanto mais alta a sua casta, mais acesso a bens e serviços terá. O que torna as desigualdades socioeconômicas imutáveis após a classificação do cidadão.

A vigilância constante e opressora é outro aspecto recorrente em cidades distópicas. Quando se fala em sociedade vigiada, a Londres de Orwell (2009) é a primeira a ser lembrada. A cidade de 1984 era tão vigiada que tornava impossível estar sozinho ou estar sozinho na companhia de alguém. O partido era como uma divindade: onipresente, onisciente e onipotente. “O grande Irmão está de olho em você” (Orwell, 2009, p.12). Muito desse alcance vigilante se dava ao uso das “teletelas”, aparelhos parecidos com as televisões de tela plana que tem hoje no mercado, que vigiam os cidadãos constantemente. Além disso, o monitoramento nessa sociedade poderia ser feito por outros cidadãos ou até por crianças, que vigiavam qualquer desvio na conduta de seus próprios pais, irmãos, amigos, vizinhos, para informar as autoridades.

A vigilância constante condiciona e converte possíveis desvios de conduta de acordo com os valores pré-estabelecidos pelo Partido. O contínuo hábito de vigiar o próximo leva a autovigilância. Por meio dessa observação, o Estado impõe comportamentos à população e a controla, uma espécie de alienação.

Outro objetivo da vigilância é tornar os cidadãos sociáveis e incapazes de se rebelar contra o governo. Com esse pensamento, a sociedade seria capaz de erradicar a violência urbana que pudesse aflorar pelos sentimentos ou impulsos humanos da população. Mas não é o que verdadeiramente acontece nas sociedades distópicas, nem sociedades seguramente vigiadas seriam capazes de condicionar humanos a não cometer barbáries.

O uso de violência é outro traço comportamental descritos nas narrativas distópicas. Seja praticada pelos cidadãos, no centro da cidade ou nos arredores esquecidos dela, ou exercida pelo próprio governo para controlar, condicionar ou calar e punir osrebeldes, diferentes ou indiferentes a causa do poderoso líder e seu estilo de governo. A violência é, nos sistemas de governo das sociedades distópicas, um instrumento claro de manutenção do poder e da ordem pelo grande líder. *O Grande Irmão* (Orwell, 2009) não abalaria mão desses mecanismos de dominação para reintegrar os cidadãos aos planos do Partido:

A espionagem, as traições, as prisões, as torturas, as execuções, os desaparecimentos nunca cessarão. Será um mundo de terror, tanto quanto um mundo de triunfo. Quanto mais poderoso for o Partido, menos tolerante será. Quanto mais fraca a oposição, tanto mais severo será o despotismo (Orwell, 2009, p. 313).

Usar a violência não foi exclusividade do Grande Irmão de George Orwell. A ordem na maioria dos mundos distópicos eram mantidas pelo uso da força e violência para propósitos ditos como bons e necessários para manter a ordem e a harmonia na coletividade, como o Presidente Snow da *Jogos Vorazes* (2010).

Após todas essas características e comportamentos políticos e sociais, é importante analisar como essas atitudes refletem na imagem da cidade. A descrição da cidade através da arquitetura e do uso dos espaços urbanos é recorrente em narrativas distópicas. As cidades são construídas a cada dia e dizem algo sobre aqueles que a habitam. São abastecidas de ideologias que geram comportamentos e práticas em seu meio. A distopia vem como um alerta sobre os perigos potenciais presentes nesse abastecimento diário. Como resultado de uma sociedade individualista, com alto poder de vigilância e opressão por meio da violência e ideologias ditatoriais, o espaço urbanas das cidades distópicas tornou-se nulo. As ruas não têm mais convívio, não há vivacidade, não há urbanidade. Um vigia o outro, o medo do outro é espalhado com a onda de violência que assola a sociedade.

A desigualdade hoje já existente é potencializada nas distopias. Os filmes distópicos mostram claramente como as cercas que separam os pobres dos ricos são gritantes e muito mais visíveis.

Os espaços públicos não propiciam o convívio. Mesmo cidades cheias de pessoas, a solidão é um sentimento corriqueiro em uma cidade individualista e separatista. As relações urbanas não existem e os cidadãos se tornam cada vez mais estranhos entre si e o medo se torna constante.

Visto isso, a presença de cercas que separa a cidade do mundo exterior aparece em muitas distopias. Vale lembrar que, ao mesmo tempo que as paredes protegem do desconhecido lá fora, isola a população deixando-a incomunicável e vulnerável.

As pragas e doenças nos setores pobres das cidades são constantes: a falta de saneamento ambiental, proliferação de lixo, saúde de má qualidade e direitos humanos subjugados. Lá, falta recursos naturais, falta comida, falta vida (Figura 3).

Figura 3: Pessoas maltrapilhas em busca de água



Fonte: Filme Mad Max – Estrada da Fúria (2015). 00:09:20 min

“Distopias são espelhos negros, versões corrompidas de futuros que batem a nossa porta” (Vaiano, 2016). Não é difícil imaginarmos quão perto estamos de chegar a essa realidade. A cada passo, as cidades tornam-se insensíveis, imiscíveis, insustentáveis. É difícil saber quão longe estamos dessa realidade? Mas será que o futuro distópico está tão longe como imaginamos ou essa previsão futurística já faz parte da realidade de muitas pessoas?

Após essas características urbanas descritas nas obras distópicas, é natural compará-las com as dos centros urbanos atuais. O que nos inquieta é o fato de conseguir enxergar muitas dessas realidades presentes logo hoje. A distopia está mesmo no futuro ou já é mais presente do que se imagina?

Hoje, já é possível encontrar cidades extremamente pobres em situação crítica de calamidade e desespero, sem perspectivas de vida. Muitas das características vistas acima já são visíveis na atualidade.

Lagos é a maior cidade da Nigéria com quase 8 milhões de habitantes e sua região metropolitana abriga cerca de 21 milhões de pessoas. Mesmo que os indicadores econômicos do país mostre um crescimento do PIB, mais de 60 % da população sobrevive com menos de 1 dólar por dia, revelando a extrema diferença de classes sociais. A cidade apresenta problemas graves de distribuição de renda que acarreta seriamente em problemas de infraestrutura, segurança pública, saúde, educação.

Suas favelas, como a Makoko, beiram a extrema pobreza e a imundice. Localizada a beira do Oceano Atlântico, as palavras precariedade e sobrevivência elevam seu significado. Inicialmente um povoado pesqueiro, a população cresceu e vive, durante décadas, sem acesso à infraestrutura básica como água potável, eletricidade e eliminação de resíduos (Figura 4).

O Brasil de dimensões continentais possui uma grande desigualdade social que reflete nas cidades. Segundo o IBGE, Aglomerados Subnormais é um conjunto de 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma dessas características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). Um dos exemplos de aglomerados subnormais em São Luís é o bairro da Portelinha. Uma realidade distópica em meio aos bairros nobres da capital maranhense (Figura 5).

Figura 4: A comunidade Makoko – Lagos, Nigéria.



Fonte: Disponível em: < <http://www.mdig.com.br/index.php?itemid=34605>>.

Figura 5: O rio que passa pelo bairro da Portelinha.



Fonte: Autores, 2017

Visando a realidade de hoje e o futuro que espera as cidades descritos nas distopias, é possível mudar? O sonho de uma utopia no futuro é cada dia mais suplicante, porém, cada dia mais difícil de remediar os danos causados a sociedade. Porém, o urbanismo tem um papel fundamental nesse resgate urbano: ele é capaz de trazer de volta a urbanidade e o convívio entre as pessoas pode trazer de volta a diversidade e o instinto de comunidade a tanto perdida.

4. URBANISMO COM BENEVOLÊNCIA: O CAMINHO PARA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE PAZ

O urbanismo com benevolência, citado no título deste capítulo, é uma alusão à Teoria da Benevolência do arquiteto francês Philippe Madec, na qual a arquitetura se volta aaprojetar para o próximo em busca do bem comum, bem social e coletivo, resultando em uma arquitetura mais humana, mais benevolente. Uma arquitetura proposta para abrigar outro (MADEC, 1996).

A cidade sustentável é certamente a cidade de todos e deve surgir logo para prever e/ou combater as catástrofes geradas pela sociedade moderna no âmbito econômico, social e ambiental. E a arquitetura é obra de uma concepção coletiva que, a partir do compartilhamento de interesses, desejos e espaços, enfrentará o desequilíbrio social doterritório.

O urbanismo com benevolência nada mais é que o urbanismo do bem-estar comum, de espaços coletivos, de espaços para todos, sem distinção. É o urbanismo sustentável capaz de dar forma e vitalidade ao ambiente, trazendo a urbanidade para os espaços urbanos e a consciência da responsabilidade ambiental. Aperta os laços entre o homem e a cidade e retoma a qualidade de vida seguindo nove princípios: dar prioridade ao pedestre, a busca pelo uso misto e complementaridade das funções da cidade, promover diversidade de moradores, reforçar o senso de comunidades, manter a densidade do local equilibrada, prezar pela sustentabilidade e alta performance dos edifícios, oferecer espaços públicos atraentes e seguros, estimular a harmonia entre a natureza e as amenidades urbanas e, proporcionar conectividade e integração regional. Esses princípios são temas indispensáveis no pensamento de dois teóricos do urbanismo utilizados para a construção desse trabalho: Jane Jacobs (2000) e Jan Gehl (2013). Por décadas, as cidades evidenciam o uso constante de carros e a dimensão humana é depreciada no planejamento urbano. A esfera individual sob a coletiva destrói as áreas de pedestres e os espaços de convivência não convidam ao caminhar.

Uma característica comum de quase todas as cidades – independentemente da localização, economia e grau de desenvolvimento – é que as pessoas que ainda utilizam o espaço da cidade em grande número são cada vez mais maltratadas (GHEL, 2013, p. 3).

No século XXI, o desejo de cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis tornou-se urgente e universal. Os quatro objetivos – vitalidade, segurança, sustentabilidade, e saúde – podem ser alcançados quando as responsabilidades da cidade passam a ser o pedestre, o ciclista, os espaços coletivos, a vida na cidade em geral.

Sustentar a visão de uma sociedade aberta, onde pessoas de grupos socioeconômicos diferentes possam caminhar lado a lado no mesmo espaço urbano é um dos requisitos para a prevenção da criminalidade urbana. “Ser capaz de caminhar com segurança no espaço da cidade é um pré-requisito para criar cidades funcionais e convidativas para as pessoas. Real ou percebida, a segurança é crucial para a vida na cidade” (GHEL, 2013, p. 97).

A jornalista americana Jane Jacobs, precursora no estudo da urbanidade e vivência na cidade em 1961, afirma que alcançar a segurança em cidades grandes é mais complexo pois essas são formadas por um número muito maior de desconhecidos em relação a pequenas cidades.

O principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos. Não devem se sentir ameaçadas por eles de antemão. O distrito que falha nesse aspecto também fracassa em outros e passa a criar para si mesmo, e para a cidade como um todo, um monte de problemas (Jacobs, 2000, p.30).

É importante ressaltar que nem Jane Jacobs ou Jan Ghel relacionaram a segurança nas ruas e calçadas com a atuação da polícia. Policiais são necessários para manter a ordem urbana e social, mas a paz dos espaços coletivos “é mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamentos espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados” (Jacobs, 2000, p. 32)

A vitalidade, animação e presença de vida nas ruas, segundo ela, só aconteceria caso houvesse interação entre a arquitetura, os espaços comuns e a rotatividade de pessoas, resultando em diversidade na dimensão arquitetônica e humana para a cidade (Figura 6).

Nenhum bairro ou distrito, seja ele bem estabelecido, famoso ou próspero, seja ele, por qualquer razão, densamente povoado, pode desconsiderar a necessidade da presença de pessoas ao longo do dia sem com isso frustrar seu potencial de gerar diversidade (Jacobs, 2000, p. 176).

Figura 6: Fachadas ativas em rua de Amsterdã, Holanda.



Fonte: Autores, 2015

A ideia de vigilância comunitária e urbana contida nas expressões “olhos da rua” e “vigias das ruas” expressas por Jane Jacobs exaltam a importância de pessoas ao longo do dia nas ruas e calçadas para gerar confiança de uso desses espaços: “A confiança na rua forma-se com o tempo a partir de inúmeros pequenos contatos públicos nas calçadas” (Jacobs, 2000, p. 60).

Ao estimular ruas vivas, é necessário que o tecido dessas ruas forme uma malha contínua que integrem, além das calçadas, parques, praças, edifícios públicos, gerando um fluxo e rotatividade que incentivem o caminhar ou pedalar de pessoas (Figura 7).

A vida da rua e na rua, a diversidade de funções ao longo da rua e agradáveis espaços de transição são qualidades-chave para boas cidades – também em termos de segurança e proteção. O extremo oposto é a receita perfeita para um ambiente urbano inseguro: ruas sem vida, edificações de um só uso sem atividades durante quase o dia todo, fachadas fechadas, escuras e sem vida. A essa lista pode-se acrescentar iluminação insuficiente, passagens abertas e túneis de pedestres, cantos, aberturas escuras e excesso de arbustos (GEHL, 2009, p. 101).

Figura 7: Pessoas atraem pessoas e diversidade atrai diversidade. À esquerda, Piazza di Orvieto na Itália



Fonte: Autores, 2017

Pessoas atraem pessoas. A própria diversidade urbana permite e atrai mais diversidade. A cidade é, por sua essência, um lugar de encontro. Os parques mais problemáticos para geração de diversidade e segurança urbana estão localizados em áreas onde as pessoas não passam e, caso nada mude, nunca passarão.

5. CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE PAZ: ESTUDOS DE CASO

Por anos, as pessoas e os espaços públicos foram esquecidos e retirados das prioridades do desenho urbano ao se planejar cidades. Vemos cada vez mais cidades voltadas para o carro, onde as pessoas desistiram de caminhar, ficam trancadas em suas casas e não fazem mais nada a pé. Uma grande parcela de culpa ao se expulsar os cidadãos do meio urbano se dá pelo aumento da criminalidade urbana e disseminação da sensação de insegurança quando se está ao ar livre. Algumas cidades do século XXI já mostram um crescente estímulo para resgatar as funções sociais e culturais dos espaços e, com isso, percebeu-se que muitos desses problemas relacionados à violência urbana são efêmeros e provocados pelo desenho e forma da própria cidade.

A cidade de Medellín, na Colômbia, vem para ratificar como o urbanismo mudarrealidades controversas. Eleita a “Cidade do ano 2014” pelo The Wall Street Journal e o Citigroup e tendo recebido o Lee Kuan Yew World City Prize,

prêmio internacional mais importante de urbanismo e desenvolvimento do mundo em 2016, a cidade foi capaz de superar, em menos de 20 anos, o estigma de uma das cidades mais desiguais e violentas do mundo. Sob o comando do narcotráfico e das Farc - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - se via em uma terrível crise social e política, e, através de intervenções urbanas, renascer como uma cidade inovadora.

Um dos técnicos responsáveis pela intervenção, Gustavo Restrepo, arquiteto e urbanista colombiano, afirma que "o planejamento territorial urbano não deve se restringir ao ordenamento do território de uma cidade. É preciso também garantir uma perspectiva econômica e social, pois o respeito à vida é o que mais importa". Na década de 1990, foi preciso mudar os paradigmas de planejamento urbano da cidade para dar um basta a situação, segundo acadêmicos e empresários que buscavam uma transformação urbana para a cidade.

Restrepo comenta que o urbanismo pode levar à ruína a violência através de intervenções públicas realizadas nas periferias residenciais pois, segundo ele, os bairros mais pobres e periféricos coincidem com os focos da criminalidade, já que a pobreza e a desigualdade são seus propulsores. "Como romper paradigmas? Três pontos são fundamentais: vontade política, participação popular e cultura cidadã", declara o urbanista. A transformação urbana de Medellín conduziu ao que Restrepo chama de Urbanismo sustentável, que são pontos que listam as medidas para quebrar os paradigmas existentes e nortear a nova maneira de projetar.

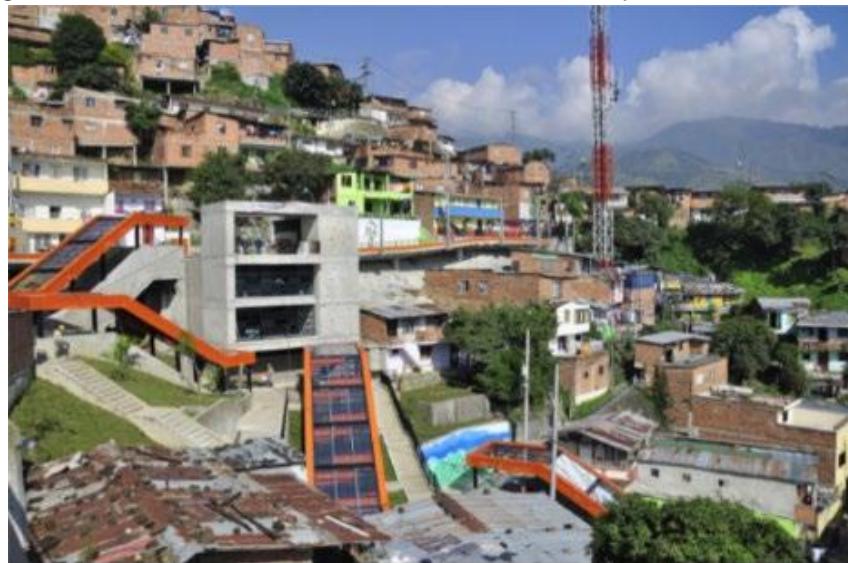
São eles:

- Ao invés da administração pública só informar, ela busca a participação coletiva;
- Construir comunidades e não só casas;
- Considerar os pedestres como cidadãos;
- Preocupação com a mobilidade das pessoas em lugar da mobilidade dos carros;
- Transformar espaços públicos em lugares de encontro e civilidade;
- Pensar na mobilidade integrada e não só oferecer transporte.

Não adianta ter políticas públicas, se elas não forem políticas públicas de continuidade. O transporte público é um dos pontos da mudança na cidade. O

Metrocable, sistema de teleférico, e o uso de escadas rolantes permite vencer com o deslocamento vertical a situação geográfica das periferias que, junto com o sistema intermodal coligado aos ônibus BRT e trens elevados, possibilita o acesso de setores com menos oportunidades e serviços a lugares desenvolvidos da cidade (Figura 8).

Figura 8: Sistemas de escada rolante e Metrocable na periferia de Medellin



Fonte: Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/768286/gustavo-restrepo-o-urbanismo-pode-combater-o-narcotrafico>

Com o lema “Medellín, a mais educada” e “o melhor para os mais pobres”, a intervenção urbanística em Medellín é um exemplo claro do urbanismo benevolente. Estudos mostram o aumento no desenvolvimento social de Medellín e, em contrapartida, o decréscimo da violência urbana. Uma pesquisa recente sobre qualidade de vida nas cidades colombiana aponta Medellín como a líder no assunto onde 84 % da população entrevistada manifestou orgulho pela cidade.

Para Gustavo Restrepo, os projetos urbanos feitos na cidade não são os objetos a serem repetidos em outras cidades, e sim essa metodologia, pois cada cidade tem sua realidade e peculiaridade.

6. ESPAÇOS DE PAZ, VENEZUELA: PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS

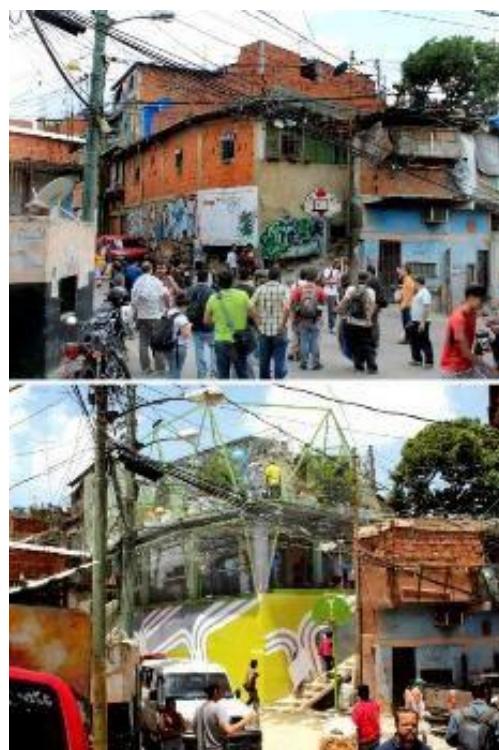
Como Colômbia, a Venezuela possui cidades áreas aterrorizadas pela violência em suas periferias e, como ferramenta de mudança urbana e social,

o projeto Espaços de Paz está convertendo a realidade de muitas delas: onde era área de perigo, hoje são áreas pacíficas.

O projeto é uma oficina de projeto participativo que, durante seis meses, transforma áreas de comunidades violentas em espaços de convívio. O escritório de arquitetura PICO Estúdio lidera o projeto que com cinco outros grupos de arquitetos de dentro e fora da Venezuela, são incumbidos de converter alguma área ociosa, deteriorados e abandonados, como terrenos vazios e áreas de lixão não regulamentadas, em um equipamento poliesportivo, social ou educativo que será administrado pela própria comunidade local (Figura 9).

Cada grupo de arquiteto trabalhou em uma comunidade. O projeto que já teve duas edições, em 2014 e 2015, é um exercício prático de projeto participativo. Durante as seis semanas de duração, inicia-se com um planejamento do funcionamento da oficina durante a primeira semana, a concepção e desenho do projeto são realizados nas próximas quatro semanas e a execução é feita na semana final, em forma de mutirão e autoconstrução.

Figura 9: O antes e depois da quadra poliesportiva em Petare, Caracas (2014).



Fonte: Cortesia de PICO Estudio. Disponível em:
<<http://www.archdaily.com.br/br/756317/como-o-projeto-espacos-de-paz-esta-transformando-os-espacos-comunitarios-na-venezuela>>

No decorrer do processo, o diálogo é o ponto chave para o sucesso do projeto. As áreas de atuação são comunidades de bairros constrangidos pela violência, pelo abandono escolar, delinquência e marginalização com o intuito de transformá-los em áreas de convivência e relações humanas e para isso, a participação popular era essencial.

O projeto Espaços de paz visa dar um novo significado a locais abandonados e insustentáveis dentro de periferias vulneráveis da Venezuela. É transformar lugares de conflitos resultantes de exclusão social e insegurança urbana em áreas amigáveis e proveitosa para a população, onde as crianças possam se divertir, os adultos se encontrar e os idosos, relaxar. As relações humanas podem modificar realidades e restaurar o bem-estar onde não existe há tempos.

7. PRAÇA ALFREDO TEIXEIRA, SÃO LUÍS: COMITÊ DA PRAÇA V.

Após esses dois exemplos na América do Sul, onde as desigualdades socioeconômicas são visíveis e a presença constante da violência na comunidade, principalmente na periferia, é continua, o próximo estudo de caso é brasileiro, mais precisamente, em São Luís: A praça Alfredo Teixeira. Também conhecida como Praça V, localiza-se entre a avenida 02, a avenida Joaquim Mochel e a rua Vp 10, no Conjunto Cohab Anil, conjunto residencial dos anos 70.

Há dois anos, a praça nem era reconhecida como tal. Com quase 3.800 m², era um espaço vazio, sujo, abandonado, que não cumpria sua função de espaço urbano e de convívio em uma comunidade. Pelo contrário, sua aparência degradada repelia as pessoas e, consequentemente, as atividades sociais. Havia ali comércio informal, barracas e trailers de lanche que se instalaram no local sem nenhuma autorização e setornaram os donos do lugar que, sem nenhuma força de reação, atraía atividades ilícitas que, por sua vez, incentivavam o vandalismo. A antiga quadra que outrora estava ali, os canteiros e os jardins já não existiam mais, e a população cada vez mais acuada e amedrontada, fugia das ruas e se protegia dentro de suas casas (Figura 10).

Figura 10: Praça antes da revitalização.



Fonte: Autores, 2017.

Vendo a situação piorar sem providências da autoridade pública, os moradores da região, incentivados pelo cenário político da época no qual o governo federal incitava criação de comitês populares para monitorar obras e serviços públicos, criaram o Comitê Gestor de Praças com o propósito de trazer melhorias para região sendo uma delas a revitalização dos espaços públicos do bairro. Assim, surgiu o Comitê Gestor “Movidos pela União” em 7 de junho de 2015 composto, atualmente, por 15 membros: a presidente Narcisa Enes Rocha, o vice-presidente José Marques de Moura, o 1º secretário Alberto de Sousa Rocha e a 2º secretária Aline Miriam da Silva Macedo e seus 11 conselheiros que, desde sua criação, acompanham a concepção do projeto e a revitalização da Praça V e ainda administra mais duas praças da região.

O projeto da praça, em parceria com o Instituto de Paisagismo Urbano (Impur) na pessoa do presidente Luiz Carlos Borralho, foi concebido pela participação popular e arquiteta do instituto. O investimento para a construção veio da parceria público e privado através de doação de empresas e sindicatos. Após seis meses de reforma, a praça foi entregue aos moradores no dia 25 de maio de 2016. O projeto, de concepção participativa, contempla espaços de lazer, contemplação e convivência, espaço para atividades físicas, iluminação pública, mobiliário urbano como mesa para integração entre a comunidade, bancos e lixeiras. Além da reparação e plantio de novas árvores e

plantas nos canteiros antigos e novos, ainda oferta 23 vagas de estacionamento e rampas de acessibilidade.

Com a revitalização, a praça foi entregue ao comitê que é o responsável pela sua administração. As parcerias entre gestores, polícias, blitz urbana, ajuda na manutenção da paz e ordem no espaço público. A infraestrutura do local é mantida pela colaboração econômica dos próprios moradores e gestores do comitê. Eventos como festa junina, dia das mães, dia dos pais são realizados na praça para a arrecadação de verba a fim de preservar o espaço público agradável aos usuários.

Com a praça revitalizada, o espaço se tornou muito mais agradável e trouxe de volta as pessoas e as atividades sociais, incentivando o uso por pessoas além das proximidades da área. É possível ver crianças, famílias, jovens, idosos a utilizando e os benefícios de um espaço seguro e saudável para a comunidade vai além do lazer e contemplação, são mais “olhos nas ruas” e “vigias comunitários” que trazem segurança urbana e expulsa, por sua vez, atividades ilícitas e criminais, diminuindo a sensação de insegurança e o medo constante que outrora estava instalado na população (Figura 11).

Figura 11: Praça V atualmente.



Fonte: Autores, 2017.

Conforme apresentado, o urbanismo sustentável e benevolente tem dado resultados às comunidades. Espaços de paz e convivência vem transformando a realidade que antes amedrontava o bem-estar social. É possível trazer as pessoas de volta para exercer seus papéis de cidadãos e, quanto mais pessoas,

quanto mais convívio, mais segurança para a rua, a praça, o parque e, consequentemente, mais segurança para a cidade.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos ver neste artigo que a violência urbana é uma questão recorrente nas cidades contemporâneas e São Luís não é diferente. É difícil saber com clareza a causa desse problema, mas as consequências da sensação de insegurança são graves para o convívio nos centros urbanos. Surgem assim, as “Fobópoles” (Souza, 2008), cidades dominadas pelo medo da criminalidade violenta. Mais e mais cidades vão, na atual quadra da história, assumindo essa característica. E a configuração da arquitetura, tida como exemplo a arquitetura de São Luís, voltada para a segurança privada tem sua parcela de culpa nessa realidade: muros altos, cercas, câmeras de segurança e os próprios condomínios fechados ajudam na disseminação do medo e insegurança nas ruas da cidade.

Diante dessa realidade, o urbanismo tem dois caminhos a seguir: criar refúgios entre cercas e fronteiras que dividam as pessoas, retalhando os espaços e distanciando unsdos outros ou criar laços e proporcionar relações humanas entre eles. Este último trajetória espaços de convívio, espaços de paz. O primeiro, em vez disso, gera espaços vazios, espaços de medo. E hoje, infelizmente, as cidades preferem o urbanismo do esconder-se ao que se abre à cidade.

Porém, esse é um caminho que machuca e fragiliza. O que observamos nas mídias sociais são notícias do aumento da criminalidade e violência urbana, o que obriga a população a refugiar-se e, caso tenha condições financeiras, deixar sua casa em um bairro residencial para morar em um oásis chamado condomínio fechado em busca dessegurança, lazer e felicidade sem precisar sair para o caos urbano que existe fora dos muros.

Mas esse tipo de edificação não agrega em nada para a saúde da cidade. Pelo contrário, debilita a urbanidade. A partir do momento em que a individualidade está acima da coletividade, o urbanismo não pensará no bem comum. E se o bem comum não é potencializado, as relações sociais são abandonadas. O que passamos a ver são espaços que outrora deveriam trazer

vida e segurança, se tornando apáticos. E essa apatia toma conta do ambiente e repele ainda mais as atividades coletivas. Se não há pessoas, não haverá urbanidade. E quando o espaço se torna ocioso, ele se degrada então é mais saudável para a comunidade, mas sim, atividades ilícitas. O espaço públicos das ruas e praças torna-se, agora, inexistente, sem vida (Bauman, 2009).

Com a existência do medo pelo desconhecido, espaços públicos vazios e pessoas imiscíveis ao próximo, não é difícil chegar à conclusão de que o futuro que nos espera não é animador. A distopia, o oposto da utopia, vem parar nos alertar do futuro pessimista onde a sociedade cria modo de vida insuportável para seus habitantes por meio de opressão, violência, domínio intelectual de um governo totalitário e regido por poucos e um urbanismo que cria um sentimento desagradável ao ver e habitar tal cidade. Todas as características que vivemos hoje serão potencializadas e, conforme vimos no segundo capítulo, essa não é uma realidade tão distante do cenário atual.

Em contraponto, há teóricos, arquitetos e urbanistas que nos apresentam o urbanismo que se abre para receber as trocas sociais dentro das cidades nos espaços públicos. Jane Jacobs (2000) afirma fervorosamente a necessidade de vitalidade e presença de pessoas na rua como uma alternativa para solucionar o problema da insegurança urbana, e isso só aconteceria caso houvesse interação entre a arquitetura, os espaços comuns e a rotatividade de pessoas, resultando em diversidade na dimensão arquitetônica e humana para a cidade.

Jan Ghel (2013), o incentivador da criação de cidades para pessoas, segue a linha de raciocínio de Jacobs quando coloca a escala humana como a essência de uma cidade viva, segura, sustentável e saudável. A diversidade atrai diversidade e conforme o espaço público gera movimento, mais pessoas irão se movimentar junto com elas.

E como base de todos os projetos urbanísticos capazes de mudar a realidade desfavorável das cidades atuais, Philippe Madec (1996) apresenta a Teoria da Benevolência que, para arquitetura, é criar espaços e edificações que proporcionem o bem-estar comum. O que, levado para o urbanismo, criaria espaços coletivos para a cidade capazes de envolver toda a comunidade desde a concepção do projeto.

Para ratificar a importância do urbanismo praticado com benevolência, os três estudos de caso foram eficientes ao mudar realidades controversas e violentas em um cenário humano e social. Medellín, com o projeto de urbanização liderado por Gustavo Restrepo, valorizou e integrou a periferia ao restante da cidade, criando espaços de esperança a uma população a tanto invisível, a cidade foi capaz de superar o estigma de uma das cidades mais desiguais e violentas do mundo.

O projeto Espaços de Paz na Venezuela, liderado pelo escritório de arquitetura PICO Estúdio, promoveu por meio de oficina de desenho urbano a concepção, desenho e autoconstrução de espaços sociáveis e culturais para comunidades taxadas de as maisviolentas do país. Ao colocar a pessoa no processo, ela toma pertencimento pelo espaço, gera vitalidade, sociabilidade e, consequentemente, segurança urbana.

E por último, a Praça V no conjunto Cohab Anil que, após anos se degradando e repelindo a comunidade, foi palco de uma reurbanização suplicada pelos moradores dasredondezas. O comitê Movidos pela União junto com a prefeitura foi capaz de transformar o que antes era um espaço vazio irreconhecível como praça em um espaçoagradável, convidativo e democrático.

Com este trabalho, pude perceber o quão perigoso é o caminho percorrido pelourbanismo até aqui. É um trajeto possivelmente sem retorno, caso as consequências sejam desastrosas demais. Por outro lado, esse mesmo urbanismo, visto por outra ótica, pode levar à ruína a violência através de intervenções públicas realizadas nas periferias,nos espaços degradados, nas áreas esquecidas. Já que os bairros mais pobres e periféricos coincidem com os focos da criminalidade, pois a pobreza e a desigualdade são seus propulsores, são essas as áreas de maior preocupação e o foco certeiro de atuação.

REFERÊNCIAS

A Obra Utopia de Thomas More. Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/a-obra- utopia-de-thomas-more/>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidades: A Busca por Segurança no Mundo Atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zigmunt. **Confiança e medo nas cidades.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CALDEIRA, T. (2000). **Cidades de Muros:** Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2011.

DE MELLO, J; NOVAIS, F. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.** São Paulo: Unesp, 2009.

DEL RIO, V. **Introdução do desenho urbano no Processo de Planejamento.** São Paulo: Pini, 1990.

Espaços de Paz 2015: cinco cidades, cinco comunidades, vinte coletivos de arquitetura. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/ br/769220/espacos-de-paz-2015-cinco-cidades- cinco-comunidades-vinte-coletivos-de-arquitetura>> Acesso em: 16 de jun. 2017.

GHEL, J. **Cidade para pessoas.** 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GHIONE, R. **Transformação social e urbanística de Medellín.** Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.166/5177>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

Gustavo Restrepo: “O planejamento urbano requer novos paradigmas”. CAU BR. 2016. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/restrepo-o-planejamento-urbano-requer-novos- paradigmas/>>. Acesso: 01 de abr. 2017.

IBGE. Censo Demográfico 2010 – Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais. 2013

Infrastructure in Nigeria. Disponível em: <<https://www.hastac.org/blogs/vdouranakis/2015/12/09/infrastructure-nigeria>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** 3. Ed. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2000.

MADEC, P. **Urbanité et générosité - Aménagement urbain et patrimoine.** Plourin-Lès-Morlaix, Journées de l'Institut Régional du Patrimoine, 1996.

ORWELL, G. **1984.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PECHMAN, R. M. **Cidades estreitamente vigiadas:** o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

Prefeitura entrega Praça V totalmente reformada aos moradores da Cohab. Disponível em: <<http://agenciasaoluis.com.br/noticia/17281/>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

REFÉNS da insegurança. O Estado do Maranhão, São Luis, 16, nov. 2015. Cidades 1 e 2, p.10.

RHEINGATZ, P. A. **O [controverso] significado de urbanidade.** Grupo de pesquisa Qualidade do Lugar e Paisagem – PorLUGAR. 2011. Disponível em: <http://www.fau.ufrj.br/prolugar/assets/2011-proarq-coloq_pesq-o--controv-signif_urbanidade.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017.

SOUZA, M. L. **Fobópole:** o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VAIANO, B. **Como reconhecer uma distopia.** Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2016/11/como-reconhecer-uma-distopia.html>>. Acesso em 10 jun. 2017.

CAPÍTULO 10

A PROMOÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA DENTRO DE UM AMBIENTE DE INTOLERÂNCIA

Leonardo Namba Fadil

Pós-Graduando em Ciência da Religião. Prefeitura Municipal de Araçatuba.

Endereço: Rua Coelho Neto, 73, Vila São Paulo, Araçatuba - SP.

E-mail: ln.fadil@outlook.com

RESUMO: A liberdade religiosa é direito fundamental constituinte da personalidade humana, cabendo ao Estado respeitá-la e promovê-la. Dentro desta sua missão, deve adotar uma postura pluralista e de combate à intolerância. Este trabalho tem por objetivo analisar estudos empreendidos sobre a intolerância no Brasil, bem como decisões relevantes dos tribunais brasileiros para o delineamento do direito à liberdade religiosa. O método utilizado foi a pesquisa documental e bibliográfica, bem como a consulta aos repositórios oficiais de jurisprudência. Apurou-se a desigualdade entre os grupos religiosos que atuam no país, razão pela qual é proposta uma postura mais ativa do Estado para que o direito fundamental em discussão ganhe real efetividade.

PALAVRAS-CHAVE: Direito; Religião; Intolerância; Pluralismo; Esfera pública.

ABSTRACT: Religious freedom is a fundamental right which constitutes the human personality and it is up to the State to respect and promote it. Within this mission, it must adopt a pluralistic and anti-intolerance stance. This work aims to analyze studies undertaken on intolerance in Brazil, as well as relevant decisions of the Brazilian courts for the delineation of the right to religious freedom. The method used was documentary and bibliographic research, as well as consultation with official repositories of jurisprudence. The inequality between the religious groups that work in the country was found, which is why a more active posture of the State is proposed for the fundamental right under discussion to gain real effectiveness.

KEYWORDS: Law; Religion; Intolerance; Pluralism; Public sphere.

RESUMEN: La libertad religiosa es un derecho fundamental que constituye la personalidad humana y corresponde al Estado respetarla y promoverla. Dentro de esta misión, debe adoptar una postura pluralista y luchar contra la intolerancia. El objetivo de esta labor es analizar los estudios realizados en el Brasil sobre la intolerancia, así como las decisiones pertinentes de los tribunales brasileños de esbozar el derecho a la libertad religiosa. El método utilizado fue la investigación documental y bibliográfica, así como la consulta con los repositorios oficiales de jurisprudencia. Se ha establecido la desigualdad entre los grupos religiosos que trabajan en el país, razón por la cual se propone una actitud más activa del Estado para que el derecho fundamental que se está debatiendo adquiera una eficacia real.

PALABRAS CLAVE: Ley, religión, intolerancia, pluralismo, esfera pública.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo serão analisadas as ideias presentes na literatura sobre tolerância, incluindo as lições de Joanildo Albuquerque Burity, Paula Monteiro, Lucas Petroni e Milene Cristina dos Santos, bem como os escritos de Clodoaldo Meneguello Cardoso, cotejando-os com as decisões tomadas pelos tribunais do país.

Inicialmente, discorrer-se-á sobre o pluralismo e a tolerância, seguindo com a análise do cenário brasileiro, inclusive por meio da jurisprudência dos órgãos nacionais e, ao final, haverá a reflexão quanto a uma possível solução para o problema.

2. METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa documental e bibliográfica, por meio da leitura, análise, interpretação e fichamento de doutrinas, artigos científicos e outros trabalhos acadêmicos.

Em seguida, foram realizadas buscas de jurisprudência nos sites dos tribunais brasileiros quanto à aplicação das normas eleitorais aos casos de interesse.

3. RESULTADO

Dentro do Estado e da sociedade surge a árdua tarefa de conciliar as diferentes visões de mundo e éticas produzidos por cada confissão presente em um mesmo espaço, bem como regulamentar as relações entre elas, reduzindo o máximo possível os conflitos que podem advir dessa convivência, ao mesmo tempo em que se maximiza a liberdade religiosa.

Para iniciar este escrito, temos como relevante a lição de Joanildo Albuquerque Burity, segundo o qual o republicanismo clássico tentou criar uma unicidade nacional através da promoção de uma cultura hegemônica e dominante, relegando os particularismos ao âmbito privado. Assim, quanto à pluralidade de grupos e pessoas, essa forma de governo desenvolveu uma simples política de tolerância. Não obstante, sustenta o autor que, ante as assimetrias de poder entre diferentes grupos, classes, organizações, etc., e a

proliferação da intolerância e da exclusão, inclusive patrocinada pelo poder estatal, haveria uma exigência de *pluralismo*. A partir dessa constatação, exige-se “uma atitude ativa de relação com a diferença em que se mantém em tensão o direito à livre expressão e a necessidade de respeito e justiça nas relações entre os atores em questão” (2005, p.25).

Nota-se que há uma distinção entre pluralidade e pluralismo. A primeira palavra se refere à existência factual de diversas experiências, crenças e pensamentos, bem como à multiplicidade de marcos organizativos dessas experiências; a segunda, à existência de uma cultura e um marco institucional e legal inclusivos, os quais possibilitam o acesso, a convivência e a resolução de conflitos ou divergências públicas¹.

Quanto ao pluralismo no plano nacional, a situação é complexa:

Vivenciamos, portanto, essa situação pluralista parcial que se define pela diferenciação de alternativas religiosas, pelo deslocamento do paradigma sincrético, por momentos de acirramento da disputa identitária entre religiões ou de demanda por representação no espaço público e pela reconfiguração da relação entre Estado e religiões. O pluralismo é parcial, porque os padrões hierárquicos ainda fortemente disseminados no plano cultural (autoritarismo social), os efeitos da forte exclusão social e o estranhamento entre diversos setores das elites políticas e intelectuais em relação às expressões de cultura e religiosidade popular, continuam a pesar na negação da legitimidade de existir do outro e numa atitude de superioridade e preconceito frente ao diferente (*ibidem*, p.29)

Paula Monteiro² critica a teimosia dos estudiosos em manter o que se entende por religião e quais seriam toleráveis na esfera pública, separando-se as crenças em dois grandes grupos quando o assunto é a relação entre religiões, secularismo e política. No primeiro grupo estariam aquelas aptas a desenvolver um papel positivo na esfera pública – basicamente as religiões cristãs. No segundo, estariam as crenças incapazes de fazê-lo, ordinariamente assim consideradas aquelas mais locais, que praticam magia ou organizadas em seitas e que, segundo esses estudiosos, não deveriam ser toleradas.

¹ Em complemento: “como cultura, o pluralismo é reconhecimento mútuo ativo da pluralidade e do direito à existência e livre expressão da diferença religiosa. Como marco institucional e legal, o pluralismo define parâmetros para a religião social ou publicamente reconhecida como legítima, prevê direitos, modalidades de coexistência, sanções face às manifestações de intolerância entre religiões ou violação da autoridade civil, etc” (Burity, 2005, p. 29).

² Montero, 2012, p. 174.

Não obstante, Monteiro nos relembra que há diversas maneiras de uma religião conquistar visibilidade e de se fazer ouvir na esfera pública, não se podendo falar, *a priori*, quais seriam aptas ou não a influenciar esse espaço quando as circunstâncias o exigissem. Cita-se o exemplo do Candomblé e da Umbanda, os quais, embora ocupem posição marginal na esfera pública³, já desenvolveram atuação relevante na reivindicação de seus direitos. Assim, em uma reação contra a violência física e moral dos neopentecostais, seus líderes se organizaram em uma marcha em defesa da liberdade religiosa (Marcha Contra a Intolerância Religiosa, ocorrida em 1980)⁴.

Nota-se que é impossível falar em pluralismo e democracia sem que se pronuncie a palavra “tolerância”. De fato, em uma sociedade formada por pessoas com diferentes visões sobre o mundo, com os mais variados projetos éticos, e em que cada um tem certeza absoluta de que é portadora da verdade, apenas com tolerância é possível uma convivência harmoniosa. No âmbito do Estado, esta tolerância adquire um significado – e um desafio - ainda maior, tendo em vista a existência de grupos organizados que querem, com seus próprios valores e princípios, transformar a sociedade em algo insuportável para outros⁵. Ao mesmo tempo, há o risco de “captura” da máquina estatal e do uso da sua violência para fazer uma ética em particular, contra todas as outras.

No Brasil, há vários episódios de intolerância e, embora não se trate de uma prática exclusiva de determinada confissão, tem-se apontado como mais comum aqueles protagonizados pelos pentecostais em detrimento das religiões de matriz africana. Segundo Milene Cristina Santos, essas confissões têm como

³ A falta de engajamento na esfera pública pode ser explicada por dois fatores: 1. O elemento que garante a legitimidade das autoridades religiosas, pois diferente das religiões cristãs, o capital social depende da capacidade das mães-de-santo conservarem o monopólio do conhecimento nas suas mãos; 2. O desinteresse pela ética da responsabilidade social, pois estas religiões se concentram mais na relação entre indivíduos e orixás do que na relação com o bem comum pensado de maneira abstrata (*ibidem*, p.175).

⁴ A autora ressalta que no caso “o sucesso do movimento e a visibilidade que ganhou no debate público dependeu, em parte, da aliança que estabeleceu com movimentos negros defensores de direitos civis e em luta contra o racismo” (*ibidem*, p. 175).

⁵ Para o cientista político Lucas Petroni, “grande parte da dificuldade da questão se deve ao fato de que em exemplos como esses tolerar significa lidar com pessoas que querem transformar nossa sociedade em algo profundamente desconfortável para nós. Contudo, se por democrático entendemos um regime político no qual todos os cidadãos (mas não necessariamente todas as pessoas) contam com chances equitativas (mas não necessariamente iguais) de influenciar efetivamente os rumos de sua sociedade por meio do autogoverno, então desacordos morais acerca dos valores últimos da vida social são inevitáveis” (Petroni, 2014, p.96).

elemento marcante a guerra espiritual, cabendo aos seguidores reverterem as obras do mal. Nessa missão, tornam-se suas vítimas o espiritismo, que abrange kardecistas, umbandistas e candomblecistas. Para Mariza Soares, há uma verdadeira guerra santa de neopentecostais contra as religiões de matriz africana no Brasil, país do sincretismo:

“A novidade implantada por essas igrejas é o hábito de sair pelas ruas abordando pessoas e tentando invadir terreiros para expulsar o demônio no seu próprio reduto. Finalmente, a chamada ‘fogueira santa’ é o ritual, no qual, uma vez convertido, o antigo ‘macumbeiro’ queima diante da comunidade – como prova de sua conversão – todos os objetos pessoais e religiosos ligados a sua antiga crença. (...) Pela primeira vez, então, vê-se, por parte de cristãos, uma atitude frontal de enfrentamento. Essa é a grande novidade. Isso faz com que a ‘guerra santa’ seja uma sucessão de batalhas cujos oponentes estão bastante desequilibrados em suas forças. Do lado evangélico temos um verdadeiro exército de ‘salvos’ com um projeto bem definido de expansão. De outro, pequenas comunidades que não entendem por que estão sendo atacadas nem tampouco têm como se defender” (*apud* Santos, 2012)

A existência dessa guerra é negada por alguns estudiosos. Para Ricardo Mariano, a expressão é exagerada ante a proporção das agressões, que envolve casos isolados, embora belicosos e polêmicos. Ademais, os conflitos são diferentes daqueles que ocorriam nos períodos anteriores de demonização, quando havia um imenso poder religioso e a ajuda do aparato estatal. Ari Pedro Oro faz referência à hipótese de Carlos Alberto Steil, afirmando que o caráter performático do exorcismo (ritual) o esgotaria em si mesmo. Ademais, uma guerra pressupõe agressão dos dois lados e as religiões afro-brasileiras não reagem às violações de seus direitos.

Para se ter uma visão melhor do fenômeno no Brasil, podemos analisar algumas decisões judiciais colhidas nos repositórios de jurisprudência das cortes do país.

Foram reconhecidas como práticas intolerantes: 1. Um indivíduo pregar o fim das Igrejas Assembleia de Deus, bem como a ofensa e os ataques a várias confissões (católica, judaica, espírita, satânica, etc.), imputando fatos criminosos a devotos e sacerdotes (STF, RHC 146.303, 07/08/2018); 2. O discurso de ódio contra pessoas em razão de sua orientação social ou identidade de gênero praticada por religiosos (STF, ADO 26); 3. Motorista de aplicativo (99), evangélico, que deixou o consumidor no meio da corrida porque este era adepto

de religião de matriz africana (TJBA, 0113203-24.2020.8.05.0001, 04/03/2021); 4. Denegrir a imagem de candidato ao cargo de diretor de escola, afirmando que por ser ateu iria empreender perseguição àqueles que são crentes (TJMG, Apelação Criminal 1.0878.16.000421-3/001, 14/05/2019).

Por outro lado, não foram consideradas intolerantes: 1. Sátiras em conteúdo audiovisual utilizando elementos religiosos inerentes ao Cristianismo, caso em que haveria apenas uma crítica religiosa (STF, RCL 387.782, 24/02/2021); 2, Críticas contundentes ao espiritismo em que não se defende violência, dominação e outras violações de direito (STF, RHC 134682, 29/11/2016); 3. Utilizar silhueta de santos católicos para criar super-heróis (TJGO, 0095844-36.2016.8.09.0051, 29/10/2020); 4. Negativa de fabricação de artigo da umbanda por uma loja católica (TJSP; Apelação Cível 106634323.2021.8.26.0002; 22/11/2022); 5. A determinação municipal para que taxistas portem a imagem do Padre Cícero em Juazeiro do Norte para poderem exercer sua profissão, por ser figura ligada à história da cidade (TJ-CE, 0009254-80.2018.8.06.0112, 10/08/2020).

As discussões se intensificam na esfera criminal. Há o reconhecimento da ocorrência do crime de injúria qualificada (ar. 140, §3º, do CP) nos casos em que as vítimas foram chamadas de “crentes safados” (TJMS, Apelação Criminal n.0007464-72.2017.8.12.0001, 17/06/2021), “crente do inferno” (TJPR, 000062406.2018.8.16.0161, 07/03/2019), bem como de macumbeiras, de modo depreciativo, associando a vítima com a prática de magia negra (TJPR, 0022715-56.2012.8.16.0014, 29/08/2022). Em um caso mais grave:

Ao ofender a vítima por ser judeu, o denunciado ainda trouxe à memória uma das maiores chagas da Humanidade ao vociferar que “por isso que todos os judeus se foderam na vida... Hitler estava certo... a raça de vocês judeus não presta”.

Todavia, a vítima e as testemunhas presenciais afirmaram que o réu se dirigiu diretamente a ela chamando-a de “judeu filha da puta”, “judeu de merda”, dizendo “por isso que todos os judeus se foderam na vida... Hitler estava certo... a raça de vocês judeus não presta”, ficando nítido o propósito de menosprezá-la no que diz respeito à sua raça e origem. (TJSP; Apelação Criminal 1533184-19.2020.8.26.0050; Relator (a): Alex Zilenovski; Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Criminal; Foro Central Criminal Barra Funda - 25ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 10/10/2022; Data de Registro: 11/10/2022)

A perseguição de fatos como crime de preconceito ou intolerância religiosa (art. 20 da Lei nº 7.716/89) também tem ocorrido. A jurisprudência

estabeleceu a necessidade dos seguintes requisitos para o edital condenatório: a) conhecimento da existência da desigualdade entre os grupos religiosos; b) a superioridade do grupo a que pertence o agente; c) supor como legítima a dominação, exploração, escravização, eliminação, supressão ou redução dos direitos fundamentais do praticante da outra religião que é objeto de crítica. Extrain-se do repositório do TJPR a condenação de réu por praticar preconceito religioso ao verbalizar as seguintes frases contra frequentadores de um terreiro da umbanda: “até que horas vai essa baderna?”; “isso aí não é uma gira normal, é coisa do capeta”. (TJPR, 0006869-55.2019.8.16.0013/1, 12.12.2022).

Todo o material supracitado oferece uma relevante fonte de pesquisa, merecendo análise mais acurada em diversos pontos no futuro. Neste momento caberia apenas a constatação do baixo registro de ocorrências por parte dos praticantes de religiões de matriz africana, a despeito de toda a violência sofrida por eles e registradas em outras pesquisas.

Superado este ponto, cabe mencionar também que na América Latina foram realizados inúmeros estudos sobre a intolerância no continente, obtendo-se um sentido sócio-político do termo, cabendo a citação de alguns a seguir, os quais foram compilados por Clodoaldo Meneguello Cardoso.

Para Juan Rivera Palomino, a tolerância está na sociedade democrática, cujo valor supremo é o respeito aos direitos inalienáveis das pessoas. Denuncia que a intolerância sustentada pela razão instrumental ocidental valoriza o capital em detrimento do trabalho e da natureza, acrescentando que o modelo liberal não resolveu os problemas da América Latina e ainda agravou os existentes, gerando diferenciação social, discriminação e marginalização. Anota ainda que a cultura hegemônica busca homogeneizar as sociedades em várias instâncias, inclusive valores, forma de conhecimento e estilos de vida.

Já Mayra Prieto afirma que as desigualdades entre grupos sociais, em especial as socioeconômicas, são fontes fundamentais dos diversos tipos de intolerância. A história da América Latina é uma história de intolerância, da negação do outro com base em um sistema econômico e cultural dominante, seja europeu ou norte-americano.

No Brasil, Paulo Freire afirma que a tolerância implica no estabelecimento de limites. Assim, ela não é a conivência com o intolerável. Não há tolerância se uma autoridade tem poderes ilimitados ou se a liberdade é total.

Cardoso, sintetizando todas as ideias apresentadas no Encontro do Rio, conclui que a tolerância, em um sentido mais profundo, tem como valor supremo o respeito aos direitos inalienáveis da pessoa humana na esfera política, sócioeconômica e cultural, sendo necessária a valorização das identidades de cada grupo, ou seja, da diversidade, e consequentemente o repúdio de uma cultura hegemônica. Assim, os latino-americanos devem construir identidades daquelas que nos inferiorizam. Conclui afirmando que “o valor de cada cultura ou de cada posição ideológica é visto e julgado a partir unicamente de parâmetros intrínsecos a ela mesma” (Cardoso, 2003).

Dito isto, perquire-se se há soluções propostas pela ciência para a resolução desses conflitos.

O cientista político Lucas Petroni nos traz grandes esclarecimentos sobre o tema. Inicialmente, ele afirma que uma prática de tolerância se caracteriza por uma situação na qual: A. Uma pessoa, tendo como referencial as próprias convicções ou crenças, que outra crença ou prática é errada; B. A despeito disso, tais crenças podem ser aceitas ou até mesmo estimuladas pela autoridade política⁶. Para que se atenda a condição B mencionada pelo autor, é necessário que a crença ou prática seja legítima. Para tanto, a reivindicação deve estar em conformidade com uma estrutura de poder ou com as leis e decisões produzidas sob essa estrutura. Segundo o autor, numa sociedade democrática, direitos constitucionais e mecanismos representativos seriam condições a serem necessariamente atendidas. Exemplifica que, neste sentido, não devem ser toleradas práticas que pretendam suprimir minorias políticas, extinguindo seus direitos e excluindo-os de decisões políticas importantes, nem as práticas consideradas como criminosas ou hediondas de acordo com os critérios vigentes de legitimidade. Em suma, a participação política é fundamental para a construção de um ambiente tolerante. Um possível fundamento para a tolerância, aquele considerado mais adequado por Petroni, seria a justificação igualitária, pela qual temos o dever de tolerar aqueles que possuem conosco uma igualdade política. Assim, seria vedado o uso da coerção estatal para alterar a estrutura de direitos básicos que compõem o próprio ideal de cidadania democrática. Neste sentido, o autor afirma que:

⁶ *Ibidem*, p. 97.

Em sua formulação mais geral, o princípio igualitário de tolerância sustenta que todos os cidadãos têm o dever de separar – e portanto possuem o direito de exigir que se separem – os critérios de verdade presentes em concepções morais particulares, de um lado, dos critérios públicos de justificação do uso da coerção coletiva, de outro, no momento de fundamentação de questões políticas fundamentais (*ibidem*, p.115).

Em suma, não é o conceito de bem e mal de um grupo que vai fundamentar o uso da coerção coletiva, bem como a mudança das estruturas de direitos fundamentais. Ademais, devemos observar critérios exigentes na alteração de princípios políticos fundamentais da vida em sociedade, embora esses não constituam a totalidade política de uma sociedade, nem esgotem as esferas de interação social. O princípio leva a duas obrigações, a saber, a de oferecer justificações públicas nas deliberações e não fundamentar o discurso e verdades controversas que não são aceitas por outros cidadãos. O autor exemplifica no seguinte sentido: liberdade de associação, consciência, expressão, a igualdade de voto e os mecanismos convencionais de representação. Ao prevalecerem os argumentos intolerantes, uma parte da cidadania se encontraria excluída da efetividade da igual consideração democrática. Destarte, tão importante quanto assegurar direitos aos cidadãos brasileiros é garantir que os mesmos tenham efetividade. Mesmo em democracias podem ser criados obstáculos institucionais e barreiras nas esferas públicas que impossibilitem a participação das minorias⁷.

Do ponto de vista da justificação igualitária haveria três pontos que garantiriam a imparcialidade perante diferentes concepções de bem. É impossível sustentar a neutralidade (essa postura sempre geraria desconfiança), pois um agente que tem uma concepção de bem não pode aceitar outras posturas sem ofender sua integridade moral. Não obstante, pode-se aceitar que uma pessoa tenha uma crença diferente da sua. “Não é preciso que pessoas tolerantes – no sentido específico do argumento igualitário – respeitem a validade das doutrinas alheias às suas, mas apenas que reconheçam o status

⁷ Quanto à participação das minorias, Petroni afirma que: “O dever de tolerância tem por objetivo apenas permitir que reivindicações de minorias políticas e culturais tenham o mesmo estatuto político de fato que grupos historicamente privilegiados ou culturalmente hegemônicos quanto ao uso da coerção coletiva (o que em muitos casos pode significar a própria sobrevivência física desses grupos). Os custos da contestação política em uma sociedade igualitária devem ser distribuídos equitativamente entre todas as reivindicações que atendam as exigências da cidadania” (*ibidem*, 122). ⁹ *Ibidem*, loc.cit.

moral e a responsabilidade individual daqueles que as endossam". Se foram institucionalizados valores diferentes dos nossos por processos legítimos, cabe apenas ao cidadão tolerá-los. Em segundo lugar, a justificação igualitária não reivindica imparcialidade quanto ao resultado de controvérsias morais. O fato de que algumas decisões causam custos aos interesses e convicções morais e religiosas de determinadas pessoas e grupos não é razão para considerar que houve violação à neutralidade do Estado. Em terceiro lugar, o argumento igualitário neutraliza conflitos políticos genuínos em uma sociedade democrática.

Por fim, o autor finaliza dizendo que "a consequência mais difícil da tolerância talvez seja justamente sua principal virtude: a proteção de todas as formas de minorias, sejam elas agradáveis ou não para nós"⁹. Quando minorias não podem se expressar no espaço público e suas reivindicações de estilo de vidas são reprimidas nos mesmos moldes que em governos ditatoriais, "a crítica filosófica à (suposta) neutralização dos conflitos é um preço relativamente baixo comparado aos ganhos emancipatórios da tolerância".

4. CONCLUSÃO

Retomando a exposição empreendida neste trabalho, rememoro que a postura pluralista possibilita a legitimação de diversas devoções perante os cidadãos do país, sendo necessário superar o modelo liberal de uma suposta neutralidade do Estado. Nesta linha, a discussão sobre quais práticas são ou não toleráveis deve ser debatida na esfera pública. O Poder Judiciário nos oferece uma visão mais detalhada de como as ações intolerantes têm ocorrido, podendo ser notada tanto a influência das religiões hegemônicas nas decisões judiciais quanto a inibição de alguns grupos na defesa de seus direitos. Todos esses fatores indicam a necessidade de o Estado e os poderes constituídos promoverem a efetivação dos direitos constitucionais de indivíduos e grupos, em especial os políticos e o de presença e manifestação na esfera pública.

Trata-se de medida que homenageia o regime democrático e possibilita a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem preconceito ou qualquer forma de discriminação (art. 3º da Constituição Federal).

REFERÊNCIAS

- BURITY, J. A. **Religião e república**: Desafios do pluralismo democrático. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, Vol. 21, nº1-2, p. 023-042, jan/dez, 2005.
- CARDOSO, C. M. **Tolerância e seus limites**: um olhar latinoamericano sobre diversidade e desigualdade. Unesp, 2003.
- MONTERO, P. **Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil**. Novos estud. - Cebrap, São Paulo, n. 74, p. 47-65, Mar. 2006.
- PETRONI, L. **Temos o dever de tolerar?** Revista Brasileira de Ciência Política, nº15. Brasília, setembro - dezembro de 2014, pp. 95-125.
- PORTIER, P. **Democracia e religião no pensamento de Jürgen Habermas**. Numen, v. 16, n. 1, 2013.
- SANTOS, M. C. **O proselitismo religioso entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio**: a " guerra santa" do neopentecostalismo contra as religiões afro-brasileiras. 2012.

SOBRE O ORGANIZADOR

Anderson Catapan - Pós-Doutor em Gestão pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal), Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) com período de estágio sanduíche na Universidade do Porto (Portugal), mestre em Contabilidade e Finanças pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde foi aprovado em primeiro lugar no processo seletivo para o mesmo. Possui MBA em Administração de Empresas, pela Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter), pós-graduação em Contabilidade, com ênfase em Controladoria, pela Universidade Gama Filho (UGF-RJ), graduação em Engenharia Elétrica, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Ciências Contábeis, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Curso de aperfeiçoamento em Entrepreneurship in Emerging Economies realizado na Harvard University. Atualmente, é professor Adjunto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, vinculado ao Departamento de Gestão e Economia. Foi bolsista produtividade de Pesquisa e Desenvolvimento da Fundação Araucária (2019-2021). Também, atua como professor do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Planejamento e Governança Pública, além de ser orientador de pós-doutorado no mesmo programa. Foi professor do Programa de Mestrado em Administração (2016-2017) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e pesquisador convidado na Universidad Técnica Particular de Loja (Equador). Atuou como editor-chefe da Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento (2014-2021). Ainda, atua como membro do conselho editorial de 6 periódicos. É revisor de 53 periódicos e 6 congressos nacionais e internacionais. Desde 2020, atua como conselheiro deliberativo titular na ACIAP (Associação Comercial, Industrial, Agrícola e de Prestação de Serviços de São José dos Pinhais). Autor de mais de 200 artigos publicados em congressos e periódicos nacionais e internacionais. Também é autor dos livros: "Previsão de falências: proposição de um novo modelo baseado na análise dinâmica", "Estratégias Sustentáveis: Práticas e Desafios", "Estratégia Empresarial & Vantagem Competitiva", "Planejamento e Orçamento na Administração Pública", "Administração do Agronegócio no Brasil", entre outros. Foi homenageado com uma menção honrosa, concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no ano de 2014. Também, recebeu o Troféu Personalidades, na categoria Professor Destaque, concedido pelo Jornal Cidade, em 2016.

Agência Brasileira ISBN
ISBN: 978-65-6016-056-9